

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA E CONEXÕES ATLÂNTICAS
MESTRADO ACADÊMICO

**O BREVE ORIENTE: MEMÓRIAS E VESTÍGIOS DA EXPERIÊNCIA
IMIGRATÓRIA JAPONESA NO MARANHÃO NO SÉCULO XX**

HEMELITA DA SILVA E SILVA

SÃO LUÍS-MA

2021

HEMELITA DA SILVA E SILVA

**O BREVE ORIENTE: MEMÓRIAS E VESTÍGIOS DA EXPERIÊNCIA
IMIGRATÓRIA JAPONESA NO MARANHÃO NO SÉCULO XX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas, Mestrado Acadêmico da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), para fins avaliativos sob orientação da Profa. Dra. Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira.

Linha de Pesquisa: Linguagens, Religiosidades e Culturas.

SÃO LUÍS-MA

2021

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

da Silva e Silva, Hemelita.

O BREVE ORIENTE : memórias e vestígios da experiência
imigratória japonesa no Maranhão no século XX / Hemelita da Silva e
Silva. - 2021.

127 f.

Orientador(a): Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira. Dissertação
(Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

1. Imigração Japonesa. 2. Maranhão. 3. Memória. 4.
Identidade. 5. Década de 1960. I. Barboza de Moraes
Oliveira, Maria Izabel. II. Título.

HEMELITA DA SILVA E SILVA

**O BREVE ORIENTE: MEMÓRIAS E VESTÍGIOS DA EXPERIÊNCIA
IMIGRATÓRIA JAPONESA NO MARANHÃO NO SÉCULO XX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas, Mestrado Acadêmico da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), para fins avaliativos sob orientação da Profa. Dra. Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira.

Linha de Pesquisa: Linguagens, Religiosidades e Culturas.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira
PPGHIS/UFMA – (*Orientadora*)

Prof. Dr. Flávio José Silva Soares
DEHIS/UFMA

Profa. Dra. Isabel Ibarra Cabrera
PPGHIS/UFMA

Profa. Dra. Marcia Milena Galdez Ferreira
PPGHIST/UEMA

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a experiência imigratória japonesa no Maranhão ocorrida na década de 1960. Projeto de colonização criado por iniciativa do governador Newton Bello que instalou duas colônias agrícolas no estado, uma no município de Rosário, denominada Morro de Alcântara, e outra na zona rural de São Luís, no povoado Pedrinhas. Embora tenha tido impacto social e econômico, passou por processo de dissolução das colônias e dispersão dos japoneses por e fora do Maranhão, de modo que passou ao esquecimento e quase apagamento deste momento histórico. Sendo assim, esta pesquisa, que foi iniciada ainda na graduação resultando em monografia, pretende aprofundar o conhecimento a respeito desse movimento imigratório, bem como entender os motivos que levaram a sua implementação e as causas de seu aparente insucesso. Nesse sentido, lanço mão da metodologia da História Oral, recorrendo à memória através de fontes orais; também recorro a jornais impressos de circulação no período, fotos e o plano de governo de Newton Bello.

Palavras-chave: Imigração Japonesa. Maranhão. Memória. Identidade. Década de 1960.

ABSTRACT

This research aims to analyze the Japanese immigration experience in Maranhão that took place in the 1960s. Colonization project created at the initiative of Governor Newton Bello who installed two agricultural colonies in the state, one in the municipality of Rosário, called Morro de Alcântara, and another in the rural area of São Luís, in the village of Pedrinhas. Although it had a social and economic impact, it went through a process of dissolution of the colonies and dispersion of the Japanese in and out of Maranhão, so that this historical moment was forgotten and almost erased. Therefore, this research, which was started while still in graduation, resulting in a monograph, intends to deepen the knowledge about this immigration movement, as well as to understand the reasons that led to its implementation and the causes of its apparent failure. In this sense, I use the methodology of Oral History, resorting to memory through oral sources; I also use printed newspapers in circulation at the time, photos and Newton Bello's government plan.

Key words: Japanese. Immigration. Maranhão. Memory. Identity. 1960s.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Kasato Maru: o primeiro navio a trazer imigrantes japoneses ao Brasil.....	23
Figura 2: Desembarque do Kasato Maru no Porto de Santos (1908).	26
Figura 3: Imigrantes japoneses trabalhando em lavouras de café no início do século XX	39
Figura 4: Família Tasaka	69
Figura 5: Cartão da imigração do agricultor Kazunari Horiuchi	70
Figura 6: Cartão da imigração do chefe da família Tanabe.....	71
Figura 7: Cartão da imigração Takeshi Otsuka	75
Figura 8: Cartão da imigração de Kyoko Otsuka	76
Figura 9: Cartão da imigração de Genzo Tasaka.....	79
Figura 10: Cartão da imigração de Shizue Tasaka.....	80
Figura 11: Cartão da imigração de Masumi Tanabe e Keiko Tanabe.....	87
Figura 12: Tamano (mãe de Sadamu); Masumi e Keiko (nova mãe e irmã de Sadamu).....	90
Figura 13: Genzo Tasaka e os filhos	105
Figura 14: Sadamu Tanabe	106
Figura 15: Sadamu Tanabe entre os filhos Sâmara, Henrique e Sara	107
Figuras 16 e 17: Apresentações em reuniões de colonos	110
Figura 18: Apresentações em reuniões de colonos	111
Figura 19: Altar de budismo de Sadamu Tanabe	113

AGRADECIMENTOS

Por mais que me esforce, é difícil expressar toda minha gratidão àqueles que me ajudaram a concluir a travessia que representou todo o curso de mestrado, um percurso marcado por uma pandemia mundial em que tantos foram acometidos pela Covid-19, da qual ninguém escapou do sintoma do medo e da incerteza. O caminho para os enlutados foi ainda mais íngreme, escorregadio e doloroso.

Numa fase de introspecção e questionamentos, perdas, desordem íntima e social, precisei refazer a rota do meu itinerário de pesquisa, enxugar lágrimas e dar vazão a outras. Aqui exprimo meu reconhecimento a quem me ajudou a enxergar feixes de luz em tempos de obscurantismo.

A meus colegas discentes do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS) pelos risos, afetos e conhecimentos compartilhados ao longo das disciplinas que cursamos juntos em 2019; especialmente Poliane Almeida, Diogo Aires, Talita Plum, Valerice Fonseca, Adriana Dourado e Ana Paula Durans, que viveram angústias semelhantes e de algum modo me deram amparo, fazendo com que enxergasse que apesar de o caminho parecer deserto não o atravessei sozinha; assim como a atenção e carinho de Mariane Sales, Amanda Lima, Eva Rosa Lago, Luciana e Elisangela Moraes.

Agradeço também aos amigos Marcelo Araújo e Manoelzinho (Manoel Barros) pelos papos epistemológicos nos quais sempre consegui reter de suas bagagens teóricas e vivências algum saber, muita experiência e bons risos. Aos colegas Yuri Alhadeff e Dayse Martins pela presença de espírito e carinho no momento em que meu percurso foi abalado pela frivolidade alheia.

A minha orientadora Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira por seu esforço na condução de uma escrita do tempo presente, mesmo sendo uma exímia modernista, e ter me passado a calma necessária para concluir a travessia. Aos meus amigos Flavio José Soares e Maria da Glória Guimarães Correia pelas conversas sensíveis a respeito dos sujeitos de minha pesquisa, além do sempre generoso incentivo com que suas palavras me deram ânimo e inspiração, vocês são exemplos de historiadores que alinham prática e discurso, desde a graduação ajudam-me a entender minhas inquietações quanto a injustiças sociais para tentar contribuir no vislumbre de uma sociedade mais empática e igualitária.

Agradeço aos professores Lyndon Araújo, Victor Coelho, Edianne Nobre, César Augusto Castro e Marcus Baccega pelas disciplinas lecionadas, leituras e sugestões que clarearam perspectivas.

À Joana, minha mãe; às minhas irmãs e irmãos, Ana, Carlos, Júlio, Hilton e Josielma, por ao longo de minha vida terem apoiado e proporcionado para que possa me dedicar a uma carreira acadêmica. Amo-lhes! Do mesmo modo, sou grata aos tantos primos e primas, tios e tias e sobrinhos e sobrinhas que de forma resiliente e unida temos enfrentado a dor da perda dos nossos entes e amores.

Ao amigo Erik Pires e ao primo José Raimundo que me ajudaram a velejar em busca de pistas, de fontes, e encurtaram travessias, tornando-as navegáveis para aportar em algum solo fértil no qual pudesse cultivar essa pesquisa.

Aos queridos Álvaro Otsuka, Juri Otsuka e Júnior Otsuka por terem me deixado acessar a intimidade de vossa família e me apresentado a Kyoko, Hisayoshi e dona Neusa; a partir de vocês conheci outras singularidades para a concepção deste trabalho.

Grata também à Julieta Tanabe, à Sâmara Tanabe e Kumbo Tasaka (Roberto Kumihito) pelo acolhimento e pelas fotografias cedidas.

Às amigas Sâmia, Cristiana Martins e Cláudia pela leveza de nossas conversas e por serem um ancoradouro seguro para as tormentas da academia. À Fernanda Nilbre por seu olhar sempre tão amoroso e acolhedor, mesmo distante fisicamente, não poderia ter estado mais próxima. Wanderson Martins por ter tantas vezes socorrido aos meus gritos de socorro nos perrengues e pelas risadas que damos juntos.

Registra-se aqui também meu pesar e gratidão ao amigo Juvenal Pereira Costa, precocemente ceifado da presença de todos que o admiravam e o amavam, para mim e por mim sempre teceu os melhores elogios e manifestou tamanho carinho.

Minha gratidão à minha prima tão linda e amada, Maria de Fátima Silva Souza, por todos os cuidados, por sua altivez e por tanta generosidade. Meu coração ainda lastima e chora sua ausência, bem como a do nosso tio “Doutor”, o seu Manoel, que tanto nos ensinou, tão amado por minha mãe e todos os sobrinhos. Ainda inconformada com os fatores negligenciados que o levaram a dias e noites sofridos de internação até seu descanso na morte. Exauriu-se o fôlego de vossas vidas, mas o amor que nos ligava, este não se extinguirá.

*Aprendi com o imigrante cuja memória retém
os abalos da viagem marítima de sua partida
sobre a impermanência da vida, e as lágrimas
que nos separam daqueles que amamos são
necessárias, desde que não nos afogemos
nelas. Sempre à deriva da história!*

(Hemelita da Silva e Silva)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I: A MODERNIZAÇÃO DO ESTADO JAPONÊS E A QUESTÃO DA IMIGRAÇÃO.....	19
1.1. <i>Isshin</i> : Restauração japonesa e renovação de braços na lavoura do Brasil	19
1.2 “O perigo japonês”: a ambivalente relação de fascínio e antiniponismo.....	27
1.3 Presença japonesa na Amazônia: o movimento migratório na região Norte.....	41
CAPÍTULO II: IMIGRAÇÃO JAPONESA NO MARANHÃO E O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DO ESTADO.....	50
2.1 Imigração estrangeira para o Maranhão.....	50
2.2 “ <i>Shinimim</i> ”: A Nova Imigração e imigração japonesa pós-guerra no Maranhão.....	55
2.3 O impacto da presença japonesa no Maranhão: choque, adaptação e cobertura midiática	62
CAPÍTULO III: TRAJETÓRIAS E AMBIGUIDADES DE IMIGRANTES JAPONESES NO MARANHÃO	74
3.1 O choque com nova terra e adaptação	74
3.2 Experiências particulares de imigrantes japoneses e suas ambiguidades.....	86
3.2.1 <i>O imigrante japonês no Maranhão sob tensões e conflitos</i>	91
3.3 O imigrante sujeito de dois mundos	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS.....	122

INTRODUÇÃO

São os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça.

(Marc Bloch)

O presente texto dissertativo tem como proposta analisar o movimento imigratório japonês ocorrido no Maranhão na década de 1960. Busca compreender o impacto da presença de nipônicos no estado, assim como na vida do indivíduo imigrante; entender o processo de iniciativa de atração de japoneses para a composição de colônias agrícolas no estado, e posteriormente a dissolução destes núcleos e dispersão dos imigrantes. Esta análise dissertativa é oriunda de pesquisa iniciada na graduação em História pela Universidade Federal do Maranhão que em 2018 resultou em monografia. No entanto, devido às limitações de um trabalho de conclusão de curso, o estudo deixou lacunas que nesta dissertação pretendo diminuí-las.

Sendo assim, aprofundei-me com afinco em leituras sobre a temática da imigração, sobretudo imigração japonesa, e também sobre outras experiências imigratórias no Maranhão para que delas fosse absorvido parâmetros de prática, sociabilidades e os interesses políticos que envolvem a adoção de programas de colonização e imigrações ou migrações.

Além de assimilar a bibliografia, foi imprescindível manter uma interlocução com as fontes a respeito do objeto de estudo; considerar as memórias da imigração, ou seja, japoneses e maranhenses que mantiveram relação de contato; imigrantes e sujeitos locais com suas respectivas lembranças sobre o momento da chegada dos nipônicos, um encontro entre indivíduos de culturas tão distintas entre si.

Todavia, desde o início da pesquisa em 2016 percebi que a memória da presença japonesa no Maranhão, bem como a formação de colônias e as sociabilidades desse encontro e possível choque cultural, era muito evasiva. Pois, mesmo eu, nascida e criada na zona rural de São Luís – espaço que entre as décadas de 1960 e 1970 teve a existência de uma colônia japonesa e de nipônicos que foram moradores de vários povoados, cultivaram hortas, instalaram granjas e mantiveram relações sociais com a população local – só sabia da presença de japoneses pelas histórias de minha mãe, que trabalhou para um agricultor nos anos de 1971 e

1972, tendo uma filha fruto de relacionamento com um nipônico, em 1973, e outras poucas pessoas que mencionavam “o tempo que trabalhava com japonês”, sendo todas estas de idade acima dos cinquenta anos. Além disso, não parecia haver outro rastro desses indivíduos, exceto os traços orientais da minha irmã cujo pai só conhecia também de lembranças de minha mãe.

Dessa forma, percebi que havia uma espécie de silenciamento acerca do assunto, que precisava entender de que forma essa presença se desvaneceu ao longo do tempo. Para entender esse processo, procurei auxílio em outras fontes que pudessem agregar a minha pesquisa informações e assim, a partir do confronto das fontes e diálogo com a historiografia, orientar o fato histórico que parecia escamoteado pelo tempo.

Destarte, considero que meu modesto trabalho monográfico, apesar de todas as lacunas e limitações, foi importante por tratar de um tema praticamente inexplorado pela historiografia e para me perceber historiadora. Afinal, “os fatos históricos não são nada históricos”, informações sobre o passado só representam um saber sobre o passado quando o historiador lhes atribui sentido” (RÜSEN, 2010, p. 106-107).

Sendo assim, fez-se necessário a metodização da pesquisa. A metodologia adotada foi a História Oral. Recorri aos testemunhos orais de imigrantes japoneses remanescentes das colônias instaladas no Maranhão a partir de julho de 1960 e de maranhenses que tiveram contato com os nipônicos à época, a fim de que suas memórias sejam arquivadas, deixando de ser lembranças, tornando-se documentos (RICOUER, 2007, p. 189). Imergi também em fontes documentais, impressos como jornais de circulação em São Luís no período, o Diário Oficial do Estado do Maranhão, e o Plano de Metas de Governo de Newton Bello.

Os primeiros caminhos percorridos no início da pesquisa levaram ao conhecimento de que, sim, houve a iniciativa de colonização e imigração japonesa no Maranhão por parte do governo de Newton de Barros Bello que culminou na formação de duas colônias agrícolas no estado: Morro de Alcântara e Muruaí, localizadas no município de Rosário e na zona rural da capital, São Luís, no povoado Pedrinhas, respectivamente.

Na presente análise dissertativa, empenho-me no aprofundamento de questões que ficaram enevoadas, tais como os interesses na atração dos orientais pelo Governo do Maranhão sob pretexto de modernização na agricultura do estado a despeito dos lavradores maranhenses e o contexto de conflitos agrários pela posse de terras; a questão do entendimento da imigração japonesa como articulação política através de discurso desenvolvimentista e, por conseguinte, o desarrimo das colônias, pelo Estado, levando-as ao desaparecimento e quase apagamento de seus vestígios no tempo, consequentemente, na tessitura da história do Maranhão.

Além disso, busco pensar o imigrante japonês enquanto sujeito histórico desse processo, portanto, refletir a respeito de como se movimenta no tempo dos acontecimentos, pois, “o tempo é um movimento de muitas faces, características e ritmos que inserido a vida humana, implica em durações, rupturas, convenções, representações coletivas, simultaneidades, continuidades, descontinuidades e sensações” (DELGADO, 2003, p. 10). Logo, o imigrante deve ser pensado em suas ambiguidades, alteridades; é preciso considerar suas estratégias de inserção no programa de imigração que o trouxe para o Maranhão, as sociabilidades, os conflitos, experiências de perdas e sua identidade, haja vista que imigrante é um sujeito de dois mundos.

Desse modo, faremos um diálogo com a bibliografia da imigração no Brasil e suas diversas correntes imigratórias, como os textos dos autores Zuleika Alvim, Boris Fausto, Luís Filipe Alencastro, Maria Luiza Renaux, Maria Thereza Schorer Petrone, dentre outros; principalmente autores que se dedicam aos imigrantes japoneses, como Ruth Cardoso, Hiroshi Saito, Kaori Kodama, Arlinda Nogueira, Rogério Dezem, Bianca Miki, Aldenor da Silva Ferreira, Alfredo Kingo Oyama Homma; e outros que contribuíram na percepção de como a história é um “processo global, total ou como um conjunto de processos setoriais ou localizados territorialmente”(ARÓSTEGUI, 2006, p. 254) que se conectam, ao mesmo tempo que em sua complexidade mostram-se singulares e particulares.

Esse campo de múltiplos conhecimentos sobre a imigração tornou possível entrever que a imigração japonesa foi uma das últimas correntes imigratórias a entrar no Brasil. Do período joanino, passando pelo Império, até a República, a política imigratória divide-se entre o desejo de povoamento das regiões do Sul, constantemente sob ameaças de platinos invasores, por colonos pequenos produtores; o desejo dos fazendeiros de manutenção da grande propriedade com produção agroexportadora dependente de grande mão de obra mantida pelo sistema escravista; e depois por imigrantes em substituição dos escravos na lavoura e não tornando-os pequenos produtores (ALVIM, 1998, p. 231), mantendo-se assim pelas oligarquias agrárias republicanas, sobretudo cafeicultores.

À lógica dos fazendeiros de enxergar no imigrante estrangeiro força de trabalho produtiva aliou-se outro desejo, o de usar a imigração como meio civilizatório e de branqueamento da população brasileira. Discurso atualizado em diferentes momentos em que a política imigratória fora latente, na qual excluía-se desse ideário de nação os africanos e os asiáticos. Todo esse decurso será brevemente exposto ao longo da dissertação para a compreensão da cosmovisão acerca do imigrante e de como operava-se a dinâmica imigratória no Brasil até que aqui fosse introduzida a imigração japonesa em 1908, direcionada para os

cafezais paulistas, responsável por São Paulo ter o movimento mais intenso de imigrantes nipônicos do Brasil.

Outrossim, na medida que a historiografia permitiu, busquei pontuar movimentos migratórios japoneses em outras regiões do Brasil. Considerei todo o processo de aquecimento e arrefecimento da entrada de nipônicos no país, assim como as decepções dos japoneses em relação à realidade encontrada no Brasil, o sentimento antinipônico em determinados setores sociais, sobretudo o político.

De semelhante modo, a compreensão dos contextos em que o Japão enviara emigrantes para o Brasil, que envolvem desde a modernização do país durante a Restauração Meiji, na metade do século XIX, passando pelos processos de expansão militar e imperialista asiática e as duas guerras mundiais, também são necessários à composição deste estudo.

As tentativas de introdução de uma política de imigração e colonização no Maranhão que precederam a experiência japonesa, em 1960 e 1961, foram fundamentais para perceber que já havia, desde o século XIX, o discurso da imigração para restaurar a economia do estado, com a experiência da imigração estrangeira, principalmente portuguesa, sob o mesmo mote que acontecera no resto do Brasil imperial, solução para a escassez de braços que afligia os fazendeiros desde o fim do tráfico de escravos, em 1850, dando preferência a imigrantes europeus com vistas à racialização. Porém, as colônias fracassaram. Acontecendo ainda de o estado recorrer ao acolhimento de migrantes nordestinos “acossados pela seca de 1877 a 1879” (FARIA, 2012, p. 241), medidas do Estado com vistas à recuperação de uma economia baseada na lavoura em involução.

Fazendo o exercício dialético de meu objeto de estudo e a historiografia, e em interdisciplinaridade com conceitos sociológicos como identidade, por exemplo, procurei ao longo da organização da escrita fazer com que toda a discussão a ser desenvolvida, baseada nos teóricos que foram apropriados na construção da narrativa, transpareça de forma diluída e operacionalizada.

Como já foi supracitado, a metodologia adotada é a História Oral, pois, sendo a memória o instrumento basilar de absorção de conhecimento referente a imigração japonesa no Maranhão, realizei entrevistas feitas de modo livre. No que concerne a ausência de questionários, que se propõe dirigir as conversas com os entrevistados, então, procurei manter “uma relação de *escuta ativa e metódica*”, como adverte Bourdieu, tarefa nada fácil de colocar em prática.

Em virtude disso, durante os encontros e interlocução com as fontes, embora tenha planejado um roteiro de temas de conversas e estivesse imbuída de algumas informações

prévias, procurei ter franca disponibilidade em relação a cada pessoa entrevistada, sobretudo os japoneses e a singularidade de suas histórias, histórias íntimas, adotar sua linguagem e me colocar nos seus pontos de vista, considerando o que sentem, pensam, “na construção de um método de conhecimento de condições objetivas, comuns a toda uma categoria” (BOURDIEU, 2012, p. 695).

Conforme Verena Alberti, aprende-se com a narrativa dos entrevistados quando esta fornece a “chave de compreensão da realidade” (ALBERTI, 2004, p. 79). Desse modo, mergulhei nas subjetividades das memórias compartilhadas, estabelecendo trocas epistemológicas com membros de três famílias nipônicas: Tanabe, Tasaka e Otsuka. A primeira, com um japonês remanescente da colônia Morro de Alcântara, em Rosário, o senhor Sadamu Tanabe; a segunda, com um nissei cuja mãe chegara ao Maranhão grávida dele, Roberto Kumihito (Kumbo) cresceu durante a jornada dos pais Genzo e Shizue Tasaka; e também com a família Otsuka, que foi colona de Muruaí, através dos filhos Hisayoshi, vindo do Japão aos 2 anos de idade, e Otsuka Júnior, nascido no Maranhão.

Ainda que os nipônicos entrevistados tenham rememorado vivências cujo brotamento acontece em suas infâncias e os acompanham ao longo da vida, e que parte de suas memórias tenha sido constituída a partir de lembranças compartilhadas pelos pais, e outros pares com quem dividiram a experiência da imigração e a vida na colônia, cabe aqui frisar que

uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo. Vivendo no interior de um grupo, sofre as vicissitudes da evolução de seus membros e depende de sua interação (BOSI, 1994, p. 408; 410).

Para a melhor compreensão do contexto imigratório japonês, considero pertinente a observância do cruzamento de olhares entre o imigrante e o nacional, neste caso, especificamente, o maranhense; pois, para perceber os japoneses em sua alteridade, não poderia perder de vista que identidade depende da diferença e vice-versa, “as afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre a identidade” (SILVA, 2014, p. 75).

Em vista disso, as interlocuções com os irmãos Joana Vilar da Silva e Manoel Vilar da Silva, minha mãe e meu tio, respectivamente; pessoas que trabalharam para nipônicos e cujas memórias foram o ponto zero de uma dimensão a ser percorrida; o agricultor José Raimundo da Cruz Pires, ex-sócio de japoneses; Neusa Maria de Souza, que teve relacionamento afetivo

com japonês e filhos; e Julieta Tanabe, esposa do nipônico Sadamu, serão importantes para encorpar ainda mais o arcabouço de experiências e subjetividades.

Importante ressaltar a dificuldade de encontrar fontes para interlocução. O número de japoneses remanescentes das colônias é muito pequeno e disperso. Muitos deles já faleceram, os que chegaram ainda crianças estão idosos e reclusos.

Portanto, penso que em alguma medida este trabalho flerta com a micro-história na orientação dos contextos da temática de minha análise. Não me preocupei em colecionar situações individuais, caracterizadas por aspectos em comum, mas, para além disso, na “similaridade perfeita existe mais entre os relacionamentos que unem as coisas, do que entre as próprias coisas, que podem ser muito diversas” (LEVI, 1992, p. 157). Então, as trajetórias particulares vão sendo revolvidas dentro de um processo maior e genérico.

Além disso, este trabalho versa sobre sujeitos cuja história, até então, fora silenciada, esquecida, pois, trata-se de um processo visto com abatimento. Movimentos migratórios e imigratórios fazem parte do mundo moderno, capitalista, que consiste em cooptação de força de trabalho a partir de processos desagregadores, “historicamente determinado pela expansão do modo de produção capitalista” (MARTINS, 1973, p. 22), logo, correntemente a imigração foi historicizada sob o viés do êxito econômico, uma vez que o triunfo de toda coletividade de imigrantes determina sua fixação e ajustamento, suprimindo-se as experiências de perdas e infortúnios.

A evidência oral é um registro trabalhoso devido a sua transcrição. A gravação é mais fidedigna do que o escrito, porque as palavras encontram-se exatamente como foram faladas “e a elas se somam pistas sociais, as nuances de incerteza, do humor ou do fingimento, bem como a textura do dialeto” (THOMPSON, 1992, p. 146-147), transmite o sentido com que as palavras foram ditas, podendo ser refutadas. Diferentemente de um documento oficial, um testemunho não tem um padrão, ou seja, a mesma coisa pode ser dita de várias formas, jamais do mesmo modo. O entrever com os interlocutores me deu acesso a outro tipo de fonte, as fotografias, e suas memórias recursos para a análise de jornais.

Lançando mão dos instrumentos e instigações que foram se apresentando ao longo da pesquisa, empenho-me em mais que pura e simplesmente fazer uma cronologia discursiva a respeito da experiência dos imigrantes japoneses, afinal, fazer história oral é “produzir conhecimentos históricos e científicos” (LOZANO, 2006, p. 17). Sendo assim, a cada capítulo busco tecer o melhor entendimento sobre a imigração japonesa no Maranhão.

A divisão do texto foi efetuada em três partes. O primeiro capítulo, intitulado *A modernização do Estado japonês e a questão da imigração*, operará com a perspectiva de um

breve retorno a momentos do final do século XIX e início do século XX em que o Japão mais investiu em movimentos de emigração, de como as transformações políticas e sociais havidas no Japão, desde a abertura dos portos do país, em 1854, e a Reforma Meiji, em 1867, passando pela transição do feudalismo para a capitalista, foram sentidas por seu povo, principalmente a coletividade camponesa. O país passava agora a constituir-se em vista da modernização do Estado. A terra passava ter viés de mercadoria, provocando reflexos ao meio rural, camponeses perderam terras, outros perderam emprego. O Japão passou a se organizar com investimento à industrialização centrada para o meio urbano, ocasionando a quebra dos camponeses que, sem terras para cultivar e desempregados, foram tentar a vida nos centros urbanos, porém não foram absorvidos. O Estado japonês, que antes punia com a morte quem tentasse deixar o país, enviou emigrantes para o exterior.

Busca também contextualizar o Brasil enquanto receptor das mais diversas correntes imigratórias desde o Oitocentos, bem como a finalidade da imigração na atração de braços para as lavouras, da idealização do europeu como imigrante exemplar, civilizador, moralizador, baseado em critérios raciais em que africanos e asiáticos eram rejeitados e inferiorizados. Dessa maneira, apresentará, ao longo dos subcapítulos, a trajetória do percurso imigratório do Brasil e emigratório japonês até que os nipônicos entrem no país, em 1908, direcionados para os cafezais paulistas, e o processo de ocupação de todo o território nacional, dando ênfase à experiência paulista e também para a presença japonesa na região amazônica.

O segundo capítulo, que traz por título *Imigração japonesa no Maranhão e o desenvolvimento agrícola do estado*, começa pela questão da migração em geral no Maranhão, século XIX, e a iniciativa de imigração estrangeira, em 1853-1855, com instalação de colônias no estado e a entrada de migrantes nordestinos em 1877. O Maranhão, desde a extinção do tráfico de escravos, enfrentou crise semelhante ao de todo o Império do Brasil em que os grandes fazendeiros passaram a se queixar a respeito da falta de braços na lavoura, sendo esta aferida como uma das principais causas para a decadência da lavoura. Retomarei a este momento para o exame de como antes da chegada de japoneses na década de 60 do século XX já havia no Maranhão uma política imigrantista que também passou pela preferência do europeu como imigrante ideal, depois cedendo aos retirantes nordestinos para suprir a escassez de braços e recuperar a economia da província.

Feito isto, contextualizarei o Maranhão, que toma por medida a atração de imigrantes, e o Japão, que envia emigrantes para o estado. De forma que analisarei o momento em que se dá a imigração japonesa para o Maranhão, que corresponde ao período pós-guerra, considerado a segunda fase da imigração. O Japão, derrotado na guerra, atravessou uma profunda crise; para

o soerguimento da sua economia e reconstrução do país, volta a investir na emigração da sua população. Buscarei também compreender as diferenças e semelhanças entre os movimentos de imigração japonesa da segunda fase em relação à primeira; assim como o caráter definitivo na segunda e a permanência do padrão familiar.

Posto isto, apesar de a pesquisa ter como recorte temporal o século XX que está inserido entre os estudos da História do Tempo Presente, a narrativa retrocede e caminha por cronologias como o século XIX, uma vez que esforcei-me em fazer uma espécie de genealogia da imigração no Maranhão, embora não tenham sido abordadas todas e as mais diversas correntes imigratórias já investidas no estado, o que nem caberia ou interessaria aqui, estive atenta e assinalei a imigração estrangeira e migração de nordestinos durante o Oitocentos a fim de destacá-la não por um viés tradicional “que tende a dissolver o acontecimento singular em uma continuidade ideal”, mas como uma “miríade de acontecimentos entrelaçados” (FOUCAULT, 1990, p. 28-29).

O Maranhão cujas governanças por diversos momentos propalaram o retorno a origem dos tempos de uma economia próspera, a uma idade de ouro, porém, quanto mais volta-se no tempo, vê-se a repetição, a reprodução e reiteração de um discurso que busca recuperar uma economia em involução, um estado naturalmente rico com escassez de braços para desenvolvê-lo. A decadência atrelada ao tempo presente de quem sobre ela discursa e sua explicação acende um passado idealizado (ALMEIDA, 1983, p. 82).

Em seguida, discorrerei a respeito da instalação das colônias japonesas no Maranhão, o impacto, a percepção dos japoneses em relação ao estado, a cobertura jornalística sobre imigração e como a presença de japoneses agricultores irá avultar o debate a respeito da condição do lavrador maranhense. As condições dos colonos nipônicos, as dificuldades por eles enfrentadas e a conjuntura do Maranhão serão sistematicamente apresentadas no confronto das fontes. Logo, testemunhos orais, fotografias e análise dos jornais aparecerão de forma condensada e epistemológica.

No terceiro e último capítulo, *Trajetórias e ambiguidades do imigrante japonês no Maranhão*, a partir das experiências da trajetória do imigrante Sadamu Tanabe, e no cruzamento com outras experiências captadas pelos testemunhos de outras fontes, ou seja, análise desenvolvida no nível da situação mais singularizada, mostrarei o choque com a nova terra, as estratégias de adequação e a tentativa da comunidade japonesa de se manter endógena.

Examinarei ainda as ambiguidades e experiências particulares de perdas, conflitos, tensões, malsucedidos e a dissolução das colônias. A identidade do sujeito imigrante – sujeito de dois mundos, lugar de entremeio, entre mundos –, articulando o singular com o geral, “o

detalhe vale pelas fatias de realidade que revela, pelo peso das circunstâncias e das motivações que suporta, pela compreensão dos contextos aos quais introduz” (BENSA, 1998, p. 45).

Versarei ainda acerca da identidade do imigrante japonês no Maranhão, com base em matéria apreendida em suas memórias, uma vez que a “memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 2003, p. 469).

O imigrante enquanto sujeito e na sua formação identitária é atravessado por fronteiras naturais formadas por pessoas que foram “dispersadas para sempre de sua terra natal” e que mantêm forte vínculo com suas tradições, mas já não têm a ilusão de retorno, logo, vivem em constante relação com as culturas em que foram inseridas; estão “irrevogavelmente traduzidas”, ou seja, vivem no entre a assimilação e a conexão com suas tradições; são “o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias casas” (HALL, 2019, p. 52). Assim são os sujeitos que resultam das migrações e habitam pelo menos duas identidades. O liame que envolve essa relação, assimilação e manutenção das tradições dos indivíduos nipônicos será analisado e dará fecho a este estudo.

CAPÍTULO 1: A modernização do estado japonês e a questão da imigração

O grito de guerra que anunciou a era moderna no Japão foi 'Sinno joi', 'Reponham o Imperador e expulsem os bárbaros'.

(BENEDICT)

1.1. *Isshin*: Restauração japonesa e renovação de braços na lavoura do Brasil

O país conhecido como a terra do sol nascente foi durante muito tempo fechado para o Ocidente. No século XIX, mudanças profundas no mundo, causadas por específicas razões a cada nação, provocaram o deslocamento de diversos povos de um lugar a outro, sobretudo para o Novo Mundo onde territórios colonizados por países europeus passavam por processos de independência política e de transformações econômicas, depois de séculos de exploração a custo do trabalho compulsório de nativos indígenas e de africanos. Devido a essa emancipação, havia terras que precisavam ser exploradas e povoadas. Desse modo, imigrantes, principalmente europeus, vieram reocupar as Américas por motivos diversos que sabidamente são vetores de desagregação, como revoluções, guerras ou fenômenos de ordem natural (terremotos, inundações ou secas prolongadas). No Japão, até a metade do Oitocentos não era permitido a população emigrar, só a partir da Restauração Meiji, em que o país passou por um processo de modernização e abertura político-econômica, foi que o país abriu seus portos.

O país do Oriente Próximo, que por séculos passou pelo que se convencionou chamar de feudalismo japonês, na luta entre os feudos e a autoridade feudal, que culminou na queda do Xogun e passou pela Restauração Meiji, manteve antigos governantes feudais à frente do que foi herdado do império, agora chamados governadores. Em 1871 “o governo tomou a decisão final de anunciar, num breve decreto, que os domínios feudais se tornariam unidades de administração local (prefeituras) sob o governo central” (MOORE JR, 1983, p. 247). Esse processo de reconfiguração política passou também pelos costumes e sociabilidades, sobretudo naquilo que se refere à relação com o trabalho. A partir de 1869 todas as classes sociais passaram a ser, perante a lei, iguais; abriram-se os canais de comunicação e comércio locais; foi concedido a liberdade de cultivo, pois antes as culturas agrárias eram seccionadas; e o direito de compra individual de terras; desse modo, as terras passavam a ter um aspecto de mercadoria.

O dismantelo do *modus operandi* político-social do Japão parecido com o feudalismo europeu teve como desdobramento várias problemáticas sociais. O êxodo rural de camponeses

desvalidos que mudaram para as cidades em busca de emprego, porém, despossuídos de qualificação profissional. Logo, avolumou-se o contingente da população desocupada nos centros urbanos do Japão.

A fim de sanar os desajustes sociais, em 1855 foi permitido e incentivado que a população emigrasse para outros países. Antes disso, o sujeito que tentasse deixar o país podia ser punido com a morte, pois o Xogunato tinha severas medidas disciplinares. Durante o regime Xógun Tokugawa duas castas daquele feudalismo foram engessadas, os guerreiros (samurais) e os fazendeiros. Ficou conhecida como “caça de espadas” a medida de desarmamento dos camponeses que dava aos guerreiros o direito de exclusividade de usarem a espada, porém estes não podiam exercer outras atividades como o comércio, ter fazendas ou serem artesãos. Desse modo, passavam à condição parasítica e de dependência senhorial, pois, seu pagamento era definido a regra e gosto do seu damio (senhor) mediante o que era apurado dos impostos pagos pelos camponeses.

Ruth Benedict enfatiza o papel importante dos comerciantes na queda do regime Tokugawa. No século XVII iniciou o processo de insatisfação dos comerciantes, uma vez que naquela organização social eles só não estavam abaixo dos párias e foram os mais prejudicados pela medida extremada de decretar o isolamento do Japão.

O Japão havia mantido um comércio por toda extensão da China e da Coreia, desenvolvendo-se, então, inevitavelmente, uma classe de negociantes. Os Tokugawa terminaram com tudo isto considerando um delito passível de pena capital construir ou operar embarcações que ultrapassassem determinadas dimensões. Os pequenos barcos permitidos não podiam atravessar o continente, nem transportar carregamentos de mercadorias. O comércio nacional também foi severamente limitado, mediante barreiras alfandegárias erguidas nas fronteiras de cada feudo. Criaram-se outras leis acentuando a baixa posição social dos comerciantes. Leis sanitárias regulavam as roupas e guarda-chuvas que podiam usar, a quantia que podiam despender num casamento ou funeral. Não podiam morar em bairro dos samurais. Não dispunham de proteção legal contra as espadas dos samurais, os guerreiros privilegiados (BENEDICT, 1972, p. 58).

Os fazendeiros estavam presos a sustentar os samurais em troca da proteção que estes lhes garantiam aos feudos. Por conseguinte, isto espregia ainda mais impostos dos camponeses. De forma que se criou a necessidade das classes que viviam sob os arrochos desse sistema de recorrer a financiadores e negociantes, ocasionando seus endividamentos e a presença de classes improdutivas. Um processo contraproducente que degingolou na incapacidade dos damios de pagarem os samurais, ao que tentaram aumentar os impostos dos camponeses, que já não conseguiam mais pagá-los, arruinando o próprio Xogunato.

A restauração Meiji significou o retorno do Imperador e só foi possível porque “foi executado de cima” (MOORE JR, 1983, p. 272) pelas classes que proporcionaram a queda do Xogunato, sobretudo os damios, que viram a oportunidade de governar o país e não mais se submeter ao Xogunato, e os comerciantes que, interessados na expansão mercantilista, financiaram a sublevação dos restauradores.

O caráter mercantilista que o espaço rural passou a exercer beneficiou os senhores rurais abastados e seus arrendatários, bem como o surgimento de pequenos proprietários. Os camponeses viram-se mais empobrecidos, mal renumerados ou desocupados, não foram absorvidos pela industrialização, emergia então a elaboração da emigração.

Inicialmente, os nipônicos emigraram para a China, Filipinas, Coreia e para a parte oriental da Rússia. De semelhante modo, em 1884, o acordo assinado entre Japão e Havaí marcou a emigração de trabalhadores japoneses para países ocidentalizados, sobretudo países do Novo Mundo que passavam por crescimento econômico e careciam de mão de obra, caso dos Estados Unidos, Canadá, Peru, México e Brasil. A experiência específica do Havaí, parte continental dos Estados Unidos, do Canadá e Peru foi de receber trabalhadores não qualificados, ávidos por ocupação e dispostos a exercer atividades de remuneração relativamente baixa. Dessa maneira, as primeiras levas de imigrantes nipônicos eram formadas basicamente por homens e de caráter temporário, uma vez que o objetivo era trabalhar, juntar dinheiro e retornar ao Japão.

No Brasil Imperial, a entrada de imigrantes estrangeiros era pensada e praticada de acordo com as necessidades do território brasileiro.¹ Na segunda metade do Oitocentos “se estava longe de pensar na imigração assalariada mas se almejava criar núcleos coloniais de povoamento no Sul por causa das contínuas lutas contra os vizinhos do Prata em defesa do território nacional”. (ALVIM, 1998, p. 218.)

É importante ressaltar que a presença de imigrantes estrangeiros em território brasileiro passava pelo crisol do Estado Imperial e da elite intelectual em relação a procedência de tais imigrantes. Com a proibição do tráfico de escravos, a partir de 1850, o crescente queixume dos

¹ No Brasil Colonial, a entrada de imigrantes estrangeiros era incentivada pelos governantes. É o caso dos açorianos que emigraram das Ilhas dos Açores ao Brasil desde meados do século XVI ao início do século XIX em que a Coroa buscava povoação, colonização e reforço militar ao território. Segundo Cordeiro e Madeira, “Em 1550, foi a própria coroa a incentivar Pêro Anes do Canto no sentido de recrutar açorianos que deveriam ser encaminhados para a colonização do Brasil e, em particular, para a fundação da Baía. Tal como ocorreu posteriormente, nos séculos XVII e XVIII, a coroa já então disponibilizava meios de transporte e prometia terras, como forma de aliciamento dos colonos. (...) a coroa continuou a patrocinar a saída de casais, sobretudo na segunda década do século XIX. (...) O Aviso de 11 de março de 1811 requeria o recrutamento, em todas as ilhas, de casais que pretendessem seguir para o Brasil” (CORDEIRO & MADEIRA, 2003, p. 100-101, 116).

fazendeiros da falta de braços nas lavouras sublevou a discussão acerca da necessidade de atração de imigrantes que poderiam vir de qualquer lugar e pertencer a qualquer etnia, para suprir os escravos fugidos, mortos e que com a repressão ao tráfico vinham cada vez menos da África.

Ocorre que a questão econômica da inserção de imigrantes culminava num conflito de interesses em relação ao debate sobre a nacionalidade. Enquanto que para os fazendeiros interessava tão somente substituir os negros no trabalho,

para os altos funcionários imperiais, o fim do contrabando negreiro abria, ao contrário, a oportunidade tão esperada de “civilizar” o universo rural, e mais ainda, o conjunto da sociedade, reequilibrando o povoamento do território em favor da população branca. No horizonte da questão migratória, os debates definem uma visão da contemporaneidade oitocentista brasileira, da evolução das sociedades modernas, nos modos de vida predominantes no país (ALENCASTRO; RENAUX; 1997, p. 295).

Vê-se que a questão da imigração é atravessada pelo debate racial. Dessa maneira, o imigrante ideal para a construção da nacionalidade do Brasil, além de sustentar de força de trabalho, deveria apresentar o fenótipo que contribuísse para o branqueamento do país e na construção de uma nação civilizada.

No século XIX, os presidentes da Província do Maranhão faziam referência ao declínio da economia do campo. Alfredo Wagner Berno de Almeida, ao analisar os relatórios dos administradores do Maranhão imperial, verifica que é corrente explicarem a involução da lavoura devido a “escassez de braços”, pois, com a extinção do tráfico de escravos em 1850, a economia dependente do trabalho compulsório precisava se remodelar.

Passou então o Estado a adotar medidas mantenedoras de normas escravistas e impelir a população livre e empobrecida ao regimento da peonagem que nada mais consistia do que um adiantamento do pagamento de um trabalho ainda a ser realizado; sendo assim, o sujeito já começava suas atividades endividado, de modo que ficava impossível quitar-se com os encargos individualmente. Dessa forma, famílias inteiras passavam à posse de outras pessoas trabalhando em condições análogas ao escravismo, prática que recebeu resistência da população livre e culminou no discurso de lástima pela falta de braços na lavoura do Maranhão.

As deliberações a respeito da escassez de braços no século XIX incluíram ainda abertura do Maranhão para nordestinos advindos de outros estados, principalmente do Ceará, que sofriam com a seca que assolou a região na década de 1850. Houve a tentativa de colonização estrangeira, de preferência europeia, que não obteve êxito. Ao seu insucesso atribuiu-se as

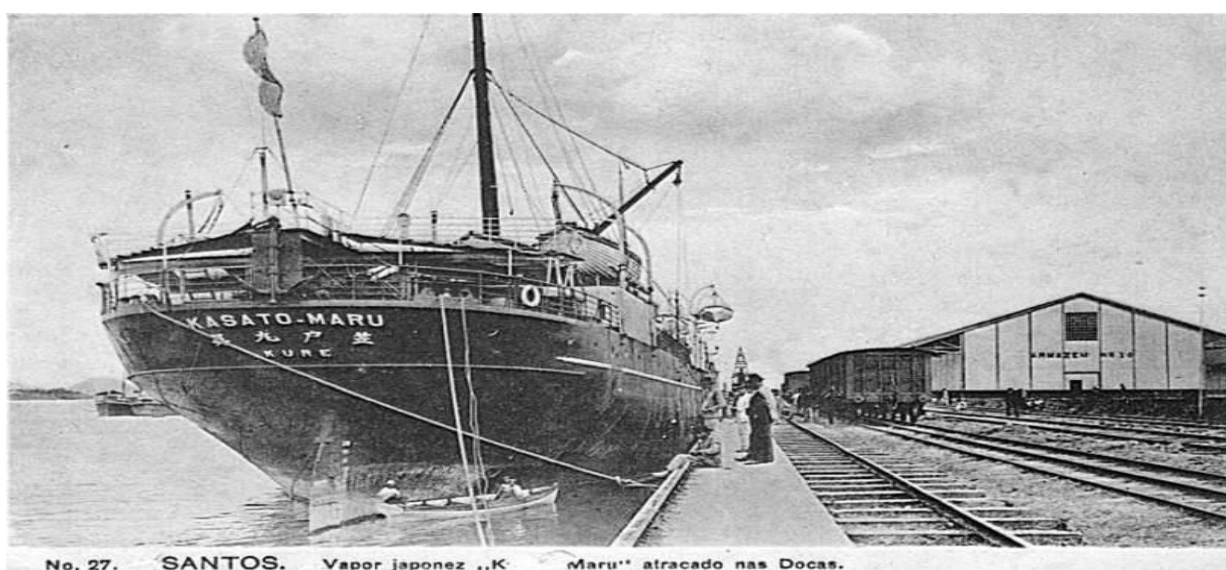
epidemias que avultaram a província e fora acometida pelos imigrantes, assim como a insubmissão dos colonos aos contratos dos empresários.

Mediante estes resultados inteiramente contrários as previsões dos administradores provinciais do Maranhão, estes decidiram suspender outros acordos com vistas a remessas de novos contingentes de “colonos estrangeiros”. Os lavradores se retraíram à incorporação de novos trabalhadores livres e os debates e sugestões em torno da colonização e da emigração passaram a se desenvolver praticamente no terreno das ideias (ALMEIDA, 1983, p.153).

Sendo assim, a experiência de imigração de nipônicos no Maranhão é tardia para os parâmetros de levadas significativas em que japoneses entraram no Brasil, sobretudo no início do século XX, período bem esclarecido por Hiroshi Saito como a primeira fase (compreendendo de 1908 a 1941) em que caracterizava-se pela entrada de imigrantes cuja maioria foi destinada às lavouras cafeeiras para acudir a falta de braços, e outros pequenos grupos para núcleos coloniais em São Paulo, Paraná e também na Amazônia. “O traço comum à maioria dos que entraram nessa fase foi o seu caráter de imigração temporária, com sonho de sucesso fácil e de retorno ao Japão” (SAITO, 1980, p. 83).

O marco oficial e inaugural da história da imigração japonesa no Brasil é 18 de junho de 1908, data em que aportou em Santos o navio Kasato Maru no qual “chegaram 793 imigrantes contratados através da empresa japonesa de imigração e colonização Kokoku Shokumin Kaisha” (CARDOSO, 1995, p. 31).

Figura 1: Kasato Maru: o primeiro navio a trazer imigrantes japoneses ao Brasil:



Fonte: Google: <https://okinawando.wordpress.com/2018/06/18/kasato-maru-o-primeiro-navio-a-trazer-imigrantes-japoneses/> Acesso 28/09/2021.

A imigração japonesa no Brasil, sobejamente inaugurada em 1908, é uma experiência resultante de um encadeamento de transformações políticas e sociais que vinham ocorrendo no Japão desde o fim do século XIX. Em 1870, aproximadamente, ocorreu no Japão a Restauração Meiji quando os domínios feudais passaram a ser unidades administrativas, ou seja, partes de uma estrutura maior, um governo central.

Com o fim do regime Tokugawa houve o desmantelamento da comunidade rural com a reforma do sistema de impostos e desenvolvimento das relações comerciais na agricultura. “Agora que haviam sido afastadas as barreiras opostas à venda de terras, verificaram-se numerosas transferências e algumas indicações de uma tendência para a concentração da propriedade em menor número de mãos (MOORE JR, 1983, p. 278). Tais mudanças foram sentidas pela população japonesa como uma espécie de espasmos sociais que tiveram consequências de marcas profundas na vida de camponeses.

Na fase de transição da era feudal para a capitalista, a economia mercadológica e monetária trouxe reflexos de vária ordem para a comunidade rural, até então submetida a velhos padrões. Uns perderam terras, outros ficaram desempregados, e quando a estrutura da sociedade até então vigente começou a desmoronar, passou a aumentar o número dos que saíam para tentar ganhar dinheiro em outras localidades ou se afastavam das regiões em que moravam em busca de novos empregos na metrópole. E se a industrialização de um país se mostrava insuficiente, incapaz de absorver os trabalhadores saídos do meio rural, então era imperioso deixar a família no interior e tentar ganhar dinheiro em outras localidades. Quando se ia para o exterior, a emigração se caracterizava pelo objetivo de ganhar dinheiro (HANDA, 1987, p. 72).

É salutar enxergar o sujeito que passa pela mudança de *locos* não só como imigrante, suas práticas no lugar que passa a viver vão para além das expectativas de prosperidade, antes disso estão os motivos que o fizeram emigrar de seu país. Abdelmalek Sayad reflete a respeito da questão epistemológica desses indivíduos advertindo-nos de que o fenômeno pensado e denominado por imigração num lugar, noutro é conhecido por emigração “como duas faces de uma mesma realidade” (SAYAD, 1998, p.14); logo, não se pode ignorar o contexto japonês que ensejou a saída em massa da população daquele país outrora fechado, mas que a partir da Restauração Meiji passou por transformações econômicas e políticas que o incorporou a modernidade

e foi marcado pela queda do xogunato e pela volta do poder nas mãos do imperador, com a promulgação de uma nova constituição à luz das constituições modernas ocidentais. Como parte das modernizações que marcaram o período, estava o aprofundamento do processo de abertura do país

para o estrangeiro, e o estabelecimento de tratados comerciais com outros países. Tais tratados, que viabilizaram a saída de trabalhadores para o estrangeiro, foram parte de uma política adotada pelo governo visando aliviar as convulsões sociais de que sofria o país desde o período que antecedeu o fim do xogunato (KODAMA, 2007, p.199).

Era necessário criar condições para que a população japonesa fosse atraída para fora do país, e assim surgiram políticas de emigração no Japão com o estímulo do governo que fez surgir empresas de expedições marítimas para vários países como os Estados Unidos, Peru, México e Brasil. “Emigração para o Brasil significava emigração para São Paulo” (CARDOSO, 1995, p.32) cujo Governo se mostrava empenhado em receber os nipônicos para trabalhar nas fazendas do café que economicamente voltavam a crescer, depois de uma breve crise no fim do século XIX e com a interrupção da imigração italiana.

Assim sendo, as ajudas dos governos japonês e brasileiro e o arrimo das empresas de imigração cooperou para a inserção de nipônicos no Brasil. Evidentemente que houve tensões na chegada e todo um processo de adaptação dos japoneses tão desejosos de prosperar no novo lugar e depois regressar para seu país de origem.

Vistos com exotismo e estranhamento, a chegada do *Kasato Maru* ao porto de Santos foi aguardada com curiosidade pelos nacionais que, até então, pouco conheciam acerca da terra do sol nascente e estavam ávidos para verem os japoneses, porém, devem ter desapontado os que esperavam excentricidades e surpreenderam pela forma ordeira que se portavam, por serem limpos e os trajes que vestiam.

Vestidos à europeia, os homens de chapéu ou boné e gravata e as mulheres com camiseta unida à saia, cinto e chapéu preso a cabeça por elástico enfeitado com grampo, afora as luvas brancas. Alguns, por terem participado da guerra, traziam orgulhosamente no peito suas condecorações, outros hastes de bambu pintadas ou lança de metal amarelo encabeçadas pelas bandeiras japonesa e brasileira (NOGUEIRA, 1983, p. 100).

Figura 2: Desembarque do Kasato Maru no Porto de Santos (1908):



Fonte: Google: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Desembarque_Kasato_Maru.jpg. Acesso 28/09/2021.

O que os nipônicos não contavam eram as vicissitudes que atravessariam numa terra estranha, essencialmente agrária, recém-saída de um regime escravocrata e tradicionalmente pungente a quem arduamente trabalhava nela. Handa, através de seu próprio relato e dos que coletou, elenca os abalos e privações a que foram submetidos seus compatriotas trabalhando sob uma rígida disciplina. “Em especial, parece que sofreram espiritualmente por terem que trabalhar sem compreender a língua, debaixo dos insultos de um fiscal estrangeiro” (HANDA, 1987, p.141).

O que se faz crer é que o tempo e a realidade dura da vida de imigrante no Brasil trataram de desiludir os nipônicos pioneiros que pensavam ganhar muito dinheiro em pouco tempo. Visto que já chegavam endividados “tendo parte da passagem marítima subsidiada pelo governo estadual e parte paga pelo fazendeiro empregador, que podia descontá-la dos salários dos novos colonos” (CARDOSO, 1995, p.32), nos mesmos moldes em que fora viabilizada a imigração italiana. Ao passo que as adversidades foram os afastando do propósito de voltar à terra natal:

As companhias de imigração que instalaram atividades variadas também procuravam fixar os imigrantes na terra, afastando deles o projeto de conseguir um montante de renda para voltarem ao Japão. Aos poucos, muitos foram se apercebendo das dificuldades de retornar e abandonando seus planos originais. Percebiam também que o Estado japonês não tinha intenções de promover a volta dos trabalhadores. Viam-se, assim, postos diante da necessidade de desbravar outros caminhos para uma ascensão econômica (KODAMA, 2007, p. 201).

Contudo, é importante ressaltar que a imigração continuava sendo impulsionada “De 1908 a 1941 com a entrada de aproximadamente 190 mil” (SAITO, 1983, p. 82) colonos para os cafezais paulistas. Houve anos de resistência brasileira aos orientais e de uma tentativa frustrada de certa companhia japonesa em 1894 de inserir o Brasil em sua política imigratória, até que a “assinatura do Tratado de Amizade, de Comércio e Navegação entre o Brasil e Japão, em 1895” (HOMMA; FERREIRA; 2008, p.167) foi um importante passo dado em direção a imigração japonesa no Brasil que só seria implementada, de fato, em 1908, com a vinda de trabalhadores sob sistema de colonato. “Suas passagens marítimas eram financiadas em parte pelo governo do estado e em parte pelos fazendeiros, que descontavam posteriormente do trabalho dos colonos” (KODAMA, 2007, p. 202).

Em 1921 houve o desinteresse do governo paulista que passou a recusar subsídios para a viagem de imigrantes japoneses; ocorreu o mesmo no Peru que em 1923 passou a repelir a entrada de nipônicos naquele país. “Este desinteresse latino-americano criou, como contrapartida, uma ativa participação do governo japonês, que chamou a si os encargos necessários para garantir continuidade do movimento migratório” (CARDOSO, 1995, p.34). Dessa forma, segundo Cardoso, de 1925 a 1941 a transferência de japoneses para o Brasil passa a acontecer sob a mediação e custeio do governo nipônico cujo entusiasmo pelo Brasil se dá por ser “praticamente o único país aberto aos nipônicos” (1995, p. 34). Nesse período, a entrada de japoneses no país chega a quase 150.000.

Todavia, de um modo geral, durante a Segunda Guerra Mundial houve um arrefecimento da imigração no Brasil. No que concerne à imigração japonesa, o que se pode pensar é que as tensões do clima de beligerância mundial fizeram sobrepesar aos nipônicos uma demasiada desconfiança.

1.2 “O perigo japonês”: a ambivalente relação de fascínio e antiniponismo

A posição do Japão na Segunda Guerra Mundial era de potência com interesses imperiais no Extremo Oriente. País em franco avanço industrial, mas economicamente vulnerável por depender das importações oceânicas para aquisição de recursos naturais e sob o jugo do embargo comercial americano, o Japão respondeu atacando a base naval estadunidense, Pearl Harbor; “a jogada que fez era perigosa e revelou-se suicida” (HOBBSAWN, 1995, p. 48), empurrou os americanos para a guerra, tornando-a total. O revide dos Estados Unidos foram as bombas atômicas à Hiroshima e Nagasaki, uma tragédia cujas feridas são bem conhecidas.

Conforme Ruth Cardoso, na década de 1930 o movimento imigratório teve seu momento de ápice. As organizações japonesas passaram a se introduzir no Brasil a partir da instalação de fazendas de café ou de criação, muitos imigrantes nipônicos já tinham deixado de ser colonos e transformaram-se em lavradores independentes, o que mais adiante ocasionou mudanças no capital japonês que, antes empregado na agropecuária do país, passou a ser investido no comércio e na indústria. Porém, a autora atenta para o declínio imigratório em 1934, pois,

é aprovado pela Assembleia Constituinte o projeto que instituía o regime de quotas. Tratava-se de uma barreira que atingia principalmente japoneses, visto que limitava o número de entradas anuais de estrangeiros a 2% do total da respectiva nacionalidade entrado nos últimos 50 anos. Como a imigração japonesa era a mais recente, foi também a mais prejudicada. A partir de então começou a diminuir a importância desta corrente migratória até sua paralisação total com a II Guerra Mundial (CARDOSO, 1995, p. 35-36).

A adoção desta quota para a entrada de imigrantes no Brasil limitou, sobretudo, a imigração japonesa. E, ao que parece, tal medida pode estar relacionada aos que muitos acreditam que possa ter sido o auge da questão que envolvia o cuidado com a racialização e branqueamento. Ideias eugenistas arguidas pelas classes intelectuais e políticas do país a respeito do perigo amarelo.

Todavia, para além da questão racial, há que se considerar também que toda suspeição a respeito dos japoneses se deve muito a questão política e econômica. Em conformidade com o exame de Cardoso de que a incorporação dos nipônicos no Brasil foi balançada durante a Segunda Guerra. Dificultou a sociabilidade dos japoneses já radicados no país o fato de Brasil e Japão ficarem de lados opostos no conflito, logo, passaram a ser vistos como inimigos do país que haviam adotado para viver e “enfrentar os problemas de discriminação surgidos com a guerra quando ainda era recém-chegada” (CARDOSO, 1995, p. 53). Também causaram incômodo no que tange à questão econômica; a inserção das companhias japonesas no campo latifundiário teria causado insatisfação aos grandes cafeicultores, uma vez que

com a imigração japonesa vieram grandes capitais empregados em projetos de colonização no estado de São Paulo. Companhias nipônicas auxiliares e subsidiadas pelo Estado Japonês compraram grandes glebas no “império do café”, lotearam essas terras e instalaram imigrantes japoneses. Projetos dessa natureza não podiam ser bem vistos pelos fazendeiros de café, que gritavam por braços (PETRONE, 1982, p. 44).

Todas estas questões fundamentaram o debate a respeito da presença japonesa no Brasil, da imigração de um povo tão diferente culturalmente de nós e dos europeus cujo arquétipo ocupava o ideário do que se entendia por civilizado, portanto, superior. “Dos debates a favor e contra sua entrada, os argumentos oscilavam de um lado por serem considerados um povo trabalhador, e, por outro, por serem tidos como inassimiláveis” (KODAMA, 2007, p. 209).

O abalo na integração social dos imigrantes japoneses no Brasil causado pelas posições divergentes entre Brasil e Japão no confronto ideológico e belicoso que o mundo atravessava reacendeu estigmas e preconceitos acerca dos asiáticos que durante anos foram responsáveis por retardar sua entrada no país. Quando o sistema escravista do Brasil sofrera o golpe da proibição do tráfico imposta pela lei Eusébio de Queiroz, em 1850, foi um alerta para a elite agrária do país de que alternativas de mão de obra precisavam ser pensadas para que não faltassem braços em suas lavouras. E tão logo a imigração de estrangeiros foi posta em discussão,

para os fazendeiros, o fim do tráfico negreiro podia acarretar apenas um “amarelecimento” dos trabalhadores das fazendas; em vez de negros seriam os chineses que pegariam a enxada. Houve de fato, um começo de imigração chinesa para o Brasil, a exemplo do que acontecia em Cuba. Negreiros portugueses, e mais particularmente açorianos, haviam engatado um tráfico de chineses via Macau. Perto de 2 mil chineses foram assim desembarcados no Rio de Janeiro entre 1854 e 1856 (ALENCASTRO; RENAUX, p. 295).

A priori, havia o sobredito choque de interesses entre fazendeiros e a burocracia imperial, pois, enquanto que para a elite rural só importava dispor de homens trabalhando nos campos, para os altos funcionários do Império preocupava qual a contribuição da imigração ao futuro da sociedade do Brasil, ou seja, os estrangeiros que entrassem no país iriam resultar em que povo? Afinal, no debate entre as nações que se queriam fazer modernas dominava o discurso civilizador na construção de uma identidade nacional. Ao analisar a ideologia da imigração enquanto instrumento de ‘aprimoramento da raça’, Maria Thereza Schorer Petrone identificou o sujeito

João Cardoso de Menezes e Souza, barão de Paranapiacaba, incumbido pelo Ministério da Agricultura para fazer um plano para promover a imigração, plano esse escrito em *Theses sobre a Colonização* (1875), refere-se à imigração chinesa como um “transbordamento de flagelos”: ela abastardaria a raça, traria os vícios da imoralidade, seria empecilho para o progresso agrícola e industrial. Em palavras hoje consideradas preconceituosas continua: “Que a raça chinesa abastarda, e faz degenerar a nossa, é verdade antropológica, que tem por si a autoridade de notáveis especialistas” (PETRONE, 1982, p. 42).

De todo modo, faz-se necessário compreender porque os chineses são alvos de ojeriza em discursos como o acima exposto, e de que maneira esta forma de enxergá-los está imbricada a imagem dos japoneses que durante tanto tempo também foram repelidos pela política imigratória do Brasil.

Ocorreu que os primeiros asiáticos a entrarem no Brasil foram os chineses, em 1810, trazidos pela Coroa Portuguesa de Macau para o Rio de Janeiro, trabalharam na fracassada tentativa de introdução da cultura do chá no país. O insucesso desta empresa se deu porque os chineses não teriam se adaptado ao clima nem suportado os maus tratos que foram submetidos e também pela inexperiência no plantio, abandonando as lavouras. Com a fuga foram considerados indolentes e insubordinados.

Após a extinção do tráfico de escravos, as oligarquias agrárias chegaram a considerar, uma vez excluídas a mão de obra de negros e de brancos empobrecidos que soavam atraso e indolência, os imigrantes chineses como opção, por serem tidos como mais baratos e dóceis, se comparados aos europeus. No entanto, como já foi mencionado anteriormente, os asiáticos não tinham unanimidade de aceitação, ao contrário, dividiam a opinião política, havia “os que eram frontalmente contrários”, pois enxergavam a adoção de chineses como uma forma de implantar uma “escravidão disfarçada” (NOGUEIRA, 1983, p. 80).

Culturalmente, os asiáticos sempre despertaram estranhamento entre os povos ocidentais ou ocidentalizados. Um fator desfavorável para que esses orientais fossem vistos em sua alteridade e particularidades sócio culturais é que eram vistos de forma homogênea, aparentemente iguais e numa unicidade. A malsucedida imigração chinesa no Brasil cujo fracasso ficou na conta dos chineses sob o estigma da revelia ao trabalho por muito tempo contribuiu para que os japoneses fossem vistos da mesma maneira, pois, na visão ocidentalizada, não familiarizada com estes povos, pareciam semelhantes, logo, dispunham dos mesmos vícios e imperfeições (DEZEM, 2005 p. 46).

Tendo em vista que o projeto de colonização primava pelo branqueamento, seus ideólogos se esforçaram a favor da imigração e do pequeno latifúndio para povoar o país, logo, excluía-se deste processo o negro africano, figura oposta ao ideário de raça que se pretendia constituir e pela desvalorização do trabalho manual escravo. Debate que se estendeu por todo o período imperial até que se consumasse na República no Decreto N° 528 de 28 de junho de 1890 em que o Brasil estaria aberto a qualquer programa de imigração e colonização e todas as pessoas aptas para o trabalho, “desde que não estivessem sob processo criminal em seu país de origem, com exceção dos africanos e asiáticos” (NOGUEIRA, 1983, p. 81).

De acordo com Dezem, a notoriedade nipônica no cenário mundial e enquanto potência junto ao Ocidente vai ser sentida a partir da expansão militar japonesa e seus feitos como a vitória sobre a China, em 1895, com a tomada de Manchúria (DEZEM, 2005, p. 141).

No ínterim em que o Brasil se fechou para a imigração de africanos livres e asiáticos outras correntes imigratórias das mais diversas nacionalidades chegaram ao Brasil, entretanto, mesmo os europeus tão bem quistos, haja vista os interesses raciais intrínsecos dos programas de imigração, passaram por tensões no que diz respeito ao regime de trabalho e contratos com as fazendas as quais foram encaminhados. Como não havia uma política unitária de imigração, ou seja, levas de estrangeiros chegavam em expedições que podiam ser custeadas por particulares, pelo governo federal ou ainda por iniciativa provincial, e sem uma prévia preparação, ou seja, faltava infraestrutura para receber os novos moradores e estes não sabiam ao certo a quem reclamar.

Devido a dualidade de interesses por parte da administração federal e provincial, entendia-se a colonização a favor da ocupação e produção das pequenas propriedades. A oligarquia agrária interessava-se pela manutenção da grande propriedade cuja produção era voltada para o comércio exportador e via os imigrantes como mão de obra substitutiva a dos escravos que ficou escassa desde a proibição do tráfico. Os primeiros europeus, sobretudo italianos que foram trabalhar nos cafezais paulistas, tiveram as passagens pagas pelos fazendeiros, cumpriam contrato de cinco anos e as despesas prévias da viagem e acomodação deveriam ser restituídas. Logo, chegavam às fazendas endividados. Outras levas vieram com uma parte das despesas paga pelo governo e outra pelos fazendeiros, até que os colonos passaram a se transferir integralmente sob as expensas do governo provincial (ALVIM, 1998, p. 234).

Conforme Ângela de Castro Gomes, os italianos tomaram posse do símbolo de imigrante no Brasil, isto por ter chegado muitos ao país durante o momento conhecido como “grande imigração”, no período de 1870 a 1920 “os italianos corresponderam a 42% do total dos imigrantes entrados no Brasil, ou seja, em 3,3 milhões de pessoas, os italianos eram cerca de 1,4 milhão” (GOMES, 2007, p. 161).

No século XIX a movimentação populacional dos europeus teve diversos fatores, como expus anteriormente, crises de ordem política, social ou religiosa e os fenômenos da natureza. Penso em conformidade à análise de Arlinda Rocha Nogueira de que essa mobilidade se deve as transformações que ocorreram nos meios de produção, mais precisamente nas mudanças da indústria onde naquele momento se introduzia o maquinário, somava-se a isto alterações no campo, pois muitos sujeitos foram compelidos a deixar suas terras e tentar a vida

nas cidades. A mudança de homens do campo a trabalhadores de fábricas não podia ser êxito de todos, uma vez que os centros urbanos sofreram inchaços populacionais e não havia empregos para tanta oferta de mão de obra, tornando-a barata e insuficiente. A emigração foi adotada por grande parte dos países europeus como o antídoto para os problemas sociais produzidos pela Revolução Industrial, além de ter outro benefício para a economia do país expulso², pois assim se “descongestiona as ofertas de mercado de trabalho, tendo isso efeitos positivos sobre as condições de emprego e salário dos que permanecem no país” (NOGUEIRA, 1983, p. 15).

As primeiras agências de emigração europeias surgiram na Suíça e Alemanha e logo apareceram mais por todo o continente, “sendo que entre 1892 e 1896 nada menos do que trinta e quatro foram criadas” (NOGUEIRA, 1983, p. 121). Assim, entre crises e vantagens deste movimento populacional, países como Alemanha, Itália, Irlanda, Inglaterra, França, Espanha, Portugal e Rússia foram os centros de emigração do início do século XIX.

A Itália pôs-se à dianteira entre as nacionalidades que entraram no Brasil. “Sua alta densidade demográfica, ao lado de um solo pouco fértil, e as pequenas possibilidades de desenvolvimento industrial fizeram da Península Itálica uma região emigrantista por excelência” (NOGUEIRA, 1983, p. 17). Os italianos passaram a ser vistos como os “imigrantes ideais” enaltecidos pela elite intelectual e política e desejados pelas empresas particulares que arregimentavam imigrantes para o país.

Isto porque o italiano, sendo um povo latino, era considerado, ao lado dos portugueses e espanhóis, pela proximidade de língua e religião e costumes, mais facilmente assimilável por nossa sociedade do que os alemães ou japoneses, não oferecendo os riscos de formação de núcleos étnicos que, no limite, pudessem ameaçar a integridade de nosso território e a segurança de nossa nacionalidade. Por outro lado, o italiano respondia adequadamente a uma outra condição fundamental de atração de imigrantes no período, e que consistia em uma política de branqueamento de nossa população, não só acreditada como possível de ser implementada, como igualmente desejável e auspiciosa para que nos tornássemos mais “civilizados” diante de nossos próprios olhos e do mundo (GOMES, 2007, p. 161).

Portanto, os italianos atendiam a um padrão de assimiláveis e brancos. Ainda assim, conquanto seja inegável a marca da presença italiana no Brasil, marcadamente em algumas regiões como sudeste e sul do país, o que confirma sua acomodação e adaptação, é importante

² Expressão adotada por diversos autores sociólogos e antropólogos na análise de desagregação de populações, bem como o incentivo de nações a emigração espontânea ou dirigida (financiada pelo Estado) a qual aproprio-me ao longo da escrita.

lembrar as tensões que ocorreram não só nesta corrente imigratória, na verdade, até comuns entre os grupos de estrangeiros que ao chegar no território brasileiro deparavam com uma realidade discrepante das suas expectativas.

Nem todos tiveram sucesso e conseguiram de fato a integração, mesmo os que conseguiram prosperar na nova terra tiveram muitas dificuldades. Imigrantes que foram para as grandes lavouras não tinham sucesso nas primeiras colheitas, chegavam endividados e dependentes dos armazéns das fazendas, para os enviados para as colônias de povoamento de pequena propriedade era interessante que fossem instalados em lugares estruturados, com terrenos férteis, comunicação favorável e facilidade para escoamento da produção. Entretanto, núcleos de povoamento não raramente ficavam afastados dos mercados e faltavam-lhes quase tudo:

Vias de comunicação ruins que tornavam o transporte caro e precário, ausência de assistência médica, difícil acesso a igreja e a escola eram em geral as maiores queixas dos imigrantes de todos os núcleos criados em áreas afastadas, sem falar que a fome nos primeiros tempos era uma constante (PETRONE, 1982, p.-35).

Não era incomum que imigrantes insatisfeitos com a falta de infraestrutura de seus núcleos coloniais ou que não conseguiram comprar seus lotes tão desejados continuassem se mobilizando. Dessa forma, esses sujeitos continuavam migrando pelo território brasileiro “em busca de melhores condições de vida, como aconteceu no Sul do país. Em São Paulo, transferiram-se de fazenda em fazenda na busca de salários melhores, que lhes permitissem comprar suas terras, ou mesmo patrões melhores” (ALVIM, 1998, 234), alguns grupos foram para países vizinhos como Argentina e Uruguai.

É importante notar que a mobilidade dos imigrantes dentro do território brasileiro nem sempre se dava pela livre busca de um novo lugar para se assentar e trabalhar sob melhores condições. Muitos colonos não suportavam as vicissitudes a serem superadas. Desiludidos e sentindo-se enganados, fugiam das colônias ou fazendas.

No Maranhão, durante as experiências de colônias agrícolas de estrangeiros no interior da província, “o impacto devia ser tão grande que muitos fugiam ainda na viagem de São Luís para as colônias. Já ambientados, continuavam abandonando as colônias assim que pagavam seus débitos ou simplesmente fugiam” (FARIA, 2012, p. 260).

Há relatos de muitas dificuldades para as primeiras frentes de imigrantes japoneses direcionados para os cafezais de São Paulo, até ser considerada uma imigração cujos dados de inserção, acomodação e de contribuição na economia do país evidenciem a integração da

imensa comunidade japonesa e de sua descendência no país. Tamoo Handa ressalta que a narrativa a respeito dos primeiros imigrantes japoneses que desembarcaram do Kasato Maru no Porto de Santos em 1908 também é marcada pela história do fracasso.

Muitos nipônicos se retiraram das fazendas e não cumpriram seus contratos. Contudo, Handa chama atenção para o contingente que permaneceu nas fazendas e mesmo com todos os desalinhos conseguiu se adaptar ao trabalho, e neste aspecto o autor discorda de que os pioneiros da imigração japonesa tenham fracassado tanto. Ainda assim compreende que a visão de insucesso se dá devido ao fato de que os japoneses não tenham atendido as expectativas dos patrões nas fazendas, não poderiam ser nivelados aos italianos “entrados numa economia favorável e donos de grande experiência” (HANDA, 1987, p. 56).

De todo modo, ao analisar a literatura e os relatos de imigrantes e funcionários das fazendas acerca dos motivos para o fracasso, segundo Handa, a descrição esclarece que “a razão para a debandada dos primeiros imigrantes se encontra na pobreza que marcou as suas vidas, e explica que essa pobreza era devido ao velho sistema de extorsão praticado nas fazendas (armazéns)”, mal remunerados também tinham de recorrer às culturas voltadas para a subsistência, além do que, por desconhecimento da culinária brasileira, muitos sofreram de anemia e de outras enfermidades causadas pela falta de adaptação ao clima e queixavam-se ainda da incompreensão do idioma e falta de intérpretes (HANDA, 1987, 56-57).

Considero salutar a breve exposição das supracitadas experiências imigratórias para que se reflita a respeito das semelhanças dos processos e, por conseguinte, os problemas similares e continuidades de discursos dos imigrantes, quer sejam europeus ou asiáticos, que reclamavam o abandono das empresas de imigração e da ingerência dos governos nacional e local. Não obstante, mesmo os imigrantes europeus, entendidos pelos ideólogos da imigração como paradigma de indivíduos civilizados e de trabalhadores, foram considerados insubordinados quando não aceitaram e questionaram as condições nas fazendas e colônias.

De todo modo, como também já fora mencionado anteriormente, superados os entraves à entrada de chineses e japoneses no Brasil, depois que se convencionou as relações diplomáticas entre o Brasil e Japão, e em 1895 com a assinatura do Tratado de Amizade, de Comércio e Navegação entre os dois países, “começaram as negociações com vistas à imigração japonesa para o Brasil” (HOMMA, FERREIRA; 2011.p. 167).

Haja vista todos os infortúnios que os imigrantes nipônicos tiveram de enfrentar, estes, que a priori foram vistos com malgrado para constituir a sociedade do país, com o tempo se mostraram aptos ao ajustamento no novo lugar e a mudar seus próprios interesses; se inicialmente havia o plano de retorno ao Japão, abandonaram tal ideia e passaram à fixação;

alcançaram mobilidade de ocupação; de colonos se tornaram arrendatários de terras ou pequenos proprietários. Mudando assim o quadro social, alcançando autonomia.

Muitos continuam na agricultura, quer ampliando a propriedade nas frentes pioneiras, quer praticando nas regiões próximas à metrópole a horticultura. Outros, por vocação ou por habilidade técnica, se transferem às outras atividades, comerciais e de serviços ou industriais (SAITO, 1980, p.85).

A capacidade de mobilidade social dos nipônicos e a relativa rapidez deste processo, levando em conta a crise que atingiu a comunidade japonesa no Brasil durante o Estado Novo do presidente Getúlio Vargas, evidencia a realização da perspectiva de ascensão social, “pois 76% dos chefes de família vindos antes da guerra têm uma história ocupacional onde as mudanças de status são contínuas e progressivas” (CARDOSO, 1995, p. 54). Sendo assim, não há dúvidas quanto a flexibilidade social dos japoneses no Brasil.

Apesar dos padrões de mobilidade dos japoneses, os imigrantes não escaparam do permanente debate ambíguo que os reconhecia como trabalhadores, todavia, também vistos como inassimiláveis (KODAMA, 2007, p. 209). O olhar hesitante sobre os japoneses não foi exclusividade de setores sociais do Brasil.

Nipônicos que já emigravam para os Estados Unidos desde 1884, um dos primeiros destinos dos japoneses para o Ocidente, entravam no país como trabalhadores sem qualificação, ocuparam empregos domésticos e trabalharam também como mineiros e ainda na construção de ferrovias; mas preferencialmente se dedicaram a agricultura, nesse mesmo período chegaram a outros destinos como Canadá, Havaí, Peru e México (CARDOSO, 1995, p. 153). Contudo, em 1924 o Congresso americano decidiu pela proibição de japoneses no território dos Estados Unidos, “a decisão americana repercutiu negativamente no restante do continente americano, fazendo com que países como México, Peru, Argentina, Equador e Chile, seguissem o mesmo caminho dos norte-americanos” (ISHIZU, 2011, p. 38).

No Brasil, os japoneses mais uma vez ficaram sob forte suspeição do olhar de determinados setores da sociedade, quando por volta de 1938 “os imigrantes se viram colocados entre dois nacionalismos: o expansionismo militar do Japão e a política nacionalizante do Estado Novo do Brasil” (SAITO, 1980 p. 86). As tensões beligerantes da Segunda Guerra Mundial que se aproximava perturbaram a integração social dos japoneses que passaram a ser vistos como inimigos do país, posto que Brasil e Japão tomaram lados opostos no conflito.

Destarte, ainda em 1938, os nipônicos passaram a sofrer sanções por parte do governo, “não era permitido o ensino em língua estrangeira e todos os livros utilizados pelas escolas

japonesas ficaram proibidos” (KODAMA, 2007, p. 209). A manutenção da identidade nipônica era baseada na atenção e rigor que os imigrantes e sua descendência davam à educação e suas tradições, uma maneira que os sujeitos que passam pela experiência da imigração encontram de se concatenar ao passado vivido em seu país.

Comungo com a reflexão de Boris Fausto de que a imigração “representa um profundo corte, com vários desdobramentos, no plano material e no plano do imaginário” (FAUSTO, 1998, p. 14), apesar disso não significa que esse corte apague seu passado, ao contrário, liga-o fortemente ao presente. Dessa forma, privá-los do menor contato com elos de sua identidade original é uma forma de lhes infringir um desligamento de seu país e suas tradições.

Os desdobramentos a respeito da represália e restrição imposta pelo estado-novismo à comunidade nipônica no Brasil refletiu na necessidade dos asiáticos de medidas de manutenção de sua identidade cultural e de fidelidade as tradições. Desse modo, os japoneses procuraram compensar as restrições impostas pelo Estado através da fidelidade ao *Shindô*³, aumentando nestes um certo patriotismo, uma clara forma de resistência dos costumes e tradição imperial. Diante do bombardeio nuclear sofrido por Hiroshima e Nagasaki, os japoneses que viviam no Brasil, agora sob controle de comunicação do Estado, ficaram excitados e inseguros no que concerne a veracidade dos fatos que aconteciam em seu país. A derrota japonesa avultava a imagem de Japão imperial baseada na imponência e divindade do imperador, entendido como inexorável (SAKURAI, 1993, p. 82).

A descomunicação e isolamento em que os imigrantes passaram os anos de guerra, foram em grande parte, responsáveis pelo surto de fanatismo que, logo após o término da guerra, dividiria a coletividade japonesa em duas facções, a dos “vitoristas” ou “não-conformados” (*Kachigumi*) e a dos “derrotados” ou “conformados” (*Makegumi*). A dissensão levaria, ainda, um pequeno grupo de radicais a praticar atos de terrorismo com dezenas de vítimas fatais (SAITO, 1983 p. 86).

Dos *Kachigumi* surgiu o movimento radical *Shindô Remmei* que consistia na eliminação e perseguição aos *Makegumi*. As duas facções divergiam: os “vitoristas” não se fiavam nas informações veiculadas na imprensa ou rádio acerca da derrota japonesa na guerra, ao contrário, acreditavam que o Japão saíra vencedor; já os “derrotistas” não só admitiam a derrota como pensavam que deveriam aceitá-la. A dissidência entre os grupos e o radicalismo dos *Kachigumi* estava notadamente ligado ao isolamento impelido à comunidade japonesa no

³ Forma de assimilação religiosa da tradição japonesa e o mito do império japonês, em que se crer na divinização do imperador, visto como descendente da deusa *Amaterasu*.

país, o inconformismo com a derrota também estava associado ao sentimento de engodo, pois afastava ainda mais o sonho de quem ainda tinha esperanças de retornar ao Japão (KODAMA, 2007, p. 210).

Segundo Hiroshi Saito, esse período de relação crítica perdurou por aproximadamente dez anos. Os jornais voltaram a ser reimpressos em japonês e as relações diplomáticas foram restabelecidas; a comunidade japonesa cada vez mais propensa ao apaziguamento das tensões e a “lealdade anterior para com a pátria e o imperador estava mais voltada agora para o país adotivo, pátria dos filhos e dos netos” e meio que involuntariamente o plano de retorno foi convertido para a permanência definitiva (SAITO, 1980, p. 87).

Posto isto, é possível compreender alguns aspectos motivadores de desconfiança para com os japoneses. Todavia, não deve ser desconsiderado que o momento japonês de expansão militar e de ambição imperial no Extremo Oriente e, por conseguinte, a sua posição e ação na Segunda Guerra Mundial faz parte de uma configuração de aversão aos nipônicos que já se delineava desde o século XIX como o “perigo amarelo” a ser combatido.

Outrossim, trata-se claramente de uma relação dúbia com a coletividade japonesa. Conforme Miki, essa relação de oscilação entre os sentimentos de admiração e rejeição nos primeiros anos da imigração nipônica no Brasil, assim como os posicionamentos, bem como debates e situações mencionados anteriormente neste estudo, denotam que as tentativas de rechaçar a entrada de asiáticos (chineses e japoneses) no país é bem anterior ao Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial. De semelhante modo, “a atribuída distinta formação social e o avanço bélico nipônico despertavam medo e a repulsa” (MIKI, 2014, p. 01). Porém, a entrada maciça de japoneses no país, no início do século XX, quando desembarcaram os primeiros imigrantes japoneses em Santos, diluiu a curiosidade e espanto de como imaginava-se os nipônicos e estes deixaram de ser apenas idealizados diferentes e passaram a ser trabalhadores no Brasil.

Não obstante, em alguns espaços, como o político, a discussão referente a presença de nipônicos no Brasil não perdeu fôlego com a chegada dos japoneses, tendo se intensificado durante a Assembleia Nacional Constituinte que entre 1933 e 1934 dispunha entre seus membros representantes dos mais diversos interesses políticos, “como oligarquias mercantis, elites estaduais, militares, médicos, advogados, sanitaristas, membros de setores rurais e industriais, dentre outros” (MIKI, 2015, p. 57). Tendo em vista que alguns dos integrantes da Assembleia foram sanitaristas e médicos nos debates em que a pauta foi a formação nacional do país baseada na racialidade.

Sendo assim, o discurso político e científico dos membros daquela Assembleia era atravessado pela preocupação do papel da imigração na formação do povo brasileiro. Não causa assombro, haja vista o contexto e o tempo vivido por aqueles homens, que valorizassem não só a composição moral, como também a física. Nesse viés, tomou forma em seus discursos a necessidade de restringir a entrada de imigrantes que julgavam nocivos à identidade nacional.

Havia um certo pudor por parte dos constituintes em não dar um tom racista em suas alegações, na verdade, entendiam que o estavam evitando por não se fundamentarem no racismo científico, mas sim por classificarem os japoneses como inassimiláveis, portanto, não poderiam contribuir na construção do país.

É curioso perceber a continuidade de determinados discursos; os conceitos e acontecimentos eram ancorados para que fossem reforçados ou intensificados. Ao longo deste estudo foi possível notar que desde a metade do século XIX, mais precisamente com a extinção do tráfico de escravos, o Brasil agrário se viu impelido pela necessidade de oferecer alternativa substitutiva da mão-de-obra de negros escravizados aos fazendeiros e investir na imigração de núcleos estrangeiros.

Conforme o que já fora bem esclarecido ao longo deste estudo, excluíram-se dessa abertura para imigrantes os africanos e asiáticos por razões de os entenderem como inferiores, haja vista o elo entre a imigração e o aprimoramento da raça que vislumbrava pelo branqueamento, baseado na superioridade do trabalhador branco europeu. Dessa maneira, chegou ao país um volume relevante de imigrantes europeus,

entre 1895 e 1897 o número anual de entradas foi sempre superior a 145.000”. Dentre as nacionalidades, a italiana teve o sobredito destaque, “seguida pelos portugueses, espanhóis, alemães, austríacos, japoneses, russos, sírios-libaneses, poloneses, *thecos*, lituanos, húngaros, suíços etc. (NOGUEIRA, 1983, p. 51).

Apesar da imigração nipônica datar de 1908, os japoneses estão entre os grupos de maior inserção em território brasileiro. O caminho percorrido até a entrada de imigrantes japoneses no Brasil é atravessado pela desconfiança e estranhamento, até que Japão e Brasil passasse a estabelecer relações diplomáticas e os primeiros nipônicos chegassem aos cafezais paulistas.

Figura 3: Imigrantes japoneses trabalhando em lavouras de café no início do século XX:



Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil. <http://www.japao100.com.br/galerias/do-inicio-ate-decada-de-1930/22/>. Acesso 29/09/2021.

Contudo, no século XX alguns pensamentos de determinados homens da ciência não foram abandonados, em contrário, foram reforçados na construção de seus discursos políticos. Exemplo evidente entre os constituintes de 1933-1934 que, conforme Miki, ancorados em seus saberes médicos e sanitaristas, alguns deles bastante influenciados por teorias darwinistas⁴ e eugenistas, visavam estabelecer critérios de seleção para a entrada de imigrantes no Brasil. Ocorre então que mais uma vez os discursos de aprimoramento da raça vão pautar o controle migratório que se pretendia fazer como medida de combate às moléstias sociais, o que para a autora são elementos que evidenciam o antiniponismo no Brasil fundamentado na cientificidade, uma vez que seriam os imigrantes japoneses

⁴ Refere-se ao darwinismo social em que as teorias biológicas de Charles Darwin como evolução, seleção, competição e adaptação foram apropriadas por pensadores sociais e utilizadas para pensar sociedades entendidas como mais ou menos civilizadas.

incapazes de contribuir de alguma forma para o processo de miscigenação já instaurado na sociedade brasileira. Dessa forma, o imigrante japonês era visto como um elemento que produziria a desarmonia tanto do ponto de vista biológico quanto cultural. A palavra *inassimilável* foi a classificação empregada para caracterizar de forma negativa os japoneses” (MIKI, 2015, p. 69).

As nuances do antiniponismo no Brasil apresentou tons distintos e temporais de acordo com a vivência do indivíduo nipônico no cenário mundial. De acordo com Rogério Dezem, a expansão militar japonesa marcada pela ocupação da Manchúria na China (1895) e a vitória da guerra russo-japonesa (1905) serviu para desafixar sobre os japoneses o olhar ocidental que os igualava aos chineses. Essa homogeneização foi se desfazendo na medida que os feitos nipônicos passaram a receber destaque nos jornais e a ilustrar revistas, logo houve uma positivação de sua imagem, enquanto que os *chins* permaneceram à margem e rejeitados nos programas de imigração (DEZEM, 2005, p. 119).

Se a ascensão militar japonesa ajudou a desprender a imagem da sua população a dos chineses, ao longo do tempo o status de potência do Japão, cuja industrialização avançava e a marinha ganhava força, passou a incomodar. O país tinha pretensões de fazer um império territorial asiático e buscar autonomia econômica, pois era dependente das importações marítimas e estava sob o embargo americano, configurando assim um antagonismo aos Estados Unidos precedente a Segunda Guerra.

Como mencionado anteriormente, no Brasil, os imigrantes japoneses, além de serem vistos como nocivos por questões físicas e culturais, passaram a ser enxergados como problema de segurança nacional, pois acreditava-se que os nipônicos não se ajustariam no território brasileiro e manteriam fidelidade a sua pátria de origem.

As relações diplomáticas entre Brasil e Japão foram rompidas em 1942 e no auge do conflito bélico houve a propagação de boatos de que imigrantes japoneses agiriam como espões e que havia a ameaça de invadir o país. A disseminação de boatos e a desinformação foi sentida também pela comunidade japonesa no Norte; no entanto, as autoridades e a população da região não teriam sido tão contaminadas pelo pânico alastrado:

Os imigrantes japoneses com mais de uma década de convivência com os brasileiros já tinham formado uma teia de relações sociais e de amizade, no qual a prisão de lideranças em Manaus e o envio para o “campo de concentração” de Tomé-Açu tinham muito mais o sentido de proteção por parte das autoridades brasileiras, apesar dos evidentes prejuízos econômicos provocados pelo confisco de bens e redução das atividades produtivas. O sucesso da juta já tinha auferido o respeito por parte das autoridades e da população locais (HOMMA; FERREIRA; 2011, p. 193).

Outrossim, como já fora exposto anteriormente, o antiniponismo no Brasil e medidas protetivas e restritivas que foram tomadas em relação a coletividade japonesa podem ser examinadas sob vários pontos de vista e interesses. Quer seja o discurso científico que os classificaram inassimiláveis, ou dos políticos que disseminaram a visão do “perigo amarelo”, a julgar pela expansão militar e ambições imperiais no Extremo Oriente; ou mesmo os interesses dos lavradores brasileiros que viam as companhias japonesas investirem na compra de terras e produção de algodão lucrativa para o Japão e concorrente da produção interna.

1.3 Presença japonesa na Amazônia: o movimento migratório na região Norte

Na primeira fase da imigração japonesa no Brasil, que compreende da primeira leva de nipônicos que chegou em Santos em 18 de junho de 1908 até 1941, ocorreram diversas mudanças nas políticas de colonização e imigração. Em 1913 o governo paulista deixou de subsidiar a entrada de japoneses no estado, o cenário econômico estava desfavorável, entre 1911 e 1913 o café teve safras satisfatórias, mas sofreu considerável desvalorização. Aliado a conjuntura econômica, a mobilidade dos japoneses “calculada em 40% antes do término do contrato” (NOGUEIRA, 1983, p.105) levou a desistência da administração paulista de patrocinar a imigração.

Contudo, a imigração subvencionada começou a sofrer queda desde 1904, em virtude da queda do preço do café no mercado de exportação e afetou correntes migratórias de outra nacionalidade cujo fluxo teve uma pequena baixa por conta das dificuldades infligidas pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e depois retomou fôlego. No caso dos italianos, a crise é anterior, em 1902 o governo italiano suspendeu a emigração de italianos.

Tudo leva a crer que os agentes de emigração na Europa passaram a recrutar hispânicos em lugar de italianos, cuja vinda para o Brasil com passagens fora proibida pelo rei Vitório Emanuel III, sob a justificativa de que os fazendeiros paulistas tratavam os *bracianti* como escravos (GUIMARÃES; VAINFAS; 2007, p. 110).

Destarte, a interrupção da entrada de imigrantes italianos no Brasil deu força à imigração espanhola e foi uma das razões para que se admitisse, em 1908, a inserção dos nipônicos no país. Contudo, os imigrantes japoneses considerados pioneiros ficaram bastante desiludidos com as condições de trabalho nas fazendas. Descumprimento dos contratos e o

deslocamento de um lugar a outro desestimulou o governo de São Paulo que em 1913 cortou o subsídio “acusando-os de incapacidade de fixação” (HANDA, 1987, p. 74).

Entre o início e fim do conflito mundial o continente europeu interrompeu o envio de emigrantes, beneficiando a emigração japonesa. Nesse período o Japão enfrentou uma crise na criação do bicho-de-seda; a paralisação da sua produção voltada para a Europa dificultou a vida dos camponeses nipônicos, logo, esse era mais um momento que a emigração se tornou imperiosa para a recuperação da economia do país. No Brasil a entrada dos orientais havia sido reduzida, mas a carência de trabalhadores nas lavouras deu novamente abertura aos nipônicos.

Todavia, a guerra acabou e a Europa precisava se reerguer, países como Itália, Portugal e Espanha voltaram a encaminhar emigrantes. Em 1921 o Brasil cortou novamente o financiamento dos nipônicos com o mesmo pretexto de que eram muito instáveis e que a não fixação causava prejuízo. De modo que, diante da inflexão para com a imigração japonesa condicionada à disposição ou não de braços europeus, faz-se crer “que a imigração no estado de São Paulo entre 1908 e 1914 não passou mesmo de uma experiência. O governo só foi levado a ela diante dos constantes apelos dos fazendeiros, já que as restrições aos orientais eram grandes” (NOGUEIRA, 1983, p.105).

O Japão depois da Primeira Guerra Mundial oscilou entre um curto momento próspero e crises seguidas. Com os cortes do governo paulista na subvenção das viagens dos imigrantes, a partir de 1921 o Estado japonês passou a custear as despesas dos emigrantes. Mas em 1923 o país se viu novamente com um grande número de desempregados e a situação foi agravada pelo terremoto ocorrido em Kanto, seguido da crise de 1927, os direitos dos trabalhadores estavam sendo sucumbidos na medida em que as atividades produtivas estavam sob o controle de grandes capitais; e logo depois, em consequência da grande depressão de 1929, a economia japonesa chegou ao caos: “queda na exportação do fio de seda, miséria nos campos a despeito de boas safras, agravamento das condições de vida nos campos pelo retorno dos desempregados das cidades” (HANDA, 1987, p. 76).

Dado todo esse contexto, e segundo a perspectiva cronológica apresentada, não surpreende que, desde o início da imigração até 1952, dos 190.063 imigrantes japoneses que entraram no Brasil, aproximadamente 63% chegaram no ínterim 1920-1939 (CARDOSO, 1995, p. 18). Sendo que desde 1923 o Estado japonês passou a subvencionar o envio de emigrantes a fim de diminuir o contingente de desempregados no país.

Entre 1933 e 1934 o envio de emigrantes ultrapassou os 20.000. No entanto, a esta altura foi aprovada a lei que limitava a quota de 2% do número de imigrantes chegados nos últimos cinquenta anos. A imigração japonesa era um fenômeno recente, havia apenas 25 anos

da sua inserção no Brasil, logo, teria uma das quotas mais reduzidas a ser permitida a entrar no país.

Não obstante, ainda na primeira fase da imigração – basicamente de seu início em 1908 ao fim da Segunda Guerra Mundial – as companhias de emigração do Japão buscaram outras alternativas de destino no Brasil para o envio de nipônicos. Apesar de São Paulo ter um certo protagonismo na literatura da imigração, tendo em vista ter sido o estado que mais investiu na arregimentação de trabalhadores estrangeiros e por possuir a maior comunidade de japoneses e seus descendentes, há que se levar em conta o movimento imigratório japonês para a Amazônia.

Em 1923, chega ao Rio de Janeiro, capital do país no momento, o embaixador do Japão no Brasil, Hichita Tatsuke, que recebe do governador do Pará, Emiliano de Sousa Castro, uma petição pretendendo receber imigrantes japoneses no estado. Dessa forma, iniciava-se o processo que culminaria na imigração japonesa para a região amazônica.

No ano seguinte, a Embaixada do Japão no Rio de Janeiro envia àquela região o secretário, Ryoji Noda, que se reuniu com os governadores do Pará e Amazonas. Em 1926, o embaixador Hichita Tatsuke visita Belém e Manaus. A capital paraense simultaneamente recebe a Missão Científica Japonesa, liderada por Hachiro Fukuhara⁵ diretor da *Kanegafuchi Bosseki Kaisha – Kanebo*⁶; tal Missão era composta por bacteriologistas de doenças infecciosas, médicos sanitaristas, engenheiros civis, silvicultores e engenheiros agrônomos. A visita entusiasmou o governador, na época Dionísio Ausier Bentes, que comunicou ao Congresso do estado a expectativa da imigração japonesa no Pará, tendo como modelo a experiência de São Paulo.

Mais dois anos se passaram. Neste ínterim os estados do Amazonas e Pará seguiram recebendo visitas de cônsules japoneses, e seus respectivos governos cedendo glebas a empresários nipônicos para introdução de culturas agrícolas. Até que, em 27 de julho 1929, saíam do Porto de Kobe, no navio *Montevideú Maru* “os primeiros 189 imigrantes japoneses para a Amazônia”. Passaram a outras embarcações e pelos portos do Rio de Janeiro e Belém, chegando ao seu destino, município de Tomé-Açu (Pará) no dia 22 de setembro desse ano (HOMMA; FERREIRA, 2011, p. 181), marco oficial da imigração nipônica para a região amazônica.

O interesse japonês pela Amazônia brasileira pode ser compreendido como uma maneira de dinamizar a imigração no Brasil, uma vez que o governo de São Paulo, estado de

⁵ No fim daquele mesmo ano, 1926, contraiu a fazenda Lombardia que pertencia a italianos e passa a ser administrada por agente da *Kanebo*, sendo o primeiro nipônico a se instalar na cidade de Castanhal / Pará.

⁶ Empresa de fiação e tecelagem de algodão.

maior atração da mão-de-obra oriental, suspendeu as subvenções das expedições de colonos japoneses. Do mesmo modo, com a extinção do Xogunato Tokugawa – modelo social parecido com o feudalismo europeu – nos fins do século XIX, o Japão ainda sofria graves desajustes sociais oriundos do processo de modernização por qual o país atravessava ocasionando mudanças no campo e uma acumulação de desempregados nos centros urbanos.

Reiterando o que já fora mencionado ao longo desta narrativa, durante a Restauração Meiji o Japão abriu os portos para o Ocidente e adotou a emigração como forma de conter suas tensões sociais. Contudo, a expulsão da população considerada desqualificada para a política modernizante do país começa a encarar entraves a partir do século XX, como a proibição da entrada de japoneses nos Estados Unidos em 1924, medida seguida por outros países latino americanos. Tal suspensão de imigração japonesa deixou o Brasil ainda mais proeminente para as empresas de emigração e para o Estado japonês.

Todavia, com as recorrentes interrupções do governo paulista no patrocínio da imigração japonesa, é plausível pensar que as companhias de imigração buscassem outras possibilidades de atração de nipônicos para o país. O interesse de colonização japonesa para a Amazônia pode explicar-se, em parte, devido a conjuntura econômica daquele momento “como resultado da ressaca da borracha, que outrora havia sustentado economicamente” que aliado ao “despovoamento e incipiente produção agrícola, questões que não se encontravam soluções, pelo menos, desde meados do século XIX” (ISHIZU, 2011, p. 37).

Chegaram muitas levas para o norte do Brasil; além de Tomé-Açu, 43 famílias nipônicas chegaram também ao município de Acará⁷, também no Pará; 50 famílias partiram de Kobe no Santos Maru, primeiro contingente para Maués, Amazonas; e outros grupos ainda iriam se instalar na região.

Contudo, é possível verificar que, embora em números mais modestos, em relação as levas direcionadas a São Paulo, investiu-se no movimento imigratório nipônico para a Amazônia e outros estados do Brasil; passado algum tempo, tal movimento tomou ainda mais força e expressão:

Em 1929, o japonês foi canalizado para o estado do Amazonas e estado de São Paulo, paulatinamente, ele atingiu os estados vizinhos como Paraná, Minas Gerais e outros em levas cada vez mais abundantes e que, com o tempo, expandiram-se por diferentes pontos do país (NOGUEIRA, 1983, p.114).

⁷ Atualmente o município pertence à microrregião de Tomé-Açu a 400 Km de Belém.

É crível que, pelo menos de início, houve um senso de organização e estruturação no programa de imigração e colonização amazonense, visto que os governos do Pará e Amazonas previamente manifestaram interesse em receber os nipônicos e trataram de atraí-los fazendo as devidas concessões de terras para investimento agrícola; receberam também japoneses em mobilidade, ou seja, que se deslocaram para a Amazônia, dado a não adaptação ao local originalmente dirigidos.

Outrossim, a Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S. A. passou a ter atividades em Tomé-Açu. Além disso, a cidade recebeu mudanças estruturais como hospitais, passando a contar com estações de rádio, rede elétrica e telefônica, aumento de barcos e veículos, facilitando a locomoção, além de equipamentos de agricultura.

Ao fazer um balanço da imigração nipônica no Brasil, Kodama sublinha as vicissitudes da vivência imigratória no Norte do país, porém ressalta que muitos nipônicos foram bem-sucedidos:

malgrado os insucessos e o definhamento de parte da população, dizimada por doenças e pelo abandono das empresas de imigração investidoras. Mas houve, também, cultivos bem-sucedidos, como o da pimenta-do-reino. Muitos imigrantes também se ocuparam da produção de bens para o abastecimento local na região (KODAMA, 2007, p. 205).

Sendo assim, é admissível pensar que o investimento das empresas de imigração no norte do Brasil não foi consistente, uma vez que se repetem as queixas de abandono, histórias de insucesso e outros infortúnios como doenças e mortes. Conforme Virgínia Kyotoku, em 1938 chegaram à Paraíba migrantes⁸ japoneses oriundos do município de Acará, ou seja, houve mobilidade da coletividade nipônica destinada à Amazônia, movimento comum entre os imigrantes não adaptados ou que fracassaram no lugar original a que foram designados, passando a migrar dentro do território até sua fixação.

Sendo assim, os primeiros migrantes japoneses a entrar no estado nordestino da Paraíba estão correlacionados ao estado do Pará. Como é o caso de 5 famílias, totalizando 27 nipônicos, que foram fazer parte de um núcleo colonial na Fazenda São Rafael, que “ficava a 3 km do núcleo habitado de João Pessoa, em terras do Patrimônio do Estado” (KYOTOKU, 2009, p. 17). A justificativa para o acolhimento dos japoneses foi a necessidade de diversificar a

⁸ A autora supracitada refere-se a esse fenômeno como re-imigração, o que significa que um grupo de imigrantes está repetindo o processo de migração (mudança) para outro lugar (neste caso, do estado do Pará à Paraíba) dentro do mesmo território a que foi destinado (Brasil). Nesse caso, optei na manutenção do termo mais usual pela bibliografia de migração, migrante.

agricultura do estado, assim como a introdução de hortaliças possibilitaria à população o melhoramento dos hábitos alimentares. Até a década de 1950 outros contingentes procedentes de Tomé-Açu do Pará e Amazonas teriam entrado na Paraíba.

Outros japoneses teriam entrado na Paraíba, porém através da imigração direta, ou seja, viagem imediata do Japão para o estado, desta vez não se tratava de agricultores, pois, em 1958, deu-se início a pesca de baleias sob a direção dos nipônicos.

Uma empresa de navegação paraibana em parceria com uma companhia japonesa de pesca e navegação. Eles precisavam de gente especializada em pesca de baleia. Vieram para trabalhar com arpão, na casa das máquinas e na administração como gerentes. A pesca durou de 1958 até 1985 na Paraíba (KYOTOKU, 2009 p. 26).

A presença japonesa na Paraíba denota a mobilidade destes imigrantes pelo território brasileiro e comprova que a contínua migração pelo país se dava pela busca de local com melhores condições para que pudessem desenvolver suas atividades. A bibliografia acerca do fluxo imigratório ou migratório dos nipônicos pelo Nordeste ainda é irresoluta, pois, quase sempre aparece em dados do número de inserção dos programas de imigração e colonização japonesa no Brasil, entretanto, genericamente o que se tem conhecimento é de que se trata de um contingente comedido cuja incidência é mais recente, da segunda e terceira fases da imigração (fim da Segunda Guerra até a atualidade). Na década de 1980 há dados de pelo menos oito núcleos agrícolas de japoneses localizados nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia com produção voltada para a horticultura e fruticultura (VALENTE, 1980, p. 29). No Maranhão a inserção se deu no início da década de 1960, com poucos registros bibliográficos.

Contudo, a imigração japonesa na Amazônia tem recebido estudos cada vez mais aprofundados. Apesar de oficialmente ter sido implementada em 1929, há registros da presença de japoneses na região desde o final do século XIX e início do XX, os quais vinham do Peru e de forma espontânea aportaram na Amazônia atraídos pela prosperidade da borracha:

Alguns japoneses que imigraram para o Peru atravessaram a Cordilheira dos Andes e chegaram ao Acre atraídos pela opulência da borracha e fixando-se em Xapuri, Rio Branco, Manaus e Belém (1916), que ficaram conhecidos como *Peru Kudari* e são literalmente os primeiros imigrantes a se fixarem na Amazônia (HOMMA; FERREIRA; 2011, p.170).

Enquanto imigração oficial, o programa imigrantista nipônico para a Amazônia diferenciava-se do modelo pioneiro paulista em alguns aspectos. Embora tenham sido

igualmente atraídos para a produção agrícola, em São Paulo o foco foi os cafezais; já na Amazônia foram incumbidos de aplicarem suas técnicas na introdução das lavouras de juta e pimenta-do-reino, sendo Parintins, no Amazonas, e Tomé-Açu, no Pará, os dois principais centros da produção destas culturas, respectivamente. No caso do estado amazonense houve a singularidade de não exigir o padrão de imigração familiar adotado em São Paulo e em outros estados, inclusive esta era uma característica comum às correntes imigratórias europeias. Contudo, o estado do Amazonas recebeu imigrantes jovens solteiros e recém-casados. Os nipônicos foram treinados no Japão por um ano acerca da língua portuguesa, técnicas agrícolas, sobre o Brasil e aspectos da região. Quando já se encontravam em solo amazônico, em Parintins, havia treinamento por mais um ano. Todavia esta preparação não se repetiu com grupos posteriores.

Os jovens nipônicos treinados em Parintins ficaram conhecidos como Koutakusseis e “serviriam como agentes de extensão rural para orientar dez mil famílias de imigrantes japoneses que seriam assentados no estado do Amazonas” (HOMMA; FERREIRA; 2011, p. 184), projeto ambicioso que, ao ser conhecido pelos congressistas brasileiros, também influenciou na criação de medidas restritivas para imigração de nipônicos no Brasil.

Os dados de 1988, que analisam a presença de nipônicos e seus descendentes por região, registram aproximadamente 33.000 na região norte naquele ano, um número relevante denotando que, apesar das dificuldades enfrentadas pelos japoneses, houve significativa fixação deste contingente na região amazônica. O Sudeste, região em que se localiza São Paulo, estado detentor da maior comunidade japonesa e descendentes japoneses, lidera com 915.000, sendo 382.000 destes só do estado paulista (KODAMA, 2007).

Destarte, a imigração japonesa na Amazônia deixou marcas e contribuições na economia da região com a produção da pimenta-do-reino no estado do Pará que em 1955 viveu período conhecido como a fase do “diamante negro”. Havendo ainda outro forte momento econômico com a introdução dos estados do Amazonas e Pará na lavoura da juta, que se ajustou ao bioma das regiões ribeirinhas amazônicas,

alcançando seu apogeu na década de 1960, quando um terço do PIB do estado do Amazonas era decorrente da lavoura da juta. Por mais paradoxal que seja o sucesso da lavoura da juta, ela foi beneficiada com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, pela impossibilidade da importação da juta indiana (HOMMA; FERREIRA; 2011, p.189).

Todavia, a década seguinte registra a involução da produção da juta. A Zona Franca de Manaus começa a expandir suas atividades. Por conseguinte, a capital do Amazonas

urbaniza-se e atrai a população da zona rural que, ao procurar empregos melhor remunerados, abandonam as lavouras. Aliado a isso, a queda na produção da juta levou a sua substituição pela lavoura da malva, entretanto, ambas declinam e perdem destaque no cenário econômico da região.

A imigração japonesa para a Amazônia foi iniciada no período que estudiosos com fins didáticos, dentre eles Hiroshi Saito, classificaram como primeira fase ou etapa (compreendendo de 1908 a 1941) a qual se caracteriza pela entrada de imigrantes cuja maioria foi destinada às lavouras cafeeiras para acudir a falta de braços, e outros pequenos grupos para núcleos coloniais em São Paulo, Paraná e também na Amazônia. “O traço comum à maioria dos que entraram nessa fase foi o seu caráter de imigração temporária, com sonho de sucesso fácil e de retorno ao Japão” (SAITO, 1980, p. 83).

No capítulo a seguir passarei a analisar a presença nipônica no Maranhão, entretanto, neste caso, trata-se da segunda fase da imigração japonesa no Brasil, ou seja, no período após a Segunda Guerra Mundial. Conforme Keiko Muto, o mérito por estimular a reintrodução de japoneses nesse período pertence a dois indivíduos: Kotaro Tsuji de Santarém, Pará; e Yatassuro Matsubara de Marília em São Paulo; uma vez que ambos se empenharam na vinda de imigrantes para o país. Tsuji estimulava a imigração de nipônicos para a Amazônia; Matsubara para o centro-oeste e nordeste do país e teria pedido a Getúlio Vargas que reabrisse o Brasil para os imigrantes japoneses, pois a entrada de imigrantes no país foi restringida durante a agitação da guerra. Um grande plano de expansão agrícola teria animado Vargas a convocar o Conselho de Imigração e Colonização que permitisse, excepcionalmente, a entrada de famílias para as regiões norte e centro-oeste. Dessa maneira, a empresa da imigração retomou algum fôlego e passou a ser planejada. De acordo com Muto,

Em 1957, foi constituída a empresa Jemis – Assistência Financeira S.A (Kaigai Ijuh Jigyodan), com sede no Rio de Janeiro e sucursais em São Paulo, Belém, Porto Alegre e Recife. A sede da Jamic / Jemis de Belém cuidava de toda a burocracia e assistência aos novos imigrantes que ingressaram nas colônias dos Estados da Amazônia Legal (região Norte até o Maranhão), que incluía, além da preparação dos imigrantes no Japão, a recepção e encaminhamento dos imigrantes às colônias agrícolas (MUTO, 2011, p. 243).

É importante conhecer os processos desses dois momentos, primeira e segunda fases da imigração japonesa no Brasil, buscando perceber como se distinguem e em que medida se assemelham, para assim entender como foi seu ajustamento.

Em última análise, a imigração japonesa na Amazônia não ficou incólume de ser compreendida como bem-sucedida, pois há registros de uma coletividade razoável que

permaneceu na região. Apesar de todas as vicissitudes sobrepujadas, infortúnios e experiências malogradas, uma vez que acredito que cada vez mais os insucessos devem tomar parte da tessitura da história das imigrações.

Assim sendo, há que se sopesar a fixação dos japoneses e suas contribuições na agricultura da região, ainda que se registre queixumes que parecem até inerentes ao fenômeno da imigração. De todo modo, estes tiveram acesso a terras e ao longo dos anos flexibilizaram suas ocupações; semelhante ao que aconteceu aos imigrantes japoneses de São Paulo, sua descendência ascendeu socialmente e teve acesso à educação de nível superior.

CAPÍTULO 2: Imigração japonesa no Maranhão e o desenvolvimento agrícola do estado

Não são os passados que se iluminam – eles não estão mais -, mas o que era deles ainda não é passado no aqui-agora. Esses brilhos despertados estão para nós no lugar dos passados, eles são sua presença espiritual.

(DROYSEN)

2.1 Imigração estrangeira para o Maranhão

No século XIX, a província do Maranhão, bem como todo o Brasil imperial, era um espaço rural, portanto, a economia essencialmente agrária e escravocrata. A extinção do tráfico de escravos do continente africano teve consequências também neste espaço do extenso território brasileiro que, a partir de então, carecia de braços para a expansão da lavoura.

Com a promulgação da lei Eusébio de Queiroz, em 1850, que proibiu o tráfico, os lavradores⁹ do país tiveram de criar estratégias para continuar dispondo do trabalho compulsório de negros, sobretudo as ricas províncias que passaram a importar escravos dentro do território nacional. Dessa maneira, o Maranhão se tornou um dos grandes polos de exportação de escravos para as províncias do Sul do Brasil.

Contudo, com o fluxo interno de cativos no Brasil aliado ao fato de que crescia o número de escravos libertos e fugitivos, havia também os que adoeciam ou morriam, aumentava a escassez de braços no Maranhão. Aproximava-se cada vez mais a abolição do sistema escravista e por todo o Brasil emergia o debate sobre a necessidade de substituir a mão-de-obra escrava pela livre.

Os administradores da província do Maranhão, através de seus relatórios, mostravam-se cada vez mais convencidos de que a escravidão era uma barreira para o desenvolvimento capitalista da produção agrícola. Defendiam o estímulo à colonização e que a população livre, “considerada marginal ao sistema produtivo”, fosse inserida ao mundo do trabalho (ALMEIDA, 1983, p. 86-87).

Sendo assim, vê-se no Maranhão um estrato de um enfrentamento que todo o país tinha de fazer das mudanças no regime de trabalho. Desse modo como em outras províncias do Brasil, considerou-se a adoção da mão-de-obra estrangeira em substituição dos escravos africanos. A elite intelectual maranhense também estava impregnada de ideias modernizantes e

⁹ Neste período, entendia-se como lavradores proprietários de terras, fazendeiros, senhores da agricultura.

civilizatórias, visto que muitos de seus integrantes tiveram formação europeia, estavam concatenados com a necessidade de investir na expansão capitalista baseada na racionalização e mecanização da agricultura.

As pessoas livres e empobrecidas poderiam passar a uma classe trabalhadora e assalariada, mas foram rejeitadas pela intelectualidade que as tinham sob o estigma da indolência e submetê-las ao trabalho daria custos. Regina Faria supõe que estes fatores contribuíram para que o aspecto da ociosidade fosse realçado.

As medidas sugeridas para compeli-los ao trabalho (escolas, núcleos coloniais, leis, etc.), caso fossem executadas, certamente aumentariam os gastos públicos. Além disso, existia em alguns países – desde o início do processo de desorganização da produção camponesa – políticas de complementação da renda mínima, os chamados impostos de assistência aos pobres, que estavam sendo muito criticadas por economistas, inclusive Stuart Mill, um dos autores mais citados pelos letrados na segunda metade do Oitocentos (FARIA, 2012, p. 235).

Parecia mais viável à administração da província investir na imigração estrangeira, pois significava dispor de força de trabalho produtiva e qualificada, “imaginada como derramando uma instrução profissional, sem recorrer ao aprendizado metódico da escola, uma vez que introduz trabalhadores adultos já possuidores da especialidade requerida” (ALMEIDA, 1983, p. 125). Outrossim, a colonização primava o recrutamento de trabalhadores e não o povoamento, portanto, os colonos deveriam ser sadios e ter a idade limite de 40 anos.

A imigração e colonização de agricultores estrangeiros em detrimento dos nacionais tomou força de legitimação pelo aspecto racial, logo, assim como noutras partes do Brasil, os mandatários do Maranhão viram a oportunidade de introduzir na província sujeitos com pele de cor branca, civilizados; preferencialmente católicos, que falassem idioma compreensível, oriundos de região com clima semelhante ao do Maranhão e, para tanto, deveriam ser europeus ocidentais.¹⁰ Outro aspecto era que os imigrantes europeus teriam sobre os nacionais uma influência de caráter exemplar:

¹⁰ É importante lembrar que, do século XVI ao início do século XIX, várias levas de imigrantes açorianos chegaram ao Brasil por incentivo da Coroa portuguesa. Em 1615 a Coroa portuguesa esforçava-se para que os açorianos viessem para a região amazônica, particularmente Pará e Maranhão, objetivando melhorar a vida deles e ao mesmo tempo consolidar o domínio português no território. “Já em 1615, o governo português apela para a Igreja através dos Jesuítas e para os Açores, através de decreto real, requisitando casais para virem conquistar a região amazônica, prometendo-lhes em troca uma nova vida num novo mundo. (...) Mas, por outro lado, também queria garantir na região Amazônica a consolidação do domínio português e a fixação das fronteiras geográficas, quer assegurando a defesa do litoral, quer organizando núcleos de colonização no Pará e no Maranhão” (MARQUES, s.d.). Em 11 de abril de 1619 chegou a primeira leva de imigrantes açorianos ao Maranhão. Os habitantes das Ilhas dos Açores partiram no ano de 1618 em três navios comandados pelo capitão Simão Estácio da Silveira, porém alguns morrem

O imigrado, desse modo, contribuiria significativamente para a transformação do país, desempenhando papel determinante não só como exemplo do trabalhador e civilizador, mas também como exemplar de moralidade. O trabalhador nacional, por sua vez, foi deixado de lado, desqualificado e abandonado pelo sistema produtivo, associado a preguiça e à indolência, taxado em muitos relatórios como perigoso à ordem social (RIBEIRO, 2020, p. 54).

O contingente de imigrantes portugueses que chegaram ao Maranhão foi modesto em relação aos grupos que aportavam nas províncias sulistas – destino de preferência dos imigrantes por serem mais desenvolvidas e por questões climáticas –, porém, enfrentaram vicissitudes parecidas com as de outras experiências migratórias pelo Brasil afora. Os agentes de colonização não os colocavam a par da real situação do local e o sistema de subvenção de suas viagens e consequente endividamento. “De certo não eram os mais abastados imigrantes que aqui chegavam. No geral, pessoas sem recursos, acompanhadas por seus familiares que buscavam o sonho de prosperar em terras além-mar” (RIBEIRO, 2020, p. 73).

Uma leva de imigrantes estrangeiros desembarcou em São Luís em 1853, constituída por 59 portugueses arregimentados para integrar a Colônia de Santa Izabel, localizada às margens do rio Merinzal e Urú, “distava quatro léguas a sudoeste da Vila de Guimarães e destinava-se ao plantio de cana e de arroz” (ALMEIDA, 1983, p. 135).

Seis colônias foram fundadas entre os anos de 1853 e 1855 e todas funcionaram dentro do regime de parceria. Duas delas foram criadas como colônias de operários, a do Arapahy e de Maracassumé. As outras quatro, Santa Isabel, Santa Tereza, Petrópolis e Pericaú, eram agrícolas (RIBEIRO, 2020, p. 83).

A colônia do Arapahy foi integralmente financiada pelo governo provincial, os imigrantes iriam trabalhar na construção do Canal do Arapahy, que ligaria São Luís ao interior da província passando pelos rios Munim, Itapecuru-Mirim, Mearim e Pindaré. “Apesar de iniciada no ano de 1742, a obra do canal permanecia inacabada mais de um século depois, com os trabalhos sendo suspensos em virtude das vultosas despesas, que, por vezes, foram custeadas diretamente pela população” (RIBEIRO, 2020, p. 83).

É importante destacar que, apesar do imigrante europeu ter sido o mais almejado, registra-se a entrada de imigrantes asiáticos em uma das colônias fundadas nesse período.

na viagem, de modo que somente “95 casais ou 561 almas” chegaram ao Maranhão no ano seguinte (MARQUES, s.d.).

A colônia Maracassumé foi organizada pela Companhia de Mineração Maranhense para explorar as lavras auríferas de Maracassumé, na Comarca de Turiaçu. Essa companhia foi uma iniciativa do Barão de Mauá, tendo a participação de capitais ingleses. Para ela foram contratados no Rio de Janeiro, 40 chineses, mas um faleceu antes de chegar ao Maranhão. Trabalharam inicialmente como “jornaleiros” na abertura de picadas e no plantio de arroz, depois também na mineração. Em 1860, foi decretada a falência do empreendimento. Os proprietários alegaram a falta de mão-de-obra para trabalhar nas minas e o ataque constante de índios e quilombolas. Com a falência, os chineses foram demitidos: uma grande parte regressou para a corte, outros ficaram empregados na província em diversos trabalhos (FARIA, 2012, p. 259).

Conforme mencionado no capítulo anterior, as colônias de imigrantes estrangeiros enfrentaram problemas como as constantes fugas dos colonos, alguns adoeceram e faleceram, muitos foram resistentes ao cumprimento dos contratos e jornadas árduas de trabalho. Desse modo, os colonos passaram a ser vistos como insubordinados, de trabalhadores exemplares passaram a ser vistos equivalentes aos nacionais rejeitados, ou seja, classificados como “vadios” e “indolentes. As colônias fracassaram e o investimento em novos contingentes de estrangeiros foi suspenso.

Todavia, o debate a respeito de escassez da mão-de-obra não cessou e se fez ainda mais urgente. O Maranhão, assim como todo o Brasil na segunda metade do Oitocentos, atravessava a transição de sistema escravista para livre e assalariada, processo que do ponto de vista das elites foi penoso, pois por séculos fora dependente do trabalho compulsório de negros e africanos.

Após o insucesso dos colonos estrangeiros, segundo Alfredo Berno de Almeida, no ano de 1877, surpreendentemente, o Presidente da Província, Francisco Correia de Sá e Benevides, apresenta em relatório à Assembleia Legislativa Provincial, em caráter de urgência, ações para a organização de colônias cearenses (ALMEIDA, 1983, p. 175). A medida do Presidente foi inesperada, acudiu retirantes castigados pela seca e “engajando-os em trabalhos agrícolas, esperava o governo, primeiramente, estar contribuindo para sanar a alegada falta de braços deste setor” (FARIA, 2012, p. 243).

Todo esse enredamento apresentado, neste tópico, fez-se necessário porque acredito que a experiência imigratória japonesa no Maranhão, na segunda metade do século XX, tem reminiscências de um discurso modernizante, do ponto de vista de apregoar a inovação de técnicas agrícolas. Contudo um discurso antigo, num Maranhão que continuava essencialmente agrário, repetia-se também o caráter modernizador e desenvolvimentista, recorria-se ao mesmo antídoto, imigração e colonização.

Desde a malfadada experiência de colonização estrangeira ocorrida no século XIX, não houve nenhuma empresa imigratória dirigida pelo Estado para atração de estrangeiros. Até então, a presença estrangeira no Maranhão se dava de forma espontânea, sujeitos em deslocamento que chegavam livremente e se instalavam por aqui.

Nesse ínterim, o Sul e Sudeste do Brasil receberam várias correntes imigratórias de origem europeia. Bem depois, nas primeiras décadas do século XX, introduziram-se também os nipônicos com maior concentração nos cafezais paulistas, os quais deslocaram-se por todo território nacional. Houve imigração consistente para a região amazônica ainda na primeira fase do movimento imigratório japonês no Brasil.

No período de 1908 a 1942, durante o qual houve duas guerras mundiais, os imigrantes japoneses sofreram restrições no Estado-Novo de Getúlio Vargas e interrupção dos movimentos imigratórios no curso da Segunda Guerra.

Durante toda a primeira fase da inserção de imigrantes nipônicos no Brasil, o Japão atravessara distintos momentos políticos e econômicos vetores para a sua política emigratória. Em 1923 o Estado nipônico passou a subvencionar a emigração para o Brasil, porém as sanções varguistas à coletividade japonesa e as tensões beligerantes da década de 1930 provocaram o arrefecimento deste movimento imigratório até sua suspensão.

A participação do país na Segunda Guerra Mundial ajudou a compor a tríade do Eixo que, junto a Itália e Alemanha, instabilizou o mundo e provocou o confronto; “O ataque japonês a Pearl Harbor em 7 de dezembro de 1941 tornou a guerra mundial” (HOBBSAWN, 1995, p. 48); arrastou os Estados Unidos para a Guerra cujas consequências foram arrasadoras para os nipônicos.

Quando o conflito chegou ao fim, e o Estado japonês passou a planejar a reorganização social, fez-se imperioso a retomada da emigração. O Brasil mais uma vez foi um dos principais destinos dos nipônicos. A imigração japonesa no Brasil passa à sua segunda fase, pós-guerra, e com uma ampliação de rotas dentro do país. São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais tiveram diminuição de envios; o estado do Paraná passa a ser um polo atrativo para os nipônicos; e, numa maior diversidade de formação de núcleos coloniais, alcançaram o Nordeste. Assim, no final da década de 1950, as forças políticas do Maranhão passaram a planejar a atração de agricultores nipônicos para o estado, iniciando-se em 1960 a experiência imigratória japonesa que, a seguir, passo a analisar.

2.2 “*Shinimim*”: A Nova Imigração e imigração japonesa pós-guerra no Maranhão

O fim da Segunda Guerra Mundial marca um novo ciclo de movimentos migratórios pelo mundo e, após um hiato imposto pela tensão global, a imigração japonesa foi retomada no Brasil, dando início a sua segunda fase, que corresponde de 1942 a 1962. Essa divisão sistemática foi adotada para facilitar a compreensão dos diferentes contextos das fases entre si. Suponho que os principais pontos a serem considerados para análise sejam o caráter experimental da primeira fase e o contexto histórico do país expulsor e do receptor respectivamente.

Em 1896, os italianos dominavam as fazendas de café, “Muitas fazendas eram inteiramente povoadas por italianos e, em alguns municípios, o seu número excedia mesmo o de brasileiros ou de imigrantes de outras nacionalidades” (NOGUEIRA, 1983, p. 68). No início do século XX a entrada de italianos despencou para a metade, tendo sido precedida de uma década considerada o auge desta corrente migratória. A emigração italiana para o Brasil foi proibida em 1902, “e foi por isso que se resolveu introduzir experimentalmente os emigrantes japoneses” (HANDA, 1987, p. 74).

Sendo assim, conforme Handa adverte, as frentes pioneiras de imigrantes nipônicos que chegaram ao Brasil, nas primeiras décadas do século passado, podem ser consideradas um experimento, pois, a história da imigração mostra que a entrada de japoneses em São Paulo, estado precursor, deu-se no momento que os cafezais gritavam por trabalhadores.

Portanto, a imigração japonesa aconteceu para suprir os braços italianos nas fazendas de café. A meu ver, a primeira fase é experimental também do ponto de vista dos nipônicos que só conheciam o Brasil das propagandas das companhias de emigração japonesas cujo prisma exaltava a extensão do país e as muitas oportunidades de prosperidade. Expectativa e desilusão são partes da envergadura que o sujeito migrante tem de segurar num território novo. Enquanto que emigrações que já aconteciam em larga escala e tempo “tiveram a oportunidade de contar com experiências anteriores de parentes, ou mesmo de outros grupos” (ALVIM, 1998, p. 237), ainda que também passassem por frustrações, não chegavam tão desnudos de informações.

A primeira fase da imigração japonesa tem como principal motivo as transformações sociais ocorridas naquele arquipélago no fim do século XIX em virtude da Restauração Meiji. Dentre elas a abertura dos portos japoneses exigida por outros países e aumento dos impostos sobre os camponeses. Estes, quando não conseguiam pagar, sacrificavam suas terras; como não havia ofertas de trabalho para todos, muito se viram desempregados. Também Handa acrescenta

ainda o agravamento das tensões sociais ocorridas em 1908, ano de envio dos primeiros emigrantes para o Brasil, e

houve uma sucessão de casos de desemprego, dando origem a questões trabalhistas, por efeito do pânico que tomou conta da economia no segundo ano do término da guerra russo-japonesa. Aquela era, ainda, uma época que se assistiu, nos meios rurais castigados pelos impostos dos tempos de beligerância, à decadência dos pequenos e médios proprietários, e em que irromperam discussões quanto ao regime de parceria entre camponeses empobrecidos, dando nascimento a movimentos de camponeses desconhecidos antes da guerra (HANDA, 1987, p. 73-74).

Na segunda fase da imigração japonesa, os nipônicos já eram considerados bons agricultores no Brasil. Depois de ser interrompido no decorrer da guerra, o país voltou a ter interesse e o fluxo migratório nipônico foi retomado. “No Japão, as associações ultramarinas, organizações filiadas ao governo japonês, efetuavam o recrutamento, seleção e transporte de emigrantes para o exterior” (MUTO, 2011, p. 241).

No contexto pós-guerra do Japão, fazia-se imperioso o Estado nipônico impulsionar a emigração. Após a Primeira Guerra Mundial, “sua força militar e naval bastante considerável tornava-o a mais formidável potência no Extremo Oriente” (HOBSBAWN, 1995, p. 44). Um grande avanço. Ao passo que, ao longo da Restauração Meiji, o processo de ocidentalização japonês era algo inimaginável, do ponto de vista do Ocidente. De acordo com Rita Benedict, nenhum ocidental da década de 1860 poderia conceber, ainda que pudessem ver por uma bola de cristal.

Não parecia haver a menor possibilidade de que um país não-revolucionário como o Japão iria modificar seu rumo no sentido de ajustar-se a quaisquer padrões ocidentais e ainda menos que, dentro de cinquenta anos, estaria competindo com países ocidentais nos seus próprios terrenos (BENEDICT, 1972, p. 68).

Depois do ataque surpresa, em 1941, à base naval americana, Pearl Harbor, no Havaí, o Japão expandiu territorialmente pelo Sudeste asiático, ocupando a Malásia, Birmânia, Cingapura, Filipinas e Índias Ocidentais holandesas, atualmente Indonésia; Os Estados Unidos deram prioridade a derrotar a Alemanha, o que levou três anos e meio, “após o que o Japão foi posto de joelhos em três meses” (HOBSBAWN, 1995, p. 48).

A rendição japonesa em 2 de setembro de 1945 pôs fim à guerra, e o país que foi alvo de bombas atômicas passou a enfrentar uma profunda crise social. Fome, desemprego, falta de insumos, população adoecida pelos efeitos dos ataques nucleares a Hiroshima e Nagasaki e o

repatriamento de 6,3 milhões de japoneses que vieram da Coreia, Taiwan, Manchúria, Filipinas e outros territórios ocupados pelos japoneses antes e durante a Segunda Guerra Mundial, seriam por si só os principais fatores de expulsão daquele arquipélago (MUTO, 2011, p. 239).

O quadro social no Brasil pós-guerra era de um país ainda essencialmente agrário, cuja força econômica do país concentrava-se no Sudeste, em processo de expansão capitalista e industrialização. A região sudestina era o principal centro de acumulação do capital através da grande produção agroexportadora e industrial. Dessa forma, as atividades industriais passaram a ser o elo que integrava diversas economias locais a uma economia nacional. “Essa nova especialização, derivada da concentração industrial, exige então que algumas economias regionais brasileiras (como a nordestina) passem a explorar mais intensivamente a produção agrícola” (PALHANO, 1983, p. 112-113), equilibrando a divisão produtiva do país alicerçada nos interesses do capital industrial.

A reintrodução dos japoneses no Brasil estava voltada ao fortalecimento da produção agrícola e por isso foram arranjados de forma que alcançaram diversos centros de colonização nos mais variados estados. Os núcleos deveriam ser mantidos pelo governo federal ou estadual. Arlinda Nogueira faz referência as colônias instaladas nesse período nos estados: Pio XII, Ceará; Pium e Pnau, Rio Grande do Norte; Rio Bonito e Cabo, Pernambuco; Ituberá, Una e JK, Bahia; Taiano, Roraima; Quineri, Acre; Matapi, Amapá; Ramos, Santa Catarina, Rosário e Muruaí, Maranhão (NOGUEIRA, 1983, p. 173).

Destarte, foram instaladas no Maranhão duas colônias na década de 1960 que tinham por objetivo atender a “dificuldade no abastecimento da capital de produtos hortifrutigranjeiros, muito por conta do atraso agrícola do estado” (SILVA, 2020, p. 244). As colônias instaladas no Maranhão fazem parte de um conjunto de medidas que buscavam legitimar o discurso de que o estado precisava voltar a crescer economicamente.

A vinda de imigrantes japoneses para o Maranhão fazia parte de um arranjo político calcado num discurso de reavivamento de um estado que já fora rico e precisava voltar à prosperidade. O contexto maranhense era de uma economia essencialmente agrária que sofria com o desabastecimento de produtos básicos nas feiras e mercados da capital do estado, São Luís. Ancorado ao discurso do atraso agrícola, o candidato ao Governo do Maranhão, Newton de Barros Bello, pertencia ao grupo da figura de articulação no cenário político, o senador Victorino Freire, cuja atuação no estado se convencionou chamar de *vitorinismo*.

Em 1945, Victorino Freire candidatou-se a deputado federal do Maranhão pelo Partido Social Democrático (PSD), ajudou a coordenar a campanha do amigo, Eurico Gaspar Dutra, à

presidência da República, tornou-se o principal articulador do PSD, fez aliança com lideranças políticas tradicionais como Clodomir Cardoso e Genésio Rego. O partido saiu vitorioso do pleito, elegendo seis dos nove deputados federais, incluindo-se o próprio Victorino e dois senadores, e influenciou na indicação de Saturnino Bello a interventor do estadual. Dessa maneira, ascendeu “ao comando político maranhense, com a posterior formação de sua corrente política, o *vitorinismo* (COSTA, 2006, p. 36)

Newton Bello e Mattos de Carvalho pertencem ao grupo político liderado pelo pernambucano Victorino Freire que chegou ao Maranhão em 1933 por nomeação de Getúlio Vargas, foi “Secretário de Governo do interventor Antônio Martins de Almeida, quando, apesar de curta permanência de dois anos, constrói alicerces de seu edifício político, reforçado pelas suas ligações com o poder central” (PALHANO, 1983, p. 128).

Entre as metas de seu plano de governo, Newton Bello menciona a instalação de colônia agrícola japonesa na cidade de Rosário, a aproximadamente 74km da capital, com o objetivo de produzir frutas e legumes, sob a argumentação de que o estado precisava sair do atraso e retomar o crescimento econômico. Colocando-se como um continuador da administração de seu antecessor, Newton Bello tratou de articular e executar seu programa de colonização ainda na administração do governador Mattos de Carvalho.

Como visto anteriormente, a partir do século XIX, o Maranhão passou por um progressivo declínio econômico imputado a escassez de braços. Em conformidade a análise de Alfredo de Berno Almeida acerca dos relatórios provinciais da segunda metade do referido século, em que o autor percebe um padrão de explicação para a “decadência da lavoura” ou “estado decadente da agricultura”, concluindo que se desenvolveu no seio político do Maranhão uma ideologia da decadência, a qual não parecia haver qualquer contestação de nenhuma corrente partidária. As dificuldades da província, quer seja o momento e presidente ou vice-presidente que estivesse à frente da administração do Maranhão, eram descritas e explicadas pela decadência da lavoura.

Os componentes deste mencionado padrão se sucedem nos diferentes documentos elaborados pela burocracia provincial através de uma articulação a mesma. Cumprem com uma eficácia própria do discurso político, dado a redundância, uma função demonstrativa que torna as formulações relativas à decadência dotadas de uma característica de inquestionabilidade. Não há quem as refute e todos são unânimes em recorrer a elas para definir as condições econômicas e sociais da província quaisquer que sejam, em diferentes tempos. Tanto são registradas num *Relatório* apresentado à Assembleia Legislativa em junho de 1844, quanto a num outro de 1857 ou ainda num terceiro de 1876 e assim em diante até os fins da década de 80 (ALMEIDA, 1983, p. 79).

Em consonância com o autor, penso que as explicações seguem uma regra recorrente de atribuir à situação atual, do ponto de vista do momento em que são redigidos os relatórios, as mesmas explicações. A involução econômica da província através da improdutividade agrícola que, por sua vez, é conferida à mão-de-obra. À mão-de-obra sempre faltam técnicas e à administração sempre faltam recursos, créditos. Desse modo, “as ausências é que conferem sentido à decadência” (ALMEIDA, 1983, p. 101).

Em vista disso, assim como no século XIX, a imigração de estrangeiros para o estado foi justificada pela escassez de braços na lavoura, solução quantitativa de provimento de trabalhadores, ao mesmo tempo que imprimiria qualidade ao campo agrário, visto que, por se tratarem os imigrantes de europeus, eram vistos naturalmente como o tipo ideal para o trabalho. De semelhante modo, no século XX, os japoneses foram incumbidos de desenvolver a agricultura do estado.

Em 1960, Newton Bello, pretendo ao cargo de governador, vindo a sê-lo no ano seguinte, tem como uma das metas de seu plano de governo “a criação de um pequeno núcleo colonial, em Rosário, no qual serão localizadas 20 famílias japonesas, com o objetivo de desenvolver a produção de legumes e frutas”. Conforme já fora mencionado, São Luís seria a principal beneficiada pelo que viria ser produzido na colônia japonesa, pois, segundo Newton Bello, a cidade precisava “preparar-se para ser a capital de um estado rico e próspero, a sala de visitas de uma casa em pleno progresso¹¹”.

Do mesmo modo que na segunda metade do Oitocentos, investiu-se na colonização estrangeira. O Maranhão voltava à investidura. Enquanto que outrora os europeus tinham o arquétipo desejado, agora o estado cedia aos nipônicos a missão de aplicarem suas técnicas agrícolas em terras maranhenses.

Assim, em 10 de julho de 1960, 20 famílias japonesas desembarcaram no Porto do Itaqui, aproximadamente 111 pessoas que chegaram a bordo do navio *Kasato Maru*, procedente do porto de Kobe, Japão; foram conduzidos à cidade de Rosário, onde foi instalada a colônia agrícola intitulada Morro de Alcântara.

Apesar de aparentemente a ideia inicial ser apenas a criação da colônia de Rosário, tendo em vista que apenas este núcleo é citado no plano de governo de Newton Bello, alguns meses depois da instalação dos nipônicos em Morro de Alcântara, em 04 de janeiro de 1961 chegava ao Maranhão a bordo do navio *Argentina Maru*, proveniente da cidade japonesa de

¹¹ Vide: Em 7 discursos: As Ideias Gerais de um Plano de Governo. Maranhão, 1960. Documento disponível na Biblioteca Benedito Leite.

Osaka, a segunda leva de imigrantes nipônicos para compor uma segunda colônia, denominada Muruaí, localizada no povoado Pedrinhas, às margens da BR 135 em São Luís. A criação das respectivas colônias marca a iniciativa oficial do Estado de uma política de imigração japonesa no Maranhão.

A experiência imigratória japonesa no Maranhão é oriunda de uma medida oficial do Estado, pois para que fossem formadas as colônias agrícolas, Morro de Alcântara (Rosário) e Muruaí (Pedrinhas / São Luís), o governo do Maranhão, por intermédio de Newton Bello, articulou junto ao cônsul do Japão no Pará um convênio com o governo japonês.

O padrão de formação das colônias foi o mesmo adotado pelo estado de São Paulo, no início do século XX, imigração familiar, tal imposição denota diversidade dos núcleos no que diz respeito à faixa etária e o sexo, garantindo a presença de mulheres, jovens e até crianças. Diferentemente dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil que haviam sido atraídos pelo sonho de trabalhar numa terra próspera, tencionavam, por uma permanência temporária em solo brasileiro, juntar dinheiro e voltar ao Japão.

Entretanto, como já exposto ao longo deste estudo, o sonho de retorno ao Japão ficou cada vez mais distante até que foi abandonado, uma vez que os imigrantes japoneses perceberam que a fortuna seria uma conquista mais trabalhosa. As dificuldades vividas em seu processo de adaptação, os constantes deslocamentos e os planos de ascensão social provocaram uma “mudança radical na atitude dos imigrados que, em abandono do seu plano inicial, os leva a permanência definitiva no país” (SAITO, 1980, p. 83).

Ao passo que os imigrantes do pós-guerra já não podiam nutrir expectativas parecidas às da primeira geração, pois estavam plenamente cômicos do caráter definitivo de sua imigração. Outro aspecto diferente foi de não virem trabalhar a particulares, mas de tomarem posse de terras, que depois de alguns anos de ocupação receberiam a concessão definitiva, e deveriam cultivá-las ou instalariam granjas. Dessa forma,

o consulado japonês custeava as passagens marítimas dos nipônicos e ao governo do Maranhão cabia ceder os terrenos para o cultivo, estruturar as colônias quanto a moradia, além de disponibilizar caminhonete para cada família, equipamentos e ferramentas, sementes, ou seja, quaisquer que fossem os insumos necessários tanto para que trabalhassem na agricultura ou avicultura (SILVA, 2019, p. 04)

A produção das colônias deveria ser destinada aos mercados de São Luís, visto que foram implementadas para atender a capital. O processo de adaptação dos japoneses no Maranhão foi permeado por muitos reveses e a presença dos novos moradores do estado aguçou

a curiosidade dos locais, foi amplamente veiculada pela imprensa e provocou admiração e polêmicas.

Entendo a imigração japonesa para o Maranhão como uma parte de uma estrutura desfacelada. A imigração e a desagregação, neste caso, são fenômenos consequentes de uma guerra, portanto podem ser compreendidos como oriundos de um trauma. Um processo complexo e cheio de ambiguidades.

Conforme o pensamento de Hartog acerca dos acontecimentos cujas marcas são sentidas como “fendas” numa temporalidade, o tempo da imigração japonesa no Maranhão é uma das brechas no tempo de crise vivido pelos sujeitos que foram compelidos ao desarraigamento de seu lugar. Segundo a reflexão do autor a respeito dos regimes de historicidade, na maneira como os sujeitos históricos se relacionam com o seu tempo e entre si, em dialética com Reinhart Koselleck de pensar o presente como inquieto e dilatado, logo, não consegue responder nem “preencher a lacuna, no limite da ruptura, que ele próprio não cessou de aprofundar, entre o campo da experiência e o horizonte de expectativa” (HARTOG, 2014, p. 56).

Feito o corte que a imigração figura, a ruptura, o sujeito passa a transitar entre dois mundos, o novo e o rompido, a posição de outro, “uma alteridade composta de olhares cruzados: o do imigrante para o nacional e deste para o imigrante” (FAUSTO, 1998, p. 20).

Penso o movimento de emigrar uma empresa arriscada, pois, ao irromper num país desconhecido, o estrangeiro recomeça sua vida apostando num empreendimento que não pode ter nenhum prognóstico de sucesso, um processo de reconhecida disposição, uma aventura, talvez os imigrantes não tenham tido outro caminho, dado as circunstâncias pelas quais emigraram.

Os nipônicos chegaram ao Maranhão resignados ao ajustamento e à fixação, não havia a expectativa do regresso ao Japão. Ao que pude verificar, eles eram sabedores da função social que deveriam desempenhar; nota-se pelos relatos como este em que diz: *Governo me chamou, chamou meu papai. Governo aqui do Maranhão, nesse tempo era Newton Bello, ele chamou, conversou com o governo do Japão pra mandar japonês pra cá, pra plantar verdura*¹².

Sendo assim, a seguir, apresento a percepção e acomodação dos japoneses em relação ao estado e a repercussão jornalística acerca da entrada dos nipônicos no estado.

¹² Trecho do relato de Sadame Tanabe, colono de Rosário, na primeira entrevista da pesquisa, realizada em 03 de junho de 2018.

2.3 O impacto da presença japonesa no Maranhão: choque, adaptação e cobertura midiática

Depois de uma viagem marítima que durou aproximadamente um mês, chegou ao Maranhão a primeira leva de imigrantes japoneses, *America Maru*, cuja tripulação partiu de Kobe, em 06 de junho de 1960. Um dos tripulantes, o japonês **Sadamu Tanabe**, colono de Morro de Alcântara (Rosário), relata que a viagem foi ruim e o navio pequeno balançava, causando enjoos em mais da metade dos nipônicos. Sadame e os outros colonos

desembarcaram em um domingo, no Porto do Itaqui, na cidade de São Luís. Ficaram a uma distância considerável do porto, uma pequena lancha foi utilizada na travessia dos imigrantes japoneses até o cais da Praia Grande. O governo do estado do Maranhão pôs à disposição quatro ônibus e alguns caminhões com o designio de transportar os nipônicos para o local que estava destinado para eles, à cidade maranhense de Rosário (SIQUEIRA JUNIOR 2015, p. 28).

A chegada dos novos moradores do estado foi um acontecimento que movimentou a capital, foram recepcionados pelo Secretário de Agricultura, Joel Barbosa Ribeiro, e em Rosário havia sido preparada uma feijoada para ser servida aos japoneses. Contudo, o prato estranho à culinária japonesa não teria apетecido a maioria dos nipônicos; além disso, a comunicação foi difícil pela língua tão diferente. A entrada dos nipônicos recebeu destaque nos jornais da cidade.



Fonte: Jornal Pequeno, 1960.

Sadame Tanabe estava entre os tripulantes do America Maru e a memória da viagem não é agradável. muitos nipônicos tiveram enjoos devido ao forte balanço do mar. Morava em Kochi-Ken, Japão; em companhia da família viajou até Kobe onde embarcou para o Maranhão. Tinha 14 anos. Pertencia a uma família que trabalhava na lavoura e com carvão. A memória dos últimos momentos em seu país era de muita dificuldade:

eu tinha 11, 12 anos e tinha que ajudar meu pai a carregar pau, cortar pau e tudo. Mas estudando e trabalhando. Estudando e trabalhando. E aí então aquele tempo ruim, aí o meu pai resolveu foi que resolveu vir. O governo daqui convidou japonês pra plantar verdura [...] aquele tempo era Newton Bello e ele convidou pra vir aqui, Maranhão, pra plantar verdura e eu plantei (Sadame Tanabe).

Contudo, plantar verdura em Morro de Alcântara foi mais difícil aos nipônicos do que imaginavam. *A terra era ruim. Pedra. Muito pedra*, foi o que ouvi em resposta aos terrenos rosarienses. A descrição do nipônico harmoniza-se com a constatação do geógrafo Siqueira Júnior a respeito de o solo de Rosário não ser o mais adequado ao cultivo, ressaltando que esse detalhe das terras rosariense era do conhecimento das autoridades políticas que cuidaram da instalação das colônias. Conforme seus próprios termos, “O próprio secretário estadual de agricultura de Bêrredo Martins, no ano de 1962, admitiu que uma parte das terras não prestava para o cultivo de verduras e legumes (SIQUEIRA JUNIOR, 2015, p. 43).

A família Tasaka¹³, que também fora colona de Rosário, passou pela frustração com o solo de Morro de Alcântara. Segundo o nissei¹⁴ Kumbo, *Eles vieram enganado, pois, quando chegaram em Rosário a terra era ruim. Disseram que a terra era muita, que era produtiva, boa pra trabalhar, mas era cheia de pedra.*

Em virtude da infertilidade dos terrenos de Rosário, a colônia japonesa, inicialmente não teve boa safra e não correspondeu à expectativa que havia sobre a produção dos nipônicos. Há que se considerar que os primeiros japoneses chegaram quando se findava o período chuvoso e enfrentaram seis meses de estiagem. Ainda assim, o que produziram foi comercializado. A imprensa acompanhava o andamento das atividades da colônia.

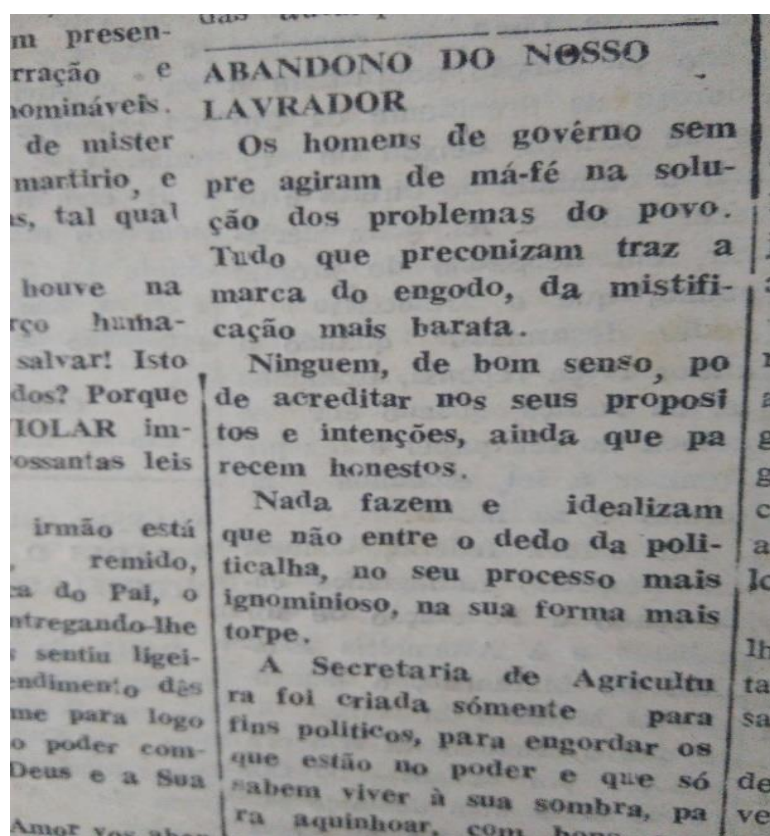
É com satisfação, pois que registramos a venda daqueles produtos que será levada a efeito, hoje, no Mercado Central, fazendo votos no sentido de que continue essa atividade tão útil a população da capital, que vive pagando

¹³ Família de colonos imigrantes de Rosário. Constituída originalmente pelo chefe da família, Genzo Tasaka; a esposa Shizue Tasaka, o irmão Sumiake Tasaka e o filho Atsuyoshi Lucas Tasaka. Shizue veio grávida para o Brasil e aqui nasceu, em 1961, Roberto Kumihito Tasaka (Kumbo) que me transmitiu em entrevista as memórias dos pais e a sua, pois nasceu no Brasil e acompanhou toda a jornada.

¹⁴ Como são conhecidos a primeira descendência de japoneses, os filhos nascidos no Brasil.

preços exorbitantes por hortaliças, muitas vezes de qualidade bem inferior (O IMPARCIAL, 28 de março de 1961).

Contudo, o investimento do Estado na imigração sublevou uma questão interessante, a condição social do agricultor local, o maranhense. Os jornais inclinados à oposição puxavam a discussão a respeito do emprego de recursos públicos em trabalhadores nipônicos em detrimento dos trabalhadores maranhenses.



(Fonte: Reportagem do Jornal Pequeno, setembro, 1961).

Para clarificar essa questão, passo à análise de matéria publicada pelo Jornal Pequeno que ajuda a compreender o contexto social da época através do que estava sendo abordado pela imprensa. Escrita por José Alves da Costa, a reportagem foi publicada em fevereiro de 1961, sete meses depois de japoneses terem ocupado o Morro de Alcântara, e há um mês da chegada da segunda leva de nipônicos instalados em Muruaí. O autor começa manifestando seu desagrado em ver homens públicos entusiasmados com a presença de nipônicos no Maranhão e seus discursos de que os agricultores japoneses garantiriam a fartura nos mercados de São Luís, pois tratavam-se de sujeitos trabalhadores e por isso a cidade não sofreria mais de

desabastecimento de frutas e verduras, enquanto que o homem do campo maranhense não teria técnica nem disposição. Então, o repórter denuncia:

O volume de produção agrícola no Maranhão tomado por base aos meios de produção, é um verdadeiro milagre. O nosso lavrador não possui terras. Tirando os grandes proprietários latifundiários a maioria são posseiros e agregados que estão sujeitos a toda sorte de injustiça do atual regime (...) É este lavrador que além de não ter um pedaço de terra para conseguir o sustento, não para si, mas para os grupos poderosos que açambarcam nossas produções de arroz, babaçus, não são tratados nem como animais. Não recebem financiamento, ferramentas, sementes, seus filhos não vivem, vegetam, *teem* como assistência os curandeiros. Nascem, crescem e morrem na ignorância por falta de escolas, cujas verbas destinadas para este fim só chegam para atender os ladrões dos cofres públicos (JORNAL PEQUENO, 23 de fevereiro de 1961, p.04).

Desse modo, a questão imigratória avultava o debate territorial no Maranhão que estava em efervescência no estado e no Brasil desde a década de 1950 quando trabalhadores rurais passaram a discutir e organizar movimentos de luta pela reforma agrária do país. Em meados daquela década, na II Conferência dos Trabalhadores Agrícolas, que acontecera em São Paulo, formou-se a comissão estadual da reforma agrária em São Luís que atravessou o interior do Maranhão, marcadamente na região ribeirinha dos vales do Itapecuru e Mearim, resultando na formação de comissões similares que passaram a trabalhar de forma articulada com a comissão nacional em vista da coleta de cinco milhões de assinaturas que pediam pela reforma agrária (MIRANDA, 2003, p. 06).

Da mesma maneira, ainda em 1950, em decorrência das constantes tensões entre lavradores e pecuaristas na microrregião do Pindaré-Mirim, os trabalhadores rurais passaram a se organizar pela defesa da lavoura e pela liberdade de decidir onde plantar (CONCEIÇÃO, 1980, p. 89). Essas organizações de lavradores por todo o estado denunciavam o esquema de grilagem de terras, em que terras devolutas do Estado ou privadas são apropriadas e suas escrituras fraudadas através do suborno de servidores públicos coagidos pelo poder econômico à prática da corrupção. Dessa forma, setores do Estado e capital privado agem na apropriação do espólio do Estado (ASSELIN, 2009, p. 21).

Destarte, os conflitos envolvendo posseiros e grileiros ganharam força e mostraram-se violentos ao longo das décadas de 50, 60 e 70 do século XX; tais conflitos eram marcados por repressão dos grileiros, pela ação de jagunços que boicotavam os posseiros pressionados a abandonar a área que ocupavam. Toda a estratégia da grilagem tinha por objetivo a apropriação

de terras e através delas obter financiamento e incentivos do Estado. Um embate complexo envolvendo roceiros, políticos, força policial e poder econômico.

Sendo assim, a imigração japonesa no Maranhão ocorreu em meio aos conflitos agrários por todo o estado. Penso que isto seja uma das causas para que parte da imprensa colocasse em pauta a situação do lavrador do estado e a questão da terra. Assim como o tema agrário foi o mais abordado e elaborado entre as propostas e metas de Newton Bello ao governo.

A formação das colônias constituídas por orientais faz parte de um conjunto de medidas previstas no plano de governo de Newton Bello, bem como a criação da Secretaria de Agricultura e do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Maranhão para financiamento de empresas que beneficiassem a agricultura e pecuária do estado, do mesmo modo critica a recente colonização de nordestinos para o Maranhão. “Vimos surgir um novo ciclo colonizador, este já vindo do Nordeste, tendo como base um povo de mistura rudimentar e que aqui chegando não introduzia melhor técnica do que a existente”. O futuro governador prosseguia concluindo que a “agricultura primitiva” destes colonos resultou no “espetáculo da queimada” e na infertilidade dos solos e baixa produtividade do lavrador.

O plano de governo Newton Bello segue discorrendo acerca do estado do Maranhão ter muitas terras devolutas e de que a propriedade agrícola privada precisava ser estruturada para explorá-las. Nega ainda a existência de rico proprietário e lavrador miserável, e sim que todos estariam submetidos a um regime de técnicas ultrapassadas e por isso não rendiam lucros. Encerra afirmando a necessidade da atualização da Lei de Terras que beneficie os que trabalham na terra que, por conseguinte, receberiam assistência do Estado.

Todavia, os discursos dos projetos e planos dos governos à época destoavam com a prática, pois, do ponto de vista concreto, o que ficava evidente era o favorecimento de facções econômicas em prejuízo do desenvolvimento social e econômico coletivo, além do esmorecimento de ações judicialmente punitivas contra a violência aos lavradores.

Verifica-se, ainda, uma reiteração do discurso de tachar na figura dos camponeses o atraso, o sujeito rude que impediria o desenvolvimento do estado. Repetia-se também o mesmo discurso de recorrer ao potencial natural do Maranhão, segundo Newton Bello, “região geoeconômica tão rica e diversificada”, reproduzindo ideias progressistas e desenvolvimentistas.

Dessa maneira, nota-se em Newton Bello a corrente reedição de antigos slogans de campanha da década de 1930 e 1940 na década de 1950, tal como a necessidade de colonização para ocupação de “espaços vazios” e de potencialidade natural do Maranhão ao desenvolvimento, pois, nesses mesmos moldes, já discursava o governador César Aboud, em

1951, quando introduziu nordestinos no estado sob a justificativa do povoamento, recuperação da lavoura e crescimento da lavoura (FERREIRA, 2015, p. 117).

Vê-se um constante resgate das mesmas explicações para o atraso – a falta de braços, a indolência dos braços, a insubordinação dos braços estrangeiros, os braços rudimentares nordestinos – e um passado próspero a ser recuperado, revivido. Elocuções proferidas pelos administradores provinciais do século XIX. Renovação do velho no século XX. A colonização que já fora europeia, nordestina, em 1960, “inova-se” a japonesa para “engrandecer o Maranhão” de novo.

A chegada de japoneses no Maranhão foi precedida de visita do Cônsul do Japão no Pará ao estado, em 07 de abril de 1960, que teria feito vistorias ao local que os nipônicos ocupariam. O acordo entre os governos consistia em o governo nipônico custear todas as despesas da viagem marítima dos imigrantes e ao governo do Maranhão, através da Secretaria de Agricultura do estado, cabia dar todas as condições indispensáveis à instalação dos nipônicos, como a concessão dos terrenos, construção das casas, disponibilizar caminhonetes e os insumos necessários para que iniciassem suas atividades agrícolas e avicultura, além de suprimentos para que se sustentassem até que pudessem se manter do próprio trabalho.

Em virtude de todo o amparo e provisões que o Governo do estado deveria prestar aos japoneses, sublevou-se polêmica acerca dos trabalhadores rurais maranhenses que ficaram à margem dos investimentos do Estado. Em várias reportagens a atuação da recém-criada Secretaria de Agricultura foi criticada e o órgão foi visto como pretexto para empregar afilhados políticos, pagos com os cofres públicos. No que concerne à condição do agricultor local, as críticas à Secretaria eram ainda mais duras e a vinda de japoneses endossava a desaprovação, como neste trecho: “Hostilizou os nossos caboclos e mandou buscar lavradores, no Japão, às expensas do erário público. Até hoje não se conhece nenhum plano de melhoria de nossa lavoura posto em prática pela Secretaria de Agricultura” (JORNAL PEQUENO, 24 novembro 1960, p. 04).

Por parte dos japoneses de algum modo também havia o sentimento de desacerto entre o que fora acordado com o Governo de seu país. Havia a questão dos terrenos de Rosário serem inférteis e pedregosos. A lembrança que Sadamu Tanabe externa acerca de Morro de Alcântara é de frustração:

Aquela colônia era péssimo. Uma ladeira assim que só a pessoa subir era uma luta. Mas assim mesmo eu sobe e desce. Sobe e desce. Lá era areia, areia não... pedra, só aquela piçarra aquele ali, mais de um palmo de pedra. O

governo não pensou direito ali não. Ele não quer saber como é, só jogar lá (Sadame Tanabe).

Penso que alinhavando o tecido dos testemunhos é possível instrumentalizar essas memórias a partir do confronto das fontes e a “função veritativa da memória” afastando “a ameaça da confusão entre rememoração e imaginação” (RICOUER, 2007, p.26). Dessa maneira, a análise dos relatos que evidenciam o engodo dos colonos permite entrever que a colônia de Morro de Alcântara apresentou sérios problemas estruturais.

Em seu estudo monográfico, Meire Valéria Almeida Silva apresenta testemunhos que lastimam pelas terras rosarienses: “Sr. Yamada relata que foi ‘um absurdo o que fizeram’, trouxeram os colonos para cá sem estrutura alguma, com terreno impróprio para plantio” (SILVA, 2019, p. 26). Tal constatação alinha-se à análise técnica que Siqueira Júnior faz do solo da região:

Pedagogicamente falando, na extensão territorial do município se encontram solos como: Latossolos Amarelos, Argissolos Vermelho-Amarelos, Plintossolos e Solos discriminados de Mangues. O que deriva a situação de dificuldade no plantio, fato esse enfrentado pelos colonos nipônicos (SIQUEIRA JUNIOR, 2015, p. 43).

Destarte, alguns jornais que circulavam na capital maranhense denunciavam possíveis interesses velados na escolha dos lotes destinados para a primeira leva de imigrantes japoneses do Maranhão. Além disso, percebe-se que a imprensa daquele período não noticiou só os privilégios dos orientais, suas decepções também tiveram cobertura:

Os amarelos, por outro lado, também se dizem ludibriados em sua boa-fé agrícola alegando que, ao contrário do prometido, não lhes deram a terra recomendada para sua labuta. Afiança-se nos próprios círculos do Palácio dos Leões, que esse negócio de colônia agrícola japonesa, como a de Morro de Alcântara, em Rosário, nada mais foi que uma negociata das mais escandalosas. Terras sem valor agrícola algum, adquiridas pelo deputado Ivar Saldanha ao deputado Freitas Diniz, ao preço de 300 mil cruzeiros, foram, mais tarde, para instalação das colônias nipônicas, vendidas pelo prefeito de São Luís ao governo do Estado, pela quantia de 540 mil cruzeiros. Daí os japoneses estarem fracassando (CORREIO DO NORDESTE, 01 maio de 1962, p. 02).

Ao longo da pesquisa pude examinar que os nipônicos da colônia de Rosário tiveram de sobrepujar outras dificuldades, uma vez que, além da infertilidade do solo, Morro de Alcântara “não dispunha de um recurso de primazia à sobrevivência dos nipônicos e para o plantio, pois o abastecimento de água na região era escasso”, enfrentaram o período de estiada

das chuvas e isolamento da colônia cujas estradas eram difíceis de acessar e escoar a produção (SILVA, 2019).

O desencanto dos nipônicos é notório pelo fato de muitos deles terem precocemente abandonado Morro de Alcântara e terem iniciado um processo de deslocamento, porquanto os resultados nos primeiros tempos de colheita não foram satisfatórios. “Muitos não aguentaram essa situação e decidiram sair desse local para almejar algo melhor, e o destino foi em outras regiões do Brasil, como o Pará, Santa Catarina e para Brasília” (SIQUEIRA JUNIOR, 2014).

Não há como contrapor completamente Siqueira Júnior, uma vez que vários japoneses migraram pelo território nacional, um movimento frequente em correntes imigratórias, visto que o imigrante insatisfeito com o destino original passava a migrar em busca de local em condições para sua acomodação e fixação. Todavia, ao que pude aferir, a maioria dos nipônicos deslocaram-se dentro do território maranhense, ao passo que trabalharam e depois de algum tempo dispersaram-se pelo país. Uma mostra dessa migração interna é a família Tasaka colona de Rosário.

Figura 4: Família Tasaka:



Fonte: foto cedida pela família.

Conforme Paul Thompson, a oralidade propicia a descoberta de “documentos escritos e fotografias, que de outro modo, não teriam sido localizados”. Através dos testemunhos coletei informações e tive acesso a fotografias cedidas pelas famílias nipônicas, assim como suas memórias deram-me pistas que precisavam ser aprofundadas para enriquecer o conhecimento

a ser produzido, pois, os historiadores orais podem “imaginar qual a evidência de que precisam, ir procurá-la e obtê-la” (THOMPSON, 1992, p. 25).

Na imagem acima, o casal Shizue e Genzo Tasaka com o filho Atsuyoshi. Família oriunda de Nagasaki-Ken, Japão. Conforme outro filho, Kumbo (Roberto Kumihito), uma das primeiras famílias a sair de Rosário. *Quando meu pai resolveu ir embora de Rosário, veio embora pro Paço do Lumiar, aí de lá comprou umas terras no Igarauá¹⁵, ficamos lá um tempo, depois fomos pro Rio Grande¹⁶ e depois Rio dos Cachorros¹⁷ que tamo até hoje.*

O agricultor Kazunari Horiuchi, identificado nos testemunhos de maranhenses, ex-funcionários de sua casa e hortas, também está entre os colonos que deixaram Rosário e mudou-se para a zona rural de São Luís. Há registros de que teve hortas e fixou-se em Santa Fé¹⁸, assim como arrendou terrenos e cultivou hortas também no Rio dos Cachorros.¹⁹

Figura 5: Cartão da imigração do agricultor Kazunari Horiuchi:

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. MODÉLO N. C. 139
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso KAZUNARI HORIUCHI
Admitido em território nacional em caráter Permanente
(temporário ou permanente)
Nos termos do art. 10 letra -- do Dec. n. 7967, de 1945
Lugar e data do nascimento Miyazaki-ken, 10/9/1938
Nacionalidade Japones Estado civil solteiro
Filiação (nome do Pai e da Mãe) Kenji Horiuchi e Yoshi Horiuchi Profissão Agricultor
Residência no país de origem Kochi-ken, Japao

NOME IDADE SEXO

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. 326135 expedido pelas autoridades de Ministério dos Neg. Estrang. do Japao na data 18/5/1960
visado sob n. 1274

ASSINATURA DO PORTADOR: Kazunari Horiuchi

Consulado Geral do Brasil em Kobe. 30 de maio de 1960

NOTA—Esta ficha deve ser preenchida à máquina pela autoridade consular, sendo as duas vias em original dos Santos Chaud. Vice-Consul

Fonte: www.familysearch.org/ark:/61903/3.

O agricultor que aparece na imagem acima, Kazunari, teria sido um dos produtores mais bem-sucedidos entre os imigrantes. No início da década de 1970, destacou-se no cultivo

¹⁵ Povoado localizado na zona rural de São Luís.

¹⁶ Povoado também localizado na zona rural de São Luís.

¹⁷ Povoado localizado na zona rural de São Luís.

¹⁸ Extinto povoado da zona rural de São Luís, localizado na região que atualmente está anexada à empresa Alumar.

¹⁹ Povoado localizado na zona rural de São Luís, nas proximidades do Porto do Itaqui.

de hortaliças e também na fruticultura cujas plantações contavam com trabalhadores locais, maranhenses, e de outros nipônicos. Segundo um dos homens que trabalhou com o nipônico: *Kazunari tinha horta de tudo, plantava de tudo. O forte era o tomate, mas tinha também o pepino, pimentão, melancia, repolho, muita coisa*²⁰.

Penso que a zona rural de São Luís tenha sido o local escolhido por alguns colonos em virtude da colônia de Pedrinhas, Muruaí, localizada naquela região, inicialmente, ter resultados mais razoáveis, ficando em uma área menos isolada, comparando-a a Rosário, pois, situa-se às margens da BR 135, mais próxima do centro urbano para onde os japoneses iam vender as hortaliças, e sobretudo pela fertilidade das terras e por ter água. A família de Sadamu Tanabe está entre as que se transferiram para as proximidades de Muruaí, indo morar no Aracaua²¹. *Era passagem nossa, aí quando vinha vender verdura em São Luís passava bem na porta deles, dos colonos, ver que a terra era boa e compra a terra.*

Na imagem a seguir, o cartão da imigração do chefe da família Tanabe, o agricultor Isamu, 46 anos, com os filhos menores de idade: Sadamu, 14 anos; Sayoko, 12 anos; e Mie, 9 anos; além de dois outros filhos maiores de idade, Yukio e Shoji. Quando a família se mudou para o Aracaua (Pedrinhas), em São Luís, o patriarca já havia falecido.

Figura 6: Cartão da imigração do chefe da família Tanabe:

ch

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO
MODÉLO S. C. 129

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso Isamu Tanabe
Admitido em território nacional em caráter Permanente
(temporário ou permanente)
Nos termos do art. 10 letra --- do Dec. n. 7967, de 1945
Lugar e data do nascimento Kochi-ken, 8/8/1914
Nacionalidade Japonês Estado civil Casado
Filiação (nome do Pai e da Mãe) Shigetaro Tanabe e Toshino Tanabe Profissão Agricultor
Residência no país de origem Kochi-ken, Japão

	NOME	IDADE	SEXO
FILHOS MENORES DE 18 ANOS	<u>Sadamu Tanabe</u>	<u>14</u>	<u>m</u>
	<u>Sayoko Tanabe</u>	<u>12</u>	<u>f</u>
	<u>Mie Tanabe</u>	<u>9</u>	<u>f</u>

Passaporte 326137 expedido pelas autoridades de Ministério dos Neg. Estrang. do Japão na data 18/5/1960
visado sob n. 1296
ASSINATURA DO PORTADOR: Isamu Tanabe

Consulado Geral do Brasil em Kobe.
30 de maio de 1960
Vice-Cônsul

NOTA—Esta ficha deve ser preenchida à máquina pela autoridade consular, sendo as duas vias em original.

Fonte: www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:33S7.

²⁰ Testemunho de Manoel Vilar da Silva em entrevista realizada em 28 de maio de 2018, em Rio dos Cachorros, São Luís.

²¹ Localidade, próxima a colônia Muruaí, atualmente também compreendida como parte do povoado Pedrinhas.

Outrossim, apesar da colônia Muruaí ter apresentado, inicialmente, desempenho produtivo razoável, com o passar dos anos “a terra que os japoneses estavam agricultando começou a mostrar sinais de desgaste, afetando, por conseguinte, as colheitas, devido ao uso do solo de forma contínua” (SIQUEIRA JUNIOR, 2015, p. 47), levando os colonos a mudarem suas hortas para terrenos nas comunidades vizinhas. De maneira que os nipônicos ocuparam vários povoados na área rural, registra-se que estiveram em Anajatiua e Cassaco²², Rio Grande, Pedrinhas, Aracua, Igarau, Inhauma, Santa fé, Estiva, Rio dos Cachorros, situados na zona rural de São Luís, nas proximidades da BR 135, usando a rodovia como parâmetro. Isto significa que quase todas as comunidades situadas em mais de 20 km da extensão daquela passagem foram ocupadas pelos japoneses.

Entretanto, a colônia Muruaí também teve problemas, um deles foi logo no início da ocupação japonesa, “uma vez que a colônia não estava estruturalmente organizada para receber os novos moradores. A construção das casas ainda estava por concluir, o que dificultou a acomodação do grupo” (SILVA, 2020, p. 248), como não havia casas para todos, algumas famílias tiveram de ficar sob o mesmo teto por alguns dias.

Penso que a possível causa para o problema foi o atraso também da verba destinada ao erguimento das casas que só ocorrera um pouco mais de um mês para a chegada dos orientais, e foi motivo de querela na Câmara estadual, quando entrou em debate a aprovação do Projeto Nº 47 em que o governador Mattos de Carvalho solicitou a abertura de crédito de 500 mil cruzeiros para a construção das casas de Muruaí.

O deputado Alves Gondin levantou a voz em protesto, proferindo que “enquanto o Governador do Estado se apressa em construir modernas casas para japoneses, os nossos lavradores vivem aqui sem qualquer auxílio, sem assistência social e cavando as terras com as unhas”. Recebeu apoio do Deputado Vera Cruz Marques, representante do Vale do Mearim, que endossou sua contrariedade ao projeto, pois, “se viesse como técnico, para ensinar a técnica da lavoura moderna, aplaudiria a atitude do Governador” (JORNAL PEQUENO, 19 de novembro, 1960, p. 05) em trazer japoneses para o Maranhão.

Contudo, o projeto foi aprovado contra a bancada minoritária desfavorável. Um dos motivos alegados para a liberação do orçamento foi que a construção das casas dos imigrantes fazia parte do contrato feito entre os governos do Japão e Maranhão, através da mediação da Secretaria de Agricultura do Maranhão com a empresa de imigração Japan International cooperation Agency, associada ao Ministério de Negócios Estrangeiros do Japão.

²² Povoados localizados na estrada que dá acesso à comunidade Quebra-Pote, zona rural de São Luís.

Sob expectativas, curiosidades e polêmicas o estado do Maranhão passava a contar com duas colônias formadas por agricultores japoneses. No próximo capítulo passo à análise das trajetórias e subjetividades destes imigrantes.

CAPÍTULO 3: TRAJETÓRIAS E AMBIGUIDADES DE IMIGRANTES JAPONESES NO MARANHÃO

Depois a vista foi se estendendo, e então o que se via era a cidade que também foi encolhendo. Pensou que nunca mais veria o Japão, por isso não saiu da murada até o mar engolir a última mancha esverdeada de uma montanha distante.

(NAKASATO)

3.1 O choque com nova terra e adaptação

O nipônico que emigrou após a Segunda Guerra Mundial tem como característica já não sonhar com o retorno ao Japão, saiu de seu país ciente do caráter definitivo de sua partida e condição permanente no Brasil. Nesse período, o Japão atravessou intensa fase de instabilidade econômica, escassez de alimentos, desemprego em massa, enfim, de profunda crise. Este foi mais um momento de reconstrução do país que afetou os setores rurais que tiveram de passar novamente por reestruturação. A imposição da liga dos países hegemônicos com vistas para uma grande reforma agrária no Japão desapropriou terras para distribuição, o que afetou proprietários agrícolas estáveis do país.

Nessa fase de organização do caos, a penúria era tamanha para todos e sem perspectiva para a maioria, que os caminhos indicavam a imigração em massa como soluções, ou, pelo menos, para atenuar o sofrimento daqueles que permanecem no país. Assim, o governo japonês passou a estimular a imigração como parte da política nacional, e em razão dessa diretriz, empenhou-se em reatar os acordos bilaterais por meio dos agentes intermediários, subsidiando todas as passagens internacionais dos imigrantes além-mar (MUTO, 2011, p. 239).

Nesses moldes foi subvencionada a vinda dos imigrantes nipônicos para o Brasil desse período, incluindo-se o Maranhão. As passagens eram pagas pelo governo japonês e o país receptor incumbia-se de criar condições para o imigrante viver e produzir. A situação de calamidade vivida pela população que se viu compelida a emigrar foi conhecida por Sadamu Tanabe e sua família em Kochi-Ken: *Aquele tempo não estava muito bom não, porque é logo depois de guerra, né? Segunda Guerra Mundial, e até a comida era difícil.*

Haja vista a implantação do projeto de colonização de terras do Maranhão para imigrantes japoneses, por volta de abril de 1960, o cônsul do Japão no estado do Pará visitou o

Maranhão durante o processo de execução da infraestrutura das colônias, uma espécie de vistoria que aguçou a imprensa que chegou a especular a respeito da possível criação de mais colônias noutros municípios, já que

o cônsul japonês ficou maravilhado com os Campos de Perizes, tendo declarado o seu propósito de encaminhar sugestão ao seu país, objetivando o exame da possibilidade de aproveitamento daquelas terras na produção do arroz, devendo para isso ser convenientemente adaptadas (O IMPARCIAL, 07 de junho de 1960, p. 14).

Em janeiro de 1961 dez famílias de imigrantes japoneses desembarcaram em São Luís para trabalhar na colônia de Pedrinhas. Apesar das declarações do cônsul japonês acima, a ideia ficou só no campo especulativo e não foi dado prosseguimento à política imigrantista japonesa no Maranhão, limitando-se apenas à instalação das colônias de Rosário e São Luís (Pedrinhas). A iniciativa do Estado em instalar colônias japonesas para a avicultura, sobretudo para a produção agrícola, estagnou nas referidas colônias, e compunha todo um discurso corrente, desde o século XIX, de recuperação da economia maranhense, apresentando a imigração japonesa como mais uma entre outras medidas tomadas durante um longo período como restauradoras de uma economia que já experimentara uma fase de prosperidade, uma “idade de ouro”. A contínua reprodução dessa ideologia funcionava “como elemento de despolitização da sociedade maranhense, uma vez que a convivência com o mito elimina a convivência com a verdade” (PALHANO, 1983, p. 154).

Nos cartões da imigração dos pais, Takeshi e Kyoko, Hisayoshi aparece junto à mãe.

Figura 7: cartão da imigração Takeshi Otsuka:

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO
Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso TAKESHI OTSUKA
Admitido em território nacional em caráter Permanente
(temporário ou permanente)
do Dec. n. 7967, de 1945

Nos termos do art. 10 letra -- do Dec. n. 7967, de 1945
Lugar e data do nascimento Ehime-ken, 12/2/1936
Nacionalidade Japonês Estado civil casado
Filiação (nome do Pai e da Mãe) Torakichi Otsuka e Kuma Otsuka Profissão Agricultor
Residência no país de origem Ehime-ken, Japão

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. 353518 expedido pelas autoridades de Ministério dos Neg. Estrang. do Japão na data 5/11/1960
visado sob n. 2852

ASSINATURA DO PORTADOR: Takeshi Otsuka

Consulado Geral do Brasil em Kobe, 29 de novembro de 1960
Luiz Maranhão Teixeira
LEI MARANHÃO Nº 10.000

NOTA - Esta ficha deve ser preenchida à máquina pela autoridade consular, sendo as duas vias em original. - Cons. Geral

Fonte: www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939X-4YSC-W?i=18&cc=1932363&personal.

Figura 8: cartão da imigração de Kyoko Otsuka:

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

MODÉLO S. C. 139

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso KYOKO OTSUKA
Admitido em território nacional em caráter Permanente
(temporário ou permanente)
do Dec. n. 7967, de 1945

Nos termos do art. 10 letra --
Lugar e data do nascimento Ehime-ken, 15/4/1935
Nacionalidade Japonesa Estado civil casada
Filiação (nome do Pai e da Mãe) Fukuju Sakamoto e Tomeyo Sakamoto Profissão Agricultora
Residência no país de origem Ehime-ken, Japão

	NOME	IDADE	SEXO
FILHOS MENORES DE 18 ANOS	<u>Hisayoshi Otsuka</u>	<u>2</u>	<u>M.</u>

Passaporte n. 353519 expedido pelas autoridades de Ministério dos Neg. Estrang. do Japão na data 5/11/1960
visado sob n. 2855

ASSINATURA DO PORTADOR:
X Kyoko Otsuka

NOTA- Esta ficha deve ser preenchida à máquina pela autoridade consular, sendo as duas vias entregues à Polícia Marítima e à Imigração.

Selo Consular
Consulado Geral do Brasil
em Kobe.
29 de novembro de 1960
[Assinatura]
Consul Geral



Fonte: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939X-4YSZ-5>

O casal de agricultores é oriundo de Ehime-Ken, Japão; e estava entre as dez famílias que chegaram a São Luís, em janeiro de 1961, para se instalar na colônia de Pedrinhas, Muruaí. A vinda para o Brasil foi motivada também pelas dificuldades enfrentadas no Japão durante a crise pós Segunda Guerra Mundial. Segundo a memória herdada por Hisayoshi, seus pais antes de chegarem ao estado não tinham nenhum conhecimento aprofundado a respeito do Maranhão.

Apenas o que eu sei que eles falava pra vir pra cá pra poder plantar verdura, essas coisas, pra poder estimular aqui, as pessoas maranhenses comer verdura, né. Porque acho que não tinha costume de comer assim... Porque japoneses, geralmente, tipo planta só verdura, legume assim. Mas foi tudo muito difícil assim, segundo meus pais, no começo, eles levavam pro Mercado Central e era difícil de vender, as pessoas não conhecia né, verdura. (Hisayoshi Otsuka)

A família Otsuka produzia hortaliças como tomate, pepino, alface, repolho, dentre outras, no terreno que lhe fora cedido em Muruaí. Hisayoshi cresceu na colônia onde viveu por cerca de dez anos, não chegou a ajudar os pais a agricultar, nessa fase dedicava-se apenas aos estudos. Mas lembra-se da colônia:

O que eu lembro... é... tinha as casas assim na beira da rodovia e era demarcada a terra, pra cada um tinha não sei quantos alqueires de terra e era dividido. Só que acho que o Governo deu toda estrutura pra você produzir. É, botou bomba pra irrigar, mas aí o tempo passou, passou... o terreno era novo e as pessoas desistiram. (Hisayoshi Otsuka)

A permanência da família Otsuka por aproximadamente uma década em Pedrinhas denota que em Muruaí o deslocamento dos japoneses, comparado a Morro de Alcântara, fora mais lento, demonstrando que a princípio os resultados dos colonos de São Luís foram mais razoáveis e garantiram a manutenção da colônia por mais alguns anos. Outrossim, há que se pensar para além das dificuldades genéricas à coletividade, uma vez que as dificuldades são sentidas de maneira diferente por cada família ou indivíduo. Em virtude disto, cada família teve seu tempo de deslocamento e motivação para abandonar a colônia a qual pertencera.

O deslocamento é uma estratégia corrente em grupos de imigrantes. Depois de assentado no local primário para o qual foi destinado enquanto estava em seu país de origem, o sujeito não adaptado ou motivado pelas vicissitudes enfrentadas passa a mudar-se uma ou quantas vezes julgar necessário, até que enfim encontre o lugar adequado aos seus planos e trabalho, ou seja, continua migrando. José de Sousa Martins diz que migrar corresponde ao processo de “desajustamento – ajustamento que se traduz na recompensa subjetiva que proporciona” (MARTINS, 1973, p.21).

Sendo assim, o sujeito migra a fim de melhores condições para o trabalho e sobrevivência. A colônia de Pedrinhas, Muruaí, embora tenha resistido por mais tempo, passou por processo de desaglutinação semelhante ao da colônia rosariense.

Segundo Hisayoshi, *as pessoas foram saindo né, porque a terra não era muito produtiva. Uns foram pra Belém, outros pra Castanhal e a gente teve proposta do prefeito de Codó e a gente foi pra lá.* Dessa maneira, a família Otsuka migrou e passou a agricultar no município de Codó, e depois de um tempo foi para a cidade de Caxias, ambos localizados no interior do Maranhão.

As experiências individuais em muito se distinguem da experiência coletiva e, por conseguinte, refletem na concepção das memórias da imigração. A memória pessoal é conhecida de dentro e a memória coletiva de fora, contrastando-se as duas. Há uma memória interna ou individual e uma memória social, porém a memória individual não é isolada, pois é produzida a partir de signos da memória coletiva, ou seja, são constituídas sobre uma base comum, havendo concordâncias em alguns aspectos e confrontando-se em outros. Assim, compreende-se que “uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída” (HALBWACHS, 2013, p. 39).

Outrossim, a memória de Hisayoshi Otsuka nos primeiros meses na colônia Muruaí é de que sua família, de algum modo, recebeu assistência do Estado até que pudesse produzir e comercializar. Contudo, para Sadamu Tanabe, colono de Morro de Alcântara, nem tudo que esperavam do Governo foi cumprido.

Ele²³ deu pra gente a casa, o terreno e o caminhão. Teve dificuldade com sementes. Muito difícil. Governo não deu as sementes. Deu arroz, milho, feijão pra comer, mas semente pra plantar verdura não. E ferramentas, papai trouxe algumas.

Destarte, nos primeiros tempos da família Tanabe em Rosário, entre as agruras da adaptação à nova realidade em uma terra estranha, ela passou por privações. O núcleo da família era volumoso, formado pelo casal (Isamu e Masumi), Horano (mãe de Isamu) e os filhos (Yukio, Shoji, Sadamu, Sayoko, Mie e Keiko). Passado algum tempo desde a chegada e tendo em vista que haveria um tempo até que pudesse comercializar os primeiros plantios, o dinheiro trazido por Isamu do Japão exauriu-se, tornando mais difícil para a família se manter.

Aí quando tava bom, tava bom, antes de acabar nosso dinheiro que o pai trouxe, né. Mas isso acaba. Terminou sem botar no lugar, ficou só comendo, comendo e tirando, acaba rápido, né. Aí quando acabar, isso aí que foi ruim. Eu lembro que nós comia a rama de batata, tem dia que comia arroz purinho (Sadamu Tanabe).

De modo geral, “nenhum imigrante, não importa qual tenha sido sua procedência, jamais colheu bons resultados desde o início” (HANDA, 1987, p. 55). Em terrenos inférteis ficava mais difícil ter colheitas satisfatórias. Se a improdutividade dos terrenos das colônias do Maranhão representou um entrave para japoneses agricultores terem êxito no cultivo da terra, o desafio foi ainda maior para quem não tinha técnica alguma de lavoura.

É importante realçar a engenhosidade que envolve a imigração. Segundo Arlinda Nogueira, no contrato dos imigrantes japoneses de 1907 encaminhados para São Paulo, do número total desse contingente, 5% poderiam ser pessoas de atividades diversas, ou seja, não agricultores. Porém, a entrada foi bem superior a porcentagem permitida de profissionais estranhos à agricultura, a autora acredita que isto tenha sido ensejado pelas companhias de imigração por conta da dificuldade de arregimentar indivíduos (NOGUEIRA, 1983, p. 143).

Dessa maneira, faz-se crer que de modo semelhante possa ter ocorrido com o grupo vindo para o Maranhão que para enquadrar os nipônicos nos padrões de exigência do país

²³ Sadamu refere-se ao Governo do Maranhão.

receptor com a proposta de atração de orientais para plantar verdura, indivíduos sem conhecimento sobre cultivo entraram no estado, foi o caso de Genzo, chefe da família Tasaka, que no Japão trabalhava em atividade completamente diferente da agricultura. Apesar disso, o que pode ser observado em seu cartão da imigração e também no cartão da esposa, Shizue, o casal aparece identificado profissionalmente como agricultores.

Figura 9: cartão da imigração de Genzo Tasaka:

ch

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO
MODELO E. U. 129

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso Genzo Tasaka
Admitido em território nacional em caráter Permanente
(temporário ou permanente)
Nos termos do art. 10 letra --- do Dec. n. 7967, de 1945
Lugar e data do nascimento Nagasaki-ken, 21/2/1933
Nacionalidade Japonês Estado civil Casado
Filiação (nome do Pai e da Mãe) Isamu Tasaka e
Masa Tasaka Profissão Agricultor
Residência no país de origem Nagasaki-ken, Japão

NOME	IDADE	SEXO
<u>Atsuyoshi Tasaka</u>	<u>2</u>	<u>M</u>

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. 26629 expedido pelas autoridades de Ministério dos
Neg. Estrang. do Japão na data 20/5/1960
visado sob n. 1281

ASSINATURA DO PORTADOR:
Genzo Tasaka

SÊLO CONSULAR


Consulado Geral do Brasil
em Kobe.
30 de maio de 1960

NOTA - Esta ficha deve ser preenchida à máquina pela autoridade consular, sendo as duas vias em original, Aurelio dos Santos Chauda
Vice-Cônsul

Fonte: www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:33S7-95BS-9B8W

Figura 10: cartão da imigração de Shizue Tasaka:

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Modelo A. C. 139

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso Shizue Tasaka
Admitido em território nacional em caráter Permanente
(temporário ou permanente)
do Dec. n. 7967, de 1945

Nos termos do art. 10 letra ---
Lugar e data do nascimento Nagasaki-ken, 13/11/1936
Nacionalidade Japonesa Estado civil Casada
Filiação (nome do Pai e da Mãe) Glemon Urakami e Aiko Urakami Profissão Agricultora
Residência no país de origem Nagasaki-ken, Japão

NOME	IDADE	SEXO

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. 326631 expedido pelas autoridades de Ministério dos Neg. Estran. do Japão na data 20/5/1960
visado sob n. 1282

ASSINATURA DO PORTADOR:
Shizue Tasaka

Consulado Geral do Brasil em Kobe.
30 de maio de 1960
Marro Aurelio dos Santos Chaudes
Vice-Cônsul

NOTA - Esta ficha deve ser preenchida à máquina pela autoridade consular, sendo as duas vias em original.

Fonte: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:33S7-95BS-9B71>

A família Tasaka teria sido uma das primeiras a abandonar Morro de Alcântara. Insatisfeito com o solo da colônia rosariense, Genzo Tasaka retirou-se com sua família do local contrariado pelo insucesso de suas hortas e sentindo-se ludibriado.

Um dos fatores apontados para o fracasso de grande parte dos pioneiros da imigração japonesa nos cafezais paulistas, nas primeiras décadas do século XX, foi “o fato de ter havido poucos lavradores verdadeiros” (HANDA, 1987, p. 56). Porém, esta razão para o fracasso foi indicada do ponto de vista dos cafeicultores.

É importante lembrar que a política imigrantista era bem diferente e que outros aspectos influenciaram para o malogro dos japoneses, afinal, chegavam como funcionários das fazendas de café e acabavam endividando-se nos armazéns, e havia ainda a incompreensão da língua que dificultava a comunicação, entre outros.

Interessante também destacar que terra improdutiva era uma adversidade a ser superada até mesmo pelo imigrante que fosse o mais exímio lavrador. Os japoneses tinham ainda o desafio maior de virem de um país de vegetação, solo e clima muito diferentes do Maranhão, isso significa que, por mais habilidoso plantador que fosse, suas técnicas

simplesmente poderiam não se ajustar ao solo e clima do novo lugar. Por isto, compreende-se que mesmo em núcleos de lavradores experientes, como as famílias Otsuka e Tanabe, estes também lastimaram pelas terras oferecidas. É evidente o desgosto expresso pelo filho de Genzo Tasaka:

Muito ruim porque não era nada do que havia sido dito a minha família. Eles vieram enganado, pois quando chegaram em Rosário a terra era muito ruim. Disseram que a terra era muita, que era produtiva, boa para trabalhar, mas era cheia de pedra. Muito ruim. Meu pai ficou muito insatisfeito e não demorou muito tempo em Rosário, foi o primeiro a deixar a colônia. Só depois que saiu da colônia foi que o negócio começou a melhorar. E viram que papai saiu e os outros que viram a coisa melhorar também começaram a sair de Rosário. Os amigos dele, alguns mudaram de ramo, tombou pro comércio, largaram esse negócio de plantação que eles não sabiam. Aí, assim muito difícil pra meu pai porque aqui não conhecia nada. Ele não entendia nada de terra. Lá, ele trabalhava na área de engenharia naval. Construía navio. Ele tinha uma empreiteira, ele. Não sabia nada de agricultura não. Aqui que ele foi aprender, na marra. (Kumbo Tasaka)

Como já foi mencionado anteriormente, além da infecundidade dos terrenos de Morro de Alcântara, era difícil acessar a colônia, pois, de acordo com Sadamu Tanabe, ficava numa ladeira e isolada. O cultivo das hortas dificultava-se também pela falta de água, descreve o nipônico: *Trabalhamo. Plantamo. O que mais difícil é que não tinha água. Beber tinha poço d'água longe, mas mesmo assim nós conseguia trazer água. E agora pra plantar? Molhar planta? Difícil.*

Hisayoshi Otsuka pontuou a dificuldade de comunicação dos pais, considerando o fato que, além de plantar verduras, precisavam negociar, vender o que era produzido nas feiras, mercados, enfrentando a barreira do idioma.

Acho que foi muito difícil pra eles aprender, pra gente não, a gente quando é novo aprende muito rápido a com o tempo se comunicar com as pessoas. Agora, como até hoje a minha mãe, fala português, mas é assim, meio que, as vezes ela mistura com o japonês, as vezes ela entende, mas não sabe se expressar o que, como responder pra você que tá falando com ela. (Hisayoshi Otsuka)

Dificuldade semelhante foi enfrentada por Genzo Tasaka, pois também precisou superar os reveses da língua. Seu filho Kumbo descreve o embaraço em relato, e demonstra ainda o papel desempenhado pelos filhos dos nipônicos, criados ou nascidos no Brasil, no entendimento de situações e negociações.

Não conhecia o dinheiro daqui. A gente não falava, aí era muito difícil. Papai levava o produto e o freguês era que pagava do jeito que ele queria. E assim foi até a gente começar a estudar, os filhos aprender o português que aí a gente ia traduzir pra papai, e aí começamos a questionar o valor da mercadoria. Foi que a gente começou ir pegando fôlego e suspirando um pouco, como diz o povo. (Kumbo Tasaka)

Cabe ressaltar que os espaços da zona rural de São Luís que foram ocupados pelos nipônicos, dos quais a colônia Muruaí fazia parte, não se tratavam de vazios demográficos; ao contrário, tratava-se de uma região que já contava com diversos povoamentos e ali já havia sociabilidades e uma dinâmica muito próprias em seus modos de viver. Muitos desses povoados são ocupações datadas desde o período escravocrata, no século XIX, e de formação de quilombos (JESUS, 2014, p. 42) ou mais remotamente territórios tupinambás.

Durante as décadas de 1960 e 1970, conforme apurado ao longo da pesquisa, foi a fase de maior presença de japoneses nas localidades rurais de São Luís, próximas à BR 135. Nesses povoados, equivalente a comunidade Maracanã, também ali localizada, a agricultura era a atividade econômica prevalecente, “cuja roças se cultivavam, sobretudo, a mandioca e o arroz. Praticava-se também a pesca nos rios da região, “além da procura nos igarapés por caranguejos, siris e camarões” (ARAÚJO, 2012, p. 49).

Dessa maneira, não pode ser ignorado o impacto social da presença japonesa nessa área. Se houve choque por parte dos nipônicos com a realidade do novo lugar que passaram a viver, o maranhense não permaneceu incólume a toda novidade de coisas que traziam consigo os novos vizinhos orientais.

Conforme Neusa Maria de Souza ²⁴, moradora de Pedrinhas à época da instalação da colônia Muruaí, a chegada dos japoneses à região foi algo que pegou a população da região de surpresa. Apesar da imigração japonesa ter sido repercutida pela imprensa, deve-se ter em mente o contexto social do período. A população rural afastada da parte central de São Luís e da sede do poder local não tinha acesso direto aos jornais de circulação na cidade. Muitas localidades ainda não dispunham do recurso como energia elétrica; e os moradores de dispositivos midiáticos como televisão e rádio; além da maioria ser constituída de analfabetos (PALHANO, 1983, p. 196). Posto isto, faz-se crível que a chegada dos japoneses tenha causado grande agitação, como deixa claro o relato de Neusa Maria de Souza a seguir:

²⁴ Testemunho captado em entrevista concedida em 16 de janeiro de 2020. Dona Neusa, aos 72 anos, ex-moradora de Pedrinhas, compartilhou suas memórias acerca do contato com os colonos, assim como o relacionamento afetivo com japonês que gerou 8 filhos, todas as informações arroladas serão ainda melhor desenvolvidas ao longo deste capítulo.

[...] pra gente foi novidade os japoneses chegar naquela colônia, era tipo assim um conjunto que eles fizeram, até aí a gente não tinha noção das coisas, quem é que ia morar ali porque a gente não tinha essas informação, mas só passamos a conhecer quando chegou esses morador lá, né. E era novidade. A gente ia lá pra ver eles falar diferente, é que a gente não conhecia, né. E aí a gente tinha curiosidade de ver a fala deles. E aí começou eles trabalhando e produzindo verdura, é... fizeram granja, trabalharam com granja. Aí começaram a trabalhar, vender ali a verdura que até aí a gente não conhecia esses tipos de verdura. Ali era tipo feira-diversão, uma coisa que chamava atenção de todo mundo, ia comprar mesmo que não soubesse comer as verdura ainda daqueles tipo. Tudo era novidade (Neusa Maria de Souza).

Conforme o exposto, a chegada dos japoneses causou espanto à população da região de Pedrinhas; o relato evidencia ainda que não houve comunicação prévia aos moradores quanto à instalação de Muruaí, logo, não foram preparados para receber os colonos nipônicos.

O testemunho de Neusa Maria de Souza alinha-se ao de Joana Vilar da Silva²⁵ no que concerne ao sentimento de admiração em relação aos japoneses e suas diferenças físicas e seus modos. Ao tê-los defronte de si a primeira vez ainda na infância, Joana menciona: *dois casais de garotos estudavam na mesma escola que eu no povoado de Santa Fé. Pra mim, e pras outras crianças, era como se eles fossem extraterrestres porque nunca tínhamos visto pessoas tão diferentes.*

Além da admiração e estranhamento, outro aspecto relevante que alguns relatos permitem avistar é do, até então, desconhecimento em relação ao que era produzido pelos imigrantes, denotando assim a contribuição dos japoneses na introdução de novas hortaliças na dieta da população local, diversificando a produção agrícola.

Kazunari Horiuchi é apontado em alguns testemunhos como um dos maiores agricultores entre os nipônicos, teria sido produtor de uma variedade de verduras e frutas. Segundo Manoel Vilar da Silva:

Sempre eu trabalhei com hortaliças com ele. Eles plantavam vários tipos de verduras. O forte dele mesmo era o tomate. O tomate, pimentão, pepino, repolho, melancia, nabo, rabanete. Mas, esses plantavam só pro gasto mesmo, o forte dele mesmo era tomate, melancia, repolho, pimentão; levavam pra Ceasa, no caso (Manoel Vilar da Silva).

De acordo com os relatos, os japoneses, novos moradores do interior da Ilha de São Luís, e a população, que já habitava a região, passaram a estabelecer uma relação social de

²⁵ Joana Vilar da Silva, 65 anos, moradora do Rio Grande, reside na zona rural de São Luís desde a infância e conviveu com nipônicos na escola, trabalhou para alguns e teve relacionamento amoroso com jovem japonês com quem teve uma filha.

trabalho. Afinal, cada família nipônica recebeu cerca de 24 hectares de terra e seu núcleo não dispunha de braços para todo o trabalho nas hortas, sobretudo quando mais terrenos foram arrendados pelos nipônicos na região, aumentando assim a necessidade de mais braços nas hortas.

Aí empregaram muita gente, muitas pessoas que tava, que era desempregada lá, que só trabalhava com roça [...] Meu irmão trabalhou muito lá na colônia de japonês na agricultura, na horta, aí trabalhava. Tinha granja também. Eles empregavam muita gente. (Neusa Maria de Souza).

Dessa forma, japoneses e nacionais passaram a compartilhar o mesmo território e manter relação de convivência, trabalho e também afetiva. O fenômeno das migrações e imigrações está para além da transição ou da mudança de *locus*, e consiste no movimento de sujeitos de uma sociedade para outra. Desse modo, “o sujeito não é apenas uma unidade física, um número ou um objeto, mas é alguém que se vincula, pelas suas relações com os outros, a uma sociedade determinada” (MARTINS, 1973, p. 19).

Nas interações entre nacionais e estrangeiros, japoneses e os maranhenses que já se encontravam nos espaços destinados para os imigrantes, os olhares, as percepções de admiração e estranhamento entre esses sujeitos são recíprocos, ou seja, há um entrelaçamento, uma trama.

Levando em consideração a identidade do imigrante japonês, não pude perder de vista a diferença que este representava para o morador da zona rural. Afinal, diferença e identidade estão intrinsecamente relacionadas às noções de pertencimento. Tomaz Tadeu da Silva pontua que processos identitários não são naturais, são oriundos dos movimentos culturais e sociais, portanto, identidades são construídas a partir da percepção de diferenças que as legitimam. Haja vista que “somos nós que as fabricamos no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e diferença são criações sociais e culturais”. (SILVA, 2014, p. 76).

Destarte, além das diferenças físicas, o contexto socioeconômico da zona rural de São Luís, na década de 1960, foi um dos elementos que influenciaram na construção da cosmovisão dos japoneses recém-chegados enquanto indivíduos diferentes. Através das diferenças percebidas e daquilo em que não se reconhecem os maranhenses identificaram os nipônicos, algo que vai se evidenciando em trechos de relatos, como o fornecido por Joana Vilar da Silva, que fala a respeito daquilo que mais lhe impressionara nos primeiros contatos visuais com os orientais, o fato de irem à escola de carro e morar em casas de alvenaria:

Só deles chegar na escola de carro, já era algo que chamava atenção de todo mundo, porque, nenhuma criança, naquela região, os pais podiam ter carro.

As casas de alvenaria da colônia também, a maioria de nós só conhecíamos casa de taipa. Então, a gente ver um deles chegar na escola na caminhonete que os pais carregavam verdura pra vender era muito pra gente, pois ninguém tinha nada daquilo.

A história oral é uma metodologia cujo objeto de pesquisa é recuperado e reproduzido a partir da narrativa das fontes orais, “a instância da memória passa, necessariamente, a nortear as reflexões históricas” (FERREIRA; AMADO; 2006, p. 15). Assim, os elementos sociais e culturais dicotômicos percebidos nos testemunhos fornecidos deram-me noções da diferença sentida pelas pessoas da região receptora, ou seja, o olhar dos nacionais próximos a comunidade japonesa em relação aos estrangeiros, aquilo que a memória depreendeu, aquilo que pode ser inferido até nos pormenores do âmbito privado de um dos nipônicos e foi descrito por quem conheceu o interior de suas casas.

Na época que trabalhei com Kazunari, ele ainda não tinha feito casa de alvenaria na Santa Fé, ainda era de taipa. Não sei se porque ainda era de taipa, mas ele não tinha assim muita coisa de casa ainda não. Tinha só o básico mesmo [...] agora, o quarto deles, esses sim eram bem arrumados. Seu Kazunari não dormia em cama, aliás muitos deles não tinham cama, usavam colchões, colchonetes ou umas esteiras que trouxeram do Japão [...] botava só o colchão no chão que o chão era assoalhado. Só entrava no quarto descalço. Acendia incenso no altar lá de buda [...] era um pai amoroso, as crianças dormiam com ele no quarto, mas na hora de disciplinar os garotos, batia mesmo. (Joana Vilar da Silva)

Kazunari Horiuchi, um dos sujeitos da imigração, falecido em 1973, foi-me apresentado pela memória de quem o conheceu e trabalhou para ele. O período descrito em testemunho fornecido por Joana Vilar da Silva corresponde ao ano de 1971, dez anos haviam se passado desde a chegada dos nipônicos ao Maranhão. Kazunari foi originalmente colono de Morro de Alcântara, em Rosário; no início dos anos 1970 passou a morar e plantar no povoado Santa Fé; arrendou terrenos no Rio dos Cachorros onde ampliou sua produção; tendo antes passado pelo estado do Pará, onde também manteria terras e plantações.

Isto indica mais um exemplo de imigrante que deixou Rosário e migrou para zona rural de São Luís, assim como para outro estado. A presença desse nipônico e de sua atividade agrícola aparecem como movimentadoras de sociabilidades, sobretudo de trabalho.

Outrossim, verifica-se que imigrantes passaram a participar das tessituras sociais da região em que trabalhavam e moravam. Logo, precisaram criar estratégias com vistas ao ajustamento, criando vínculos, passando assim a viver o binômio da necessidade de adequação e, ao mesmo tempo, o desejo de manter elo com a cultura japonesa.

A condição ambígua destes estrangeiros provocou choques e foi marcada pela endogeneidade da geração vinda do Japão; ao passo que seus descendentes, os nascidos ou criados no Maranhão, davam um sentido mais exógeno às suas sociabilidades, tinham interesse pelas coisas e pessoas locais, embora de alguma forma permanecessem ligados à cultura original dos pais.

Passo agora ao exame de experiências particulares dos japoneses em vista do movimento fronteiriço desses sujeitos entre o aqui e o distante Japão.

3.2 Experiências particulares de imigrantes japoneses e suas ambiguidades

A colonização adotada no Maranhão foi semelhante à adotada no estado de São Paulo, e por quase todo o Brasil, de formação de núcleos constituídos por famílias. Neste padrão de imigração familiar, os homens japoneses, chefes de família, tiveram de usar estratégias para conseguir se afinar às imposições do governo brasileiro para entrar no país. Desse modo, “os moços daquela época, que para emigrar ou tiveram de casar-se às pressas ou precisaram registrar moças como suas esposas por simples formalidade” (HANDA, 1987, p. 9-10).

Nas experiências de imigração nipônica não era incomum que alguns dos orientais tivessem de falsear suas vidas e recorrer a casamentos fictícios. Tomando o particular como ponto de partida para “acessar o conhecimento do passado, através de vários indícios, sinais e sintomas” (LEVI, 1992, p. 154), experiências individuais possibilitaram entrever o que entendo que tratava-se para além de falseamentos, mas sim de estratégias para um enquadramento na imigração. É como se um novo ato apresentado no palco da existência exigisse uma performance diferente.

Verifica-se um arranjo matrimonial entre os colonos japoneses do Maranhão. Isamu Tanabe teve desejo e/ou necessidade de deixar Kochi-Ken, no Japão, e emigrar para o Brasil; porém, tal projeto foi rejeitado por sua mulher Tamano. Ciente da imposição de um padrão familiar de imigração, Isamu trouxe consigo outra mulher, Masumi, que já tinha uma filha chamada Keiko; ambas viajaram como esposa e filha, respectivamente, de Isamu. Dessa forma, Masumi e Keiko são identificadas como membros dos Tanabe no cartão da imigração.

Figura 11: cartão da imigração de Masumi Tanabe e Keiko Tanabe:

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

MÓDULO S. C. 133

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso Masumi Tanabe
Admitido em território nacional em caráter Permanente
(temporário ou permanente)
Nos termos do art. 10 letra --- do Dec. n. 7967, de 1945
Lugar e data do nascimento Kochi-ken, 7/8/1917
Nacionalidade Japonesa Estado civil Casada
Filiação (nome do Pai e da Mãe) Matsunosuke Hamada e Yoshi Hamada
Profissão Agricultora
Residência no país de origem Kochi-ken, Japão
NOME IDADE SEXO

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. 326140 expedido pelas autoridades de Ministério dos Neg. Estrang. do Japão na data 18/5/1960
visado sob n. 1297

ASSINATURA DO PORTADOR: Masumi Tanabe

NOTA - Esta ficha deve ser preenchida à máquina pela autoridade consular, sendo as duas vias entregues ao Consulado.

Consulado Geral do Brasil em Kobe.
30 de maio de 1960
Isabel dos Santos Chaudes
Vice-Consul



Fonte: www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:33S7-95B9-98PQ?i=199&cc=1932363

Apesar da historiografia acerca da imigração pontuar a incidência de simulacros, como arranjos matrimoniais ou filhos adotivos para atender o padrão de imigração de colônias constituídas por famílias, é importante um exame mais apurado e atento sob o ponto de vista da particularidade desses episódios, pois um fato aparentemente genérico pode indicar uma experiência singular a ser refletida. Desde as primeiras frentes da imigração nipônica para São Paulo encontram-se relatos a respeito da prática de famílias compostas.

É sabido que os japoneses, para atender às exigências do Brasil e também para poder enfrentar as tarefas que, nas fazendas de café eram distribuídas de acordo com o número de braços com que contava a família, usaram frequentemente o recurso legal de adoção ou casamento fictícios para emigrar em grupos altamente produtivos (CARDOSO, 1995, p. 19).

Analisando o singular para entender o social, considero importante destacar a jornada específica da família Tanabe e seu episódio de família composta. Nesse caso, acredito se tratar de um engendramento para atender ao quadro familiar exigido de um chefe de família com esposa e filhos que fora impulsionado pela necessidade de emigrar.

Em 1960, o movimento imigratório era outro, não se tratava de núcleos produtivos para trabalhar em fazendas de outrem, por isto, creio estar mais ligado à vontade e necessidade

da família Tanabe de emigrar. Além do mais, neste período, emigrava-se na expectativa de receber uma terra para produzir, contando com o compromisso de amparo do governo do estado receptor, Maranhão. Tratava-se da possibilidade de indivíduos, que estavam à margem do país expulsor, de reintrodução num quadro social em que sua força de trabalho e suas habilidades agrícolas teriam relevância.

Dessa forma, seria então uma mudança de planos imposta por questões íntimas e mais profundas, pois o relato de Sadamu, filho de Isamu e de Tamano, que ficara no Japão, exprime o desconforto provocado pela cisão na família, não manifesta exatamente o porquê Tamano contrariou o marido, mas evidencia que a mudança de país a fez hesitar: *Mãe legítimo ficou lá. Ela... [balbucia algo inaudível] ela ser japonês, ficou assim sem jeito. Tudo diferente. Comida diferente.*

Em nossas oportunidades de encontro, Sadamu mostrou-se loquaz e lúcido em suas memórias. Porém, a mãe foi sempre um ponto de tensão nas conversas: era o momento em que o nipônico balbuciava coisas sem sentido e pedia para repetir a pergunta; o seu semblante claramente aparentava o enorme esforço pela lembrança; foi também nestes momentos que eu o sentia mais próximo.

De certo, o assunto de algum modo incomodava-o, mas demonstrava falar imbuído de um comprometimento íntimo de compartilhar suas memórias. Nesses momentos ele era o narrador e eu a ouvinte. “Por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, só para ele, significativos dentro de um tesouro comum” (BOSI, 1994, p. 411).

Sadamu abriu-me o tesouro de sua memória, embora algumas joias tenham permanecido recalçadas, como: Quem foi mesmo Tamano? O que a levou de fato romper com os padrões hierárquicos de obediência da cultura japonesa? Questões que não pude entrever respostas, mas a atitude dessa mulher conseguiu avultar importantes reflexões.

Conforme Benedict, neste contexto social e temporal a esposa japonesa tem bastante liberdade se comparada a mulheres de outros países asiáticos no que concerne a dirigir a casa, o dinheiro; nas tomadas de decisões sobre casamento dos filhos; porém, a “mulher japonesa caminha atrás do marido e tem uma posição inferior” (BENEDICT, 1972, p. 51).

Posto isto, penso que Tamano rompeu com essa inferioridade ao não acompanhar Isamu, o que implicou no apartamento da vivência entre esposa e marido, entre mãe e filhos. De acordo com o colhido por Ecléa Bosi, em seu estudo acerca da memória de pessoas mais velhas, a descrição da figura materna pode ser dada por traços físicos, morais ou do trabalho (1994, p. 421). Destes, o último traço foi eleito por Sadamu para descrever a mãe, mencionando-

a como companheira do pai, Isamu, no trabalho: *Tamano trabalhava lá no Japão, né? Trabalhava também junto com o pai, isso na planta e tá bom. Mas a planta lá no inverno, quando inverno fazer frio, né? Um frio que não dá nada plantar. Aí sair pro mato cortar pau pra fazer carvão.*

No contexto da década de 1960, no Japão, assim como “em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte das ordens das coisas” (PERROT, 2007, p. 17). Ao decidir não seguir o marido rumo ao Brasil, Tamano sublevou sua vontade individual a despeito da vontade do marido ou daquilo que ele decidira como melhor provisão de rumo para a família tomar, sendo substituída e silenciada.

Na hierarquia familiar japonesa, recai sobre o marido a autoridade de decidir acerca dos rumos para a família. Dessa forma, a recusa de Tamano em acompanhar Isamu foi um corte na família Tanabe, um rompimento. O chefe de uma família nipônica “não dispõe de autoridade incondicional”, entretanto, espera-se que sua decisão seja acatada, pois, segundo os padrões de obediência, “as exigências familiares precedem as individuais” (BENEDICT, 1972, p. 52).

Sadamu indicou brevemente em seu relato indícios da hesitação de Tamano e da dissidência ao decidir ficar no Japão: *Eu acha que teve algum problema entre eles dois. Vai ou não vai. Vai ou não vai. Ela ficou lá. Aí meu papai tinha que arranjar uma mulher pra poder vir pra cá. Tinha que vir casal.*

Tamano morreu no Japão alguns anos depois que a família partiu para o Maranhão. De acordo com Sadamu, ele e os irmãos só tomaram conhecimento quando já haviam se passado alguns anos do falecimento da mãe, sem que tivesse havido antes disso algum contato com Tamano: *Naquele tempo era tudo difícil. Ela morreu no Japão e eu ficar sabendo seis anos depois. Não tinha telefone.*

Depois que vieram para o Brasil, a mãe passou a ser corporificada apenas numa foto emoldurada, “o imigrante busca amenizar o corte materializando, de várias formas, a lembrança da terra que deixou”, a fotografia é uma dessas formas de reter “fragmentos de um mundo que se deseja voltar mas se suspeita jamais ser possível rever ou talvez pior, revê-lo, não mais reconhecer seus traços originais” (FAUSTO, 1998, p.18).

Figura 12: Tamano (mãe de Sadamu); Masumi e Keiko (nova mãe e irmã de Sadamu):



Fonte: foto cedida pela família.

Curiosamente, Tamano que ficou no Japão, pertencendo ao passado da família, foi emoldurada em fotografia ao lado do que ilustra a nova composição familiar. Sadamu aparece ao lado da “nova mãe” Masumi; em sua frente à direita estão as irmãs Mie e Sayoko; a “nova irmã”, Keiko, na frente da mãe.

Contudo, essa composição familiar não teve longa duração, Isamu viveu poucos anos no Brasil, faleceu precocemente nos anos em que a família ainda estava em Rosário, de morte súbita. Depois disso, Masumi deixou a família Tanabe levando embora consigo a filha Keiko. Sadamu e os irmãos não tiveram mais qualquer notícia das duas.

A análise das experiências dos imigrantes, assim como a identificação de comportamentos nas trajetórias desses sujeitos, permite reconhecer uma relativa liberdade, assim como os limites dos seus sistemas normativos estabelecidos, em alguma medida, opressivos, em que os imigrantes japoneses estavam inseridos. Assim, “toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo,

diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdade pessoais” (LEVI, 1992, p. 135).

Todavia, tais interpretações não impedem que lacunas fiquem para serem preenchidas. A procedência de Masumi não me foi esclarecida por Sadamu. O nipônico não soube ou não se sentiu confortável para explicar quais laços Masumi mantinha com sua família para que fosse convidada a compor o arranjo familiar como esposa de Isamu, e sob que condições a mulher vivia em Kochi-Ken para que aceitasse mudar de país com uma família da qual verdadeiramente não fazia parte. Em declaração sucinta Sadamu a menciona com desafeição: *Papai trouxe Masumi. Ela morava com papai. Era cachaceira. Mas eu não gostei dela.*

Como dito anteriormente, são lacunas, brechas que ficam para o pensamento divagar a respeito, e permitem ter uma dimensão das tensões particulares destes indivíduos, além do retesamento que a mudança de país já lhes punha, acrescia-se outras dores.

3.2.1 O imigrante japonês no Maranhão sob tensões e conflitos

No novo cenário em que os nipônicos passaram a viver, tiveram que se relacionar com a comunidade que ali já vivia. Além do dinamismo econômico que a presença dos estrangeiros trouxe à região, bem como as vivências de trabalho, esse encontro entre sujeitos de formações culturais tão distintas foi marcado por tensões e conflitos. Japoneses e maranhenses passaram a conviver no mesmo espaço sob um regime e ritmo de trabalho que nem sempre foram harmônicos. Houve tensões que podem ser verificadas na narrativa de quem prestou serviço aos nipônicos. Conforme Manoel Vilar da Silva,

Era trabalho escravo. Trabalho escravo porque trabalhava e não tinha carteira assinada. Não tinha contrato nenhum, compromisso assim, trabalhava ganhando diária, e eles pagavam uma diária de cinco reais, cruzeiro no caso, não era reais, dava 30 cruzeiros por semana e ia até concluir aquela horta deles e eles davam uma parada e chegava e fazia uma outra horta e chamava a gente de novo e ia trabalhar com ele, era da seguinte forma, era temporada. Até por sinal uma vez eles foram pra Belém e vieram de lá de novo, chegou, outra horta e eu continuei trabalhando, mandaram chamar a gente que já conhecia. Mas eles, com eles não tinha esse negócio assim de ajuda de custo, essas coisas, carteira assinada não. Era só a diária mesmo [...] trabalhou e ele pagava, não tinha compromisso (Manoel Vilar da Silva).

Outrossim, de acordo com o descrito por Manoel Vilar da Silva, que por oito anos trabalhou nas hortas de Kazunari, pode ser depreendido que os nipônicos não foram instruídos

ou que preocuparam-se em adotar as normas trabalhistas brasileiras, de modo que as contratações eram feitas de forma verbal e temporária, conforme suas necessidades e sem carteira assinada. Não obstante, Manoel reconhece ter aprendido com os nipônicos a cultivar várias hortaliças e admite que poderia até ter continuado o trabalho de cultivo de hortas que fossem suas, porém não dispunha dos recursos:

Eu aprendi muito [...] eu sei tudo, como preparar solo, as mudas de tomate, plantava as semente, tudo isso eu aprendi, eu sei fazer tudo. Só que eu não podia continuar porque eu não tinha condição pra isso, mas eu aprendi com eles, só não fiz foi continuar, não tinha condição não, era muito dependioso.
(Manoel Vilar da Silva)

A complexidade da imigração e de tudo que a envolve, para além da transferência de um país a outro, está na subjetividade dos sujeitos que viveram esta experiência e no amálgama de serem estrangeiros, tanto no sentido de forasteiros e estranhos aos olhos de quem já vivia no local que chegam como também de que este lugar e tudo que o envolve lhes ser igualmente estranho.

Notadamente, a história de qualquer movimento imigratório que já foi produzida, dos mais diversos povos e grupos étnicos que chegaram ao Brasil, quase sempre sublinham a trajetória dos que venceram, daqueles que se fixaram num território e se adaptaram, exaltando suas contribuições na economia e crescimento do país. As perdas nessas jornadas até são pontuadas, inclusive dão uma atmosfera épica a essas narrativas, pois o imigrante que prosperou foi o sujeito que sobreviveu em meio a tantas dificuldades.

De todo modo, é prevalecente a memória da imigração considerada bem sucedida, a que deu certo. Todavia, “a história do imigrante e da pequena propriedade não é feita apenas de sucessos, de crescimento de população, de aumento de produção e ocupação de áreas estratégicas” (PETRONE, 1982, p. 72).

Destarte, para alguns, a realidade pode ter sido bem mais difícil. Entre os imigrantes japoneses no Maranhão não há indícios de expansão, a análise da experiência aponta para o contrário, em vez de crescimento, claramente, houve um arrefecimento da população japonesa nas colônias.

Os desafios que as colônias maranhenses ofertaram aos japoneses, expostos anteriormente, sobretudo aos colonos de Rosário, ajudam a entender o insucesso dessa imigração. Siqueira Júnior resalta que as dificuldades influenciaram nos modos dos estrangeiros, e que por isso muitos nipônicos “não contiveram forças para aguentar essas contrariedades e apelaram para o suicídio” (SIQUEIRA JÚNIOR, 2015, p. 44). Além da

situação aflitiva dado as dificuldades nas colônias, que foi apontada pelo autor como motivadora para a prática de suicídios²⁶ de alguns nipônicos, constatei alguns casos de suicídios relacionados a motivos de outra ordem, como este relatado pelo Jornal Pequeno:

Na colônia Muruaí, situada em Pedrinhas, houve caso de um lavrador local assassinado por um jovem nipônicos de apenas 14 anos que, após o episódio, suicidou-se. Após exaustivas buscas nas matas de Pedrinhas foi encontrado à tarde de ontem o corpo do japonês Kazuo Otsuka, de apenas 14 anos, o qual domingo último assassinara com violenta carga de chumbo o brasileiro Leônidas Alves, quando ambos trabalhavam em uma roça, crime que ocorreu após forte discussão entre brasileiro e o japonês [...] o japonês após o crime evadiu-se nas matas de Pedrinhas, levando consigo certa quantidade de veneno [...] o japonês, no interior das matas ingeriu o veneno morrendo imediatamente, sendo encontrado o seu corpo em estado de putrefação. (JORNAL PEQUENO, 05 de abril de 1968, p. 06)

Casos de desentendimentos entre japoneses e maranhenses sinalizam que nem sempre a convivência entre ambos foi harmoniosa, a relação entre nipônicos e nacionais foi marcada também por tensões. Há que se ressaltar e sopesar os conflitos na trajetória desses imigrantes.

Kazunari Horiuchi, um agricultor distinguido pelas fontes como um dos mais bem sucedidos, teve sua trajetória no Maranhão interrompida tragicamente. De acordo com Sadamu, *por causa de besteirinha, ele vendia fiado, né? E foi cobrar*. Mencionou o nipônico referindo-se assim ao assassinato do compatriota na feira do bairro João Paulo, em São Luís.

O japonês foi realizar cobrança a um barraqueiro que lhe devia “a importância de doze cruzeiros, dívida de uns tomates que o nipônico lhe vendera” (O IMPARCIAL, 08 de dezembro de 1973, p. 01), e durante a discussão Kazunari foi esfaqueado pelo feirante.

O desfecho trágico do agricultor encerra uma trajetória pessoal marcada por perdas. Joana Vilar da Silva trabalhou na casa de Kazunari para cuidar de seus filhos após sua primeira esposa ter cometido suicídio. *Ela se suicidou, foi por isso que fui cuidar dos filhos do seu Kazunari, a mulher dele havia se matado com um tiro no peito, na beira de um rio lá no Aracua [...] depois que deixei o serviço, seu Kazunari casou de novo*.

Sadamu Tanabe conviveu com Kazunari desde a viagem no navio *América Maru*. Como ressalta Fausto, “famílias ou pessoas formarão amizades nessa casa efêmera; tais amizades se quase sempre não perduram ao longo dos anos no país de recepção” (FAUSTO, 1998, p. 15) são frequentemente mencionadas pelos imigrantes. Contudo, Sadamu e Kazunari

²⁶ Havia duas famílias Otsuka na colônia Muruaí. O jovem nipônico do episódio de suicídio que aparece na matéria jornalística pertence a uma segunda família Otsuka, também colona de Pedrinhas, não tendo nenhuma relação com a família de Takeshi Otsuka, fonte deste trabalho.

mantiveram amizade para além do percurso marítimo da vinda. Inclusive Sadamu chegou a trabalhar nas hortas de Kazunari: *Ele era um grande, o maior produtor. Se tivesse vivo, ele é rico.*

No cruzamento de olhares entre o estrangeiro e o nacional, o imigrante é visto com admiração e estranhamento pelos nacionais, “despertavam sentimentos contraditórios nos nacionais, a mesma contradição no sentido inverso” e independente da etnia, os imigrantes “tinham em comum uma convicção social; todos se consideravam gente devotada ao trabalho” (FAUSTO, 1998, p 26). Nos testemunhos os imigrantes tratam de realçar tal devoção. Quando instigado a falar sobre sua relação de trabalho e se considerava ter aprendido algo com os maranhenses, Sadamu diz:

Aprendi a tomar cachaça (risos). Sempre trabalhei por conta própria e quando precisava de ajuda contratava serviço temporário. Eu aprender com japonês plantar. Tudo que cultivei ensinei aqui. Eu veio e já tinha prática. Aprendi a língua e ensinei muito da minha prática. (Sadamu Tasaka)

Na comunidade japonesa que foi instalada no Maranhão, faz-se importante destacar sua característica endógena, a ponto de haver por parte de alguns nipônicos uma certa intransigência no que diz respeito aos vários tipos de relacionamentos interétnicos.

Roberto Kumihito Tasaka, conhecido como Kumbo, em 1986 passou a ter sociedade com seu vizinho, natural do povoado Rio dos Cachorros, local em que sua família fixou-se. A aliança de trabalho agrícola não foi bem quista pelos pais do *nissei*. Embora isto não tenha afetado a amizade e sociedade, a contrariedade dos pais de Kumbo aparece em trecho do relato fornecido pelo sócio José Raimundo da Cruz Pires: *Os pais dele não aprovava a sociedade de jeito nenhum, mas Roberto não via problema nenhum. Era fácil e muito tranquilo trabalhar com ele.*

Apesar da desaprovação de Genzo Tasaka e Shizue, de que o filho Kumbo mantivesse vínculo de trabalho com um brasileiro, o negócio entre os dois agricultores durou alguns anos e teve seu momento de plena lucratividade. Além disso, mesmo quando desfez-se a sociedade, os agricultores mantiveram a amizade.

Primeiro ficamos amigo e depois, no final de 86, começamos uma sociedade, passamos 12 anos trabalhando juntos. Na década de 91 a gente era pioneiro de botar tomate, tomate não... maracujá e mamão pro grupo Lusitana. Tirava cerca de cinco salário mínimo por semana em 91 [...] mas foi como consegui fazer a casa de mamãe. Tudo que eu sei na agricultura graças a Deus e a ele. E tudo que eu tenho também graças a Deus e a ele que me ensinou a plantar [...] Depois começou a ficar fraco, os maracujá começou a ficar devagar e

não tava dando nadinha mais, nem pra mim nem pra ele, aí eu resolvi, a gente separar sociedade e cada qual ficar do seu lado, cada qual tocar seu barco, e assim foi [...] Somos amigos até hoje. Dividimos o que tinha pra dividir certinho. Hoje sou agricultor, planto juçara, cupuaçu, murici. Tá mais forte agora cupuaçu e juçara. Tudo que sei aprendi com japonês. (José Raimundo da Cruz Pires)

O traço endogênico mais comum entre grupos de imigrantes nipônicos está na tentativa de manutenção da homogeneidade do seu povo, o que significa que seus descendentes eram incentivados a contrair casamentos entre filhos de famílias igualmente nipônicas. Em meu estudo monográfico pude verificar que “os padrões de obediência e dedicação aos mais velhos profundamente inculcados através da socialização japonesa” (CARDOSO, 1995, p. 112-113) sofreram abalos e foram contrariados pelos filhos ao se relacionarem com brasileiros e que em alguns casos também foram marcados por tensões.

Atsuyoshi Tasaka, irmão de kumbo, primogênito dos Tasaka, que no Brasil teve o nome Lucas acrescentado ao registro de nascimento, chegou com os pais ao Maranhão, em 1960, com apenas dois anos de idade e fez parte da colônia Morro de Alcântara, em Rosário. Já na fase adulta, e já morando em outro povoado, no Rio dos Cachorros, o jovem nipônico suicidou-se por envenenamento, o motivo: *foi paixão, morreu por causa de namorada. Tava apaixonado por uma mulher aí, meus pais não queriam de jeito nenhum* (Kumbo Tasaka).

Os padrões de obediência dos mais jovens em acatar o recomendado pelos mais velhos eram afetados em virtude de sentimentos pessoais que confrontavam-se com as normas estabelecidas.

Dessa maneira, os descendentes dos nipônicos viam-se divididos entre seus desejos individuais e imposições sociais. Norbert Elias frisa que esse tipo de conflito é comum nas sociedades, pois, “entre as necessidades e inclinações pessoais e exigências da vida social, parece haver sempre nas sociedades que nos são familiares, um conflito considerável, um abismo quase intransponível para a maioria das pessoas implicadas” (ELIAS, 1994, p. 17).

Contudo, alguns nipônicos quebraram as exigências sociais ao desafiar a estrutura familiar e suas imposições. De certo, nem todos enfrentaram a mesma resistência, houve os que foram pressionados e depois compelidos a ceder à vontade dos pais, e também aqueles que abdicaram não só da sua vontade pessoal, como da própria existência. A quebra de aspectos reguladores mostra que, conforme Elias, os abismos entre indivíduo e sociedade podem ser intransponíveis, mas de algum modo se articulam:

E parece razoável supor que é aí, nessas discrepâncias de nossa vida que se devem buscar as razões das discrepâncias correspondentes em nosso pensamento. Há uma clara ligação entre os abismos que se abrem entre indivíduo e sociedade, ora aqui, ora ali, em nossas estruturas de pensamento, e as contradições entre exigências sociais e necessidades individuais que são um traço permanente em nossa vida (ELIAS, 1994, p. 17).

O autor enfatiza que a compreensão desses conflitos e o processo de disputa entre um lado a outro a ser tomado deve se dar “desarticulando a antítese cristalizada” que impele a uma tomada de posição favorável ou contrária, ou seja, rompendo com os binarismos “isto / ou aquilo”. O que consiste em entender as estruturas como interdependentes, mas que nem por isso são harmoniosas e seguem um fluxo contínuo de mudanças mais rápidas ou mais lentas nas formas de viver (ELIAS, 1994, p. 17-20).

Sendo assim, há que se compreender que nos modos de viver dos imigrantes suas ambiguidades transcendiam as oposições e contradições, mesmo que se possa reconhecer um padrão normativo ou uma tendência comportamental, não se pode ignorar ou deixar de revolver singularidades e complexidades das experiências desses indivíduos. “Assim como as memórias coletivas e a ordem social que elas contribuem para constituir, a memória individual resulta da gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e de tensões” (POLLAK, 1989, p. 13).

Ao analisar as mudanças comportamentais que ocorreram e as que persistiram entre os imigrantes japoneses ajustados no Brasil e seus descendentes, Saito aponta que a condescendência em relação às uniões interétnicas, outrora “indesejáveis e vistas como tabu, são gradativamente toleradas e reconhecidas”, porém, ressalta que os níveis de tolerância tenham variáveis quanto ao fato de residirem em local rural ou urbano, ao grau de escolaridade, e o nível de interação maior ou menor dos grupos nipônicos com os nacionais (SAITO, 1980, p. 87).

O casamento feito por *miai*, ou seja, arranjo, fazia parte do conjunto de decisões que cabia ao chefe da família, o pai, ou, na ausência dele, ao primogênito. Os chamados pioneiros da imigração japonesa em São Paulo tinham a concepção de família como uma “coletividade de trabalho” (CARDOSO, 1995, p. 118). Desse modo, casamentos deveriam ser arranjados entre nipônicos que pudessem fortalecer seus núcleos e ampliar poder produtivo, visto que estes imigrantes ainda cultivavam o sonho de juntar capital necessário para voltar ao Japão.

Havia também a preferência por manterem a homogeneidade étnica, igualmente contribuindo assim para a permanência da prática dos arranjos em que membros mais experientes da família atuavam na escolha dos noivos ou noivas dos mais jovens.

Sadamu foi o último Tanabe a se casar, o pai já tinha falecido, e a família também já havia deixado Rosário para morar num povoado chamado Aracaua, próximo à colônia Muruaí, o que conferiu ao nipônico maior liberdade para decidir sem interferência a respeito de seu casamento. O nipônico escolheu uma maranhense para esposa, Julieta, filha de um comerciante no povoado Anajatiua: *Eu quando entender fazer uma casa de tijolo e de telha, aí foi comprar material no pai dela, e pedi pra beber água e aí conhecer ela.*

Todavia, Sadamu não ficou ileso e viveu situação inversa a de Atsuyoshi Lucas Tasaka que enfrentou a desaprovação dos pais; o Tanabe se deparou com a contrariedade dos pais da moça escolhida, Julieta²⁷, que temiam que a filha se relacionasse com alguém tão diferente, com um estrangeiro. O casal saiu em fuga para Belém do Pará, e se casou em 1969, um pouco depois retornaram ao Maranhão, como recorda Julieta Tanabe:

Quando ele foi comprar o material pra fazer a casa dele. Eu tinha cinco irmãs mais velhas do que eu. E eu cheguei, fui a última passa do lado dele e ele ficou me olhando. Aí convidamos ele para pra uma festa de São Sebastião [...] Aí se conhecemos e começamos a namorar escondido, nesse namoro e nós fugimos pra Belém. Ele comprou passagem. Meu pai não queria, minha mãe, ninguém. Não queriam. Aí foi um problema. Então nós fugimos! Fomos embora pra Belém e casamos e aí pronto, construímos nossa família. (Julieta Tanabe)

Outro caso de relacionamento interétnico que encontrou barreiras foi o de Joana Vilar da Silva que se envolveu com o jovem nipônico no início da década de 1970; a relação sofreu pressão por parte do pai do nipônico F.K²⁸, com quem Joana teve uma filha.

[...] o acolhimento da família dele não foi dos melhores não. Na época, eles não aceitavam nem que moças nem os rapazes se envolvessem com pessoas do Brasil. Houve muita resistência da parte dos pais. Os jovens chegavam a se apaixonar, mas eram reprimidos. E eles tinham uma coisa assim de muita obediência aos pais. Houve até casos de suicídio, pra não contrariar os pais e não queriam perder a pessoa que gostavam, aí acabavam perdendo a vida [...] minha filha nasceu em 1973, dez meses depois que ela nasceu, o pai do F.K, o velho J.O, que morava em Castanhal, no Pará, veio e pressionou o filho a me deixar. Não aprovava relacionamento com brasileira, dizia que F.K tinha coisas pra cuidar no Pará e levou o filho pra lá. F.K tava desestruturado financeiramente, aqui no Maranhão morava com o cunhado Kazunari, mas a irmã dele, já havia morrido, ela se suicidou [...] então F.K tava meio perdido porque quem o apoiava era o cunhado que constituiu outra família e depois,

²⁷ Julieta Silva Tanabe, esposa de Sadamu, aos 68 anos, cedeu-me entrevista realizada em 03 de junho de 2018.

²⁸ Os dados pessoais fornecidos pela fonte foram conferidos ao longo da pesquisa, são de nipônico pertencente a leva de imigrantes da colônia rosariense Morro de Alcântara. No entanto, optei por não expô-lo, pois o japonês migrou para o Pará e não tive êxito nas tentativas de contato. Sendo assim, os nomes nipônicos citados por Joana serão transcritos com sigla das iniciais ou subtraídos, única intervenção feita por mim, não alterando o sentido e relevância do relato.

morreu, foi assassinado. Onde nós morávamos na junto com nossa filha, na Santa Fé, era arrendado e a horta não dava muita coisa. Então ele foi embora e eu até já pedia pra ele ir mesmo, eu tinha medo dele fazer como a irmã e se matar, pois, ele tava bem desesperado com a pressão. Então ele foi embora, fiquei com minha filha e nunca mais nos vimos. (Joana Vilar da Silva)

As experiências captadas pelas narrativas orais acerca da autoridade exercida pela figura do pai nipônico e toda a complexidade que envolve as relações interétnicas não devem ser assimiladas pela fachada do binômio autoritarismo/submissão, o que um olhar ocidentalizado precipitadamente pode fazê-lo (SILVA, 2018).

De acordo com a cultura nipônica, a autoridade do chefe da família não significa uma vontade se sobrepondo a dos outros, tendo em vista que é da compreensão comum de toda a família ser da incumbência do pai direcioná-la para o futuro e preservar a memória dos antepassados, a obediência é vista como a virtude de abdicar da vontade individual em prol do bem coletivo (BENEDICT, 1972, p. 52-53).

É curioso notar no relato supracitado o temor de Joana de que o nipônico, pressionado, recorresse ao suicídio. Além do que, em seu relato fica evidente que os suicídios tinham incidência que chamava atenção da população local. De semelhante modo, Julieta também revelou a mesma preocupação, embora a situação fosse distinta, visto que a contrariedade ao seu relacionamento com Sadamu partiu da sua família. Conforme Julieta, quando o nipônico propôs-lhe fugir para Belém: [...] *até disse que se eu não fugisse com ele se matava. Japonês é fraco, né? Ele me ameaçou.*

A prática do suicídio entre os japoneses de algum modo assustava os nacionais e deve ser examinada cautelosamente para também não incorrer ao erro de vê-la sob um viés ocidentalizado que criminaliza a tentativa e execução do suicídio, sem contar o sentido religioso de pecado nas sociedades judaico-cristãs.

Segundo a análise durkheimiana, suicídio é um ato iminentemente social e “todo o caso de morte que resulta direta ou indiretamente de ato positivo ou negativo praticado pela própria vítima, ato que a vítima sabia dever produzir este resultado” (DURKHEIM, 2008, p. 167). Cada sociedade tem o que o autor classifica como aptidão para o suicídio, ou seja, cada sociedade tem uma espécie de predisposição de produzir uma quantidade de suicidas que não sucede de forma isolada, tratando-se de indivíduos que fazem parte de uma sociedade.

O sociólogo identifica quatro tipos de suicídio: o egoísta, o fatalista, o altruísta e o anômico. Explicando a grosso modo, o egoísta, como o nome sugere, está ligado ao sentimento de egoísmo, havendo a perda da relação indivíduo e sociedade, o homem isola-se do meio social e com o afastamento a vida deixa de ter o mesmo sentido; no suicídio fatalista ocorre o

contrário, o indivíduo sente-se tão vinculado a ordem social que se vê pressionado às normas e comete-o; no suicídio altruísta, o ato é estimulado pelo sentimento de dever, um ato heroico e pensado de forma positiva e honrosa; enquanto que no suicídio anômico há uma apatia a ponto de a vida social e íntima perderem razão.

É imprescindível não esquecer que tais categorizações foram pensadas a partir do Ocidente e sobre as sociedades modernas ocidentais. Não obstante, o pensamento durkheimiano ajuda a refletir a respeito de como a prática do suicídio difere-se para o Ocidente e para o Japão. O *harakiri*²⁹, do ponto de vista das categorias citadas acima, poderia ser associado a forma altruísta de suicídio, dado as suas características honrosas de auto sacrifício pela virtude de servir, o indivíduo renunciando a si pelo social.

Todavia, em virtude da complexidade do assunto e procurando evitar que esse breve exame faça tipologias que acabem o engessando, lanço mão do pensamento durkheimiano apenas enquanto mecanismo reflexivo. O que acredito que possa ser pensado é que *harakiri* dos tempos feudais tem reminiscências no Japão moderno e contemporâneo, pois, “a ação agressiva mais extrema empreendida por um japonês moderno contra si mesmo é o suicídio” (BENEDICT, 1972, p. 142).

Ruth Benedict pontua que nos tempos feudais o suicídio no Japão era a “declaração final de coragem e decisão de um homem”, na modernidade transformou-se numa autodestruição escolhida, uma opção pela morte. Dessa forma, segundo a autora, o ato no passado era recorrido pelos japoneses em última instância. Na modernidade, os nipônicos “passaram de modo considerável a se destruírem mais do que os outros” (BENEDICT, 1972, p. 143). Contudo, a autora também ressalta o sentido distinto do suicídio para indivíduos ocidentalizados, como os estadunidenses e os japoneses:

O suicídio, adequadamente executado, de acordo com os seus princípios, limpa o nome e reabilita a memória. A condenação americana do suicídio faz da autodestruição tão só uma submissão insensata ao desespero, ao passo que o respeito a ele votado pelos japoneses licencia-o como honroso e significativo (BENEDICT, 1972, p.142).

De acordo com Benedict, em linhas gerais, acredita-se que a prática do suicídio esteja atrelada ao *giri*, termo de tradução não muito definível utilizado pelos nipônicos para expressar suas motivações ou boa reputação, uma espécie de obrigação social. O *giri* “diz o provérbio japonês, é o mais difícil de suportar” entre as exigências sociais. Os dicionários japoneses mal

²⁹ No período feudal japonês os samurais praticavam o *harakiri* ou *seppuku* por ordem de quem serviam para escapar de morte desonrosa, o descumprimento era punido, ficando os guerreiros marcados pela vergonha.

conseguem defini-lo, a autora reproduz em sua obra um dos significados encontrados: “reto caminho; estrada que os seres humanos deveriam seguir; algo que se cumpre a contragosto, para evitar explicações ao mundo” (BENEDICT, 1972, p. 116).

Ruth Cardoso diz que o *giri* representa a “compulsão moral que obriga pessoas a se ajustarem a seus papéis, especialmente quando interagindo com certos indivíduos que merecem deferência” e que torna-se mais inteligível quando compara-se com o *ninjo*, “que significa sentimento, inclinação e desejo”. Dessa forma, *giri* (norma) e *ninjo* (desejo pessoal) se contrapõem e representam o dilema do comportamento humano dos japoneses. Conflito que pela perspectiva ética “deve ser resolvido sempre pela submissão aos interesses coletivos (CARDOSO, 1995, p. 106-107).

De todo modo, embora não seja possível discorrer com mais profundidade a respeito do sentido que o ato do suicídio representa para o povo japonês, é importante frisar como a prática diferencia-se culturalmente e permeia distintamente na cosmovisão dos nipônicos.

Retomando as experiências de relações interétnicas, “por longo tempo o terror de que o fato de este ou aquele casar-se com um *gaijin*³⁰ poderia levá-los a se afastarem do convívio dos japoneses continuou a atormentar os pais” (HANDA, 1987, p. 303). Apesar disso, convém lembrar que relacionamentos amorosos entre nipônicos e brasileiros conseguiram romper entraves tanto da cultura japonesa como da moral de ambas as culturas.

Takeshi Otsuka, nipônico que chegara ao Maranhão, em 1961, na companhia da esposa Kyoko e do filho Hisayoshi com apenas dois anos, viveu concomitantemente com duas mulheres: Kyoko, a esposa nipônica; e por cerca de 20 anos com Neusa Maria de Souza, que foi vizinha da colônia Muruaí, em Pedrinhas, com quem chegou a se casar na Igreja católica. Takeshi teve então duas famílias. Com Kyoko teve mais dois filhos que nasceram no Maranhão, com Neusa teve oito filhos.

[...] fui enganada, eu, ela... perdoo ele pra esse tipo de coisa, né? porque o que valeu foi os filhos, né? E eu sei que foi através dele, do nome... as coisas erradas que ele fez eu tento nem lembrar porque o que valeu foi meus filhos. Não deixou riqueza, mas deixou um nome pros filhos. E esses filhos puderam ter acesso e ir pro Japão. Quem quer né? Os netos... Eu sou muito grata por isso. Agradeço muito assim a ele porque ele deixou essa herança pros meus filhos. (Neusa Maria de Souza)

Como citado antes, Takeshi integrou com sua família nipônica a colônia Muruaí, em Pedrinhas, onde permaneceu por aproximadamente uma década, depois a família migrou para

³⁰ *Gaijin* significa estrangeiro e é o termo usado pelos japoneses para se referir aos brasileiros.

Codó e continuou agricultando, por último mudou-se para a cidade de Caxias. Passado algum tempo, ocorreu com Takeshi algo comum a alguns imigrantes, a mobilidade ocupacional. Conforme o filho Júnior Otsuka (fruto da relação com Neusa), o pai e a família tiveram de abandonar a agricultura enquanto principal atividade.

[...] pela falta de estrutura, de apoio, eles tiveram que cortar esse vínculo, tiveram que migrar pra outras atividades [...] quando eles vinham do Japão, eles já tinham uma formação nível médio. Meu pai sabia muito bem manusear matemática, falava todos os assuntos, tinha conhecimento bem amplo. Ele tinha uma formação que ele soube interagir muito bem na sociedade e com isso arrumou muitas amizades [...] foi nomeado ao cargo de motorista, dirigia muito bem [...] tinha que tá construindo as estradas do Maranhão, então ele foi aproveitado na mão-de-obra e com isso ele conseguiu, com esse pequeno emprego, ele conseguiu ir se virando. (Júnior Otsuka)

Dessa maneira, verifica-se mais uma vez as estratégias que a experiência imigratória impele aos indivíduos deste processo no que concerne aos meios de se ajustar no novo lugar, as relações estabelecidas e interesses. De agricultor, Takeshi Otsuka tornou-se funcionário público, atuando como motorista do ITERMA (Instituto de Terras do Maranhão).

A família Tasaka que não tinha prática de plantio passou a se dedicar a aprender e conseguiu se estruturar cultivando hortaliças. A família Tanabe era marcada por tensões íntimas, o pai, Isamu, que chefiava a família, faleceu precocemente; a madrastra Masumi deixou o grupo levando consigo a filha; os irmãos transferiram-se de Rosário para São Luís onde se casaram e permaneceram ligados à agricultura.

Experiências particulares que as memórias possibilitaram avistar; embora entrecortadas, para cada sujeito sua trajetória apresenta uma percepção de duração diferente. Tomando o pensamento de Halbwachs, percebo que o tempo social da memória ou o sentido da memória que narra acontecimentos, sobretudo dos indivíduos mais vividos, distingue-se de acordo com quem relata os acontecimentos, pois, “a memória é uma faculdade individual”. Os fatos narrados não apresentam uma cronologia discursiva, são “apanhados numa corrente contínua que passa, sem uma linha de separação marcada entre um e outro” (HALBAWCHS, 2003, p. 119).

3.3 O imigrante sujeito de dois mundos

O japonês que emigrou de seu país em direção ao Maranhão em alguns aspectos distinguia-se dos seus compatriotas que chegaram ao Brasil em junho de 1908, rumo aos cafezais paulistas. A história dos pioneiros é marcada pela ilusão do enriquecimento fácil. Algo que a literatura ilustra em histórias de personagens como Hideo Inabata, no romance *Nihonjin*³¹, que ufanava-se da nacionalidade japonesa, emigrou com o sonho de juntar dinheiro e voltar afortunado para o Japão, pois esta tinha sido a missão dada pelo imperador aos súditos que deixaram aquele arquipélago.

Haruo, filho de Hideo, em uma de suas aulas na escola da fazenda de café que seus pais trabalhavam, afirmando-se japonês foi confrontado pela professora; esta explicou a Haruo que seus pais eram japoneses por terem nascido no Japão, mas que ele, tendo nascido no Brasil, era brasileiro. Depois de refletir a respeito, Haruo convenceu-se de sua nacionalidade brasileira. Ao chegar em casa, repetiu ao pai o que tinha ouvido da professora, desagradando-o completamente. Afinal, às vistas do pai, Haruo, assim como os outros filhos, era um *nihonjin*³². Por mais que Haruo afirmasse que em seu coração se sentisse brasileiro, o pai lhe explicava que só o era na certidão de nascimento, e que só tinha nascido no Brasil por uma imposição do destino.

O personagem Haruo fisicamente tinha traços nipônicos, mas havia nascido no Brasil. Convivia com as lembranças dos pais sobre o distante Japão, porém, os laços que criara na nova terra, sua terra de nascença, confundia-o. Os personagens da literatura expressam bem a situação dos *isseis*³³, *nisseis* e toda comunidade *nikkei*³⁴ no Brasil. Aqueles que conseguiram retornar ao país de origem não são mais os mesmos japoneses que saíram do Japão, e o país também já não era o mesmo que deixaram. Kaori Kodama exemplifica essas diferenças compartilhando a experiência da avó japonesa que

na década de 1970, em visita a São Paulo, espantou-se com o modo de falar dos *nikkeis* do bairro da Liberdade. Ouvia-se ali expressões antigas, de quando ela era criança no Japão. Este Japão que não mais existe e cujas formas culturais vimos transplantadas para um espaço geográfico tão distante é a maneira como a comunidade Nikkei encontrou para manter em parte sua

³¹ Romance literário de Oscar Nakasato, escritor paranaense, neto de imigrantes japoneses, que nesta obra constrói narrativa acerca de imigrantes nipônicos que chegaram ao Brasil nas primeiras décadas do século XX.

³² Japonês.

³³ Como são chamados os japoneses que imigram para o Brasil, seus filhos nascidos no Brasil passam a ser chamados de *nisseis*.

³⁴ Expressão da língua japonesa usada para identificar toda a descendência de japoneses nascidos fora do Japão ou os japoneses que moram fora do arquipélago.

identidade. Os ecos do mundo deixado nas ilhas japonesas são ainda sonoros nas festas tradicionais (*o-matsuri*), em danças como o *bondori*, comemorado em julho, quando a aldeia espera pelo recebimento dos espíritos dos ancestrais, e que foi preservado pelas colônias por todo o Brasil (KODAMA, 2007, p. 213).

Esse trânsito entre lá e aqui marca o imigrante e sua descendência. É como se ocorresse um movimento de mudança e permanência interna constante, o sujeito sendo traduzido, transitando entre mundos. Sendo assim, o imigrante habita um lugar fronteiro, o entremeio ou “entremundos”.

Como abordado anteriormente, durante o Estado Novo varguista ocorreu a campanha da nacionalização em que os debates acerca da questão da imigração e a formação da identidade nacional atingiram sobretudo a coletividade de japoneses do Brasil, considerados por muitos como *inassimiláveis*, sendo a corrente imigratória mais atingida pela Constituição de 1934 que restringiu a entrada de imigrantes estrangeiros a uma cota de 2%, visto que o contingente japonês era o mais recente a transmigrar para o país.

Outrossim, em 1938, à comunidade nipônica no Brasil “não era mais permitido o ensino em língua estrangeira e todos os livros utilizados pelas escolas japonesas ficaram proibidos” (KODAMA, 2007, p. 208). De alguma maneira, era como impor um abasileiramento a esses indivíduos culturalmente tão diferentes, ou pelo menos apressava compulsoriamente o ajustamento dos japoneses, em último caso, tentativa de apagamento do elo afetivo e cultural dos imigrantes com seu país de origem.

Conforme Truzzi, com o fim da ditadura varguista a noção de assimilação passou a ser mais acadêmica e menos vista enquanto preceito definidor de uma formação nacional. Com o fim da Segunda Guerra Mundial o conceito perdeu força, perdeu também o caráter racial e passou a ter um sentido mais cultural, bem como das trocas culturais. Assim sendo, cientificamente, o conceito de assimilação passou a dar relevância aos processos históricos das comunidades de imigrantes, a integração desses sujeitos e sua ascensão social condicionada as transformações da sociedade, uma noção ancorada ao dinamismo de mobilidade social e de mudanças sociais a que essas comunidades são inseridas (TRUZZI, 2012, p. 523-526).

Pensando desse modo o conceito de acomodação, o processo dos japoneses no Maranhão aponta para o movimento da interação com os nacionais ao mesmo tempo que buscavam manter-se endógenos. Conforme exposto anteriormente, os testemunhos indicam para a relação de trabalho entre japoneses e os nacionais encontrados no Maranhão, assim como algumas tensões e conflitos gerados nesses contatos. Outrossim, alguns relacionamentos amorosos também foram marcados por tensões.

Entre as características de imigrantes nipônicos, que inicialmente podem ser percebidas, destaca-se a aglutinação desta comunidade. A priori, todos passavam a viver na colônia para a qual foram originalmente enviados, Morro de Alcântara ou Muruaí no caso dos japoneses enviados para o Maranhão; quando os planos originais precisavam ser repensados, recorriam a parentes ou amigos japoneses que influenciavam nos novos itinerários que passariam a ser percorridos.

A família Tasaka, apontada como uma das primeiras a demonstrar seu descontentamento e insatisfação com as condições da colônia rosariense e a deixá-la, transferiu-se para Paço do Lumiar, município de São Luís, onde havia se estabelecido um pequeno grupo de nipônicos que chegaram à cidade desembarcando no Porto de Mocajituba em 28 de janeiro de 1961. “A bordo do Santos Maru eles aportaram primeiramente em Recife na data de 13 de maio de 1960. Em outros vocábulos ocorreu um processo migratório, pois eles estavam em território brasileiro há alguns meses” (SIQUEIRA JÚNIOR, 2014, p. 30).

O deslocamento dos Tasaka foi possível através das redes de apoio muito comuns formadas pelos orientais e por imigrantes em geral, um familiar ou amigo em situação favorável atrai outros nipônicos para perto de si. Dessa maneira, os Tasaka foram morar em Paço do Lumiar, porém, não fixaram-se ali e continuaram migrando na Ilha de São Luís. Conforme explicado pelo filho Kumbo Tasaka: *Quando meu pai resolveu ir embora de Rosário, veio embora pro Paço do Lumiar, aí de lá comprou umas terras no Igraú³⁵, ficamos lá um tempo, depois fomos pro Rio Grande e depois Rio dos Cachorros que tá até hoje.*

Logo abaixo, foto de Genzo Tasaka e os filhos Lucas Atsuyoshi (vindo do Japão aos dois anos), Julieta e Roberto Kumihito, o Kumbo (nascidos no Maranhão). O registro cedido pela família foi feito quando moravam no povoado do Rio Grande.

³⁵ Igarauí.

Figura 13: Genzo Tasaka e os filhos:



Fonte: Foto cedida pela família.

De semelhante modo, Sadamu e sua família abandonaram a colônia Morro de Alcântara. Conforme relato do nipônico exposto anteriormente, ao passarem por Pedrinhas a caminho dos mercados de São Luís para vender verduras, foram atraídos para a região de Muruaí: *Não junto com colônia, terra separado, no Aracaua, mas lá tinha água, tinha terra boa.*

Dos cinco irmãos Tanabe (Shioji, Yukio, Sadamu, Sayoko e Mié), apenas Sadamu viveu no Maranhão até seu falecimento em fevereiro de 2021. Constituiu família; no itinerário pós colônia Morro de Alcântara passou pelo Aracaua; morou em Belém onde se casou; ao retornar ao Maranhão morou em Anajatiua, por último no Cassaco onde passou maior parte da

vida, dividindo-se entre suas casas no Cassaco, na zona rural, e também no bairro Anil, na parte urbana de São Luís. Dedicou toda a vida à agricultura. Os filhos tiveram acesso ao nível superior de estudos: Sâmara, pedagoga; Henrique, agronomia; e Sara, formada em administração. Todos já tiveram a experiência de ir ao Japão para trabalhar.

Figura 14: Sadamu Tanabe:



Fonte: foto cedida pela família.

Figura 15: Sadamu Tanabe entre os filhos Sâmara, Henrique e Sara:



Fonte: foto cedida pela família.

O próprio Sadamu teve a experiência de voltar ao seu país por três ocasiões para trabalhar em fábricas. Essa digressão ao país de origem é comum entre a comunidade nipônica e *nikkei* no Brasil. O maior objetivo desse movimento é trabalhar, juntar recursos para retornar ao país e investir em atividades autônomas. Imigração no sentido inverso que ganhou força a partir da década de 1980, quando o próprio governo japonês convocou trabalhadores de ascendência nipônica do Brasil para postos de trabalho em atividades temporárias e com pouca

especialização disponíveis no país em seu período de crescimento econômico (KODAMA, 2007, p. 213).

Na fase de ajustamento dos nipônicos, Ruth Cardoso assinala para o foco dos núcleos japoneses para o trabalho e, em alguma medida, o abandono de aspectos da vida tradicional, até pela dificuldade de preservá-los em situação de pobreza e isolamento nas colônias.

Dessa maneira, todos os membros das famílias participavam arduamente da lida de trabalho, sendo poupados apenas os filhos menores para o estudo. Quando se tratava de família pequena, havia a dificuldade por não poder abrir mão de muitos membros ou nenhum. “Mesmo as crianças que estudavam tinham obrigações, quer dentro de casa, quer cuidando da criação ou da horta. Os velhos, quando já não podiam enfrentar o trabalho na roça, recebiam incumbências menos pesadas” (CARDOSO, 1995, p. 117-118) e assim dividiam-se entre a lavoura e os serviços domésticos.

Esta divisão do trabalho entre os membros da família nos grupos pioneiros destacados para os cafezais paulistas demonstra o quão os nipônicos concentravam-se no trabalho, a princípio porque desejavam regressar ao Japão, ideia abandonada pela maioria que depois passou a objetivar a fixação, deixar o colonato e tornarem-se sitiantes.

No caso de imigrantes japoneses chegados ao Brasil nos anos 1950 em diante, ou a denominada nova imigração, comumente o padrão de imigração praticado era o mesmo ocorrido no Maranhão, com vistas à expansão agrícola e com os governos das unidades federativas receptoras concedendo-lhes terras para o cultivo e moradia. Verifica-se nessa fase imigratória a manutenção do aspecto de enfoque no trabalho, ao passo que chegavam em situação de pobreza e dispendo de poucos recursos, mas determinados a prosperar.

A família Otsuka, formada inicialmente pelo marido Takeshi, a esposa Kyoko, os pais do marido, Torakichi e Kuma, e o filho Hisayoshi de apenas dois anos que, conforme citado anteriormente, dedicava-se apenas aos estudos, é um exemplo de grupo familiar pequeno, alocado em Muruaí, cujo menor fora liberado do trabalho para frequentar a escola. Contudo, geralmente “os filhos mais velhos não puderam estudar porque sempre ajudaram a família” (CARDOSO, 1995, p. 134).

A família Tanabe, colona de Morro de Alcântara, na cidade de Rosário, já é uma amostra de grupo familiar mais numeroso, formado pelo pai e chefe, Isamu, sua mãe, Horano, a esposa, Masumi, os filhos Shoji e Yukio já maiores de idade e os menores Sadamu, Sayoko, Keiko e Mie.

Dos filhos, apenas as meninas foram dispensadas do trabalho duro para estudar, embora também ajudassem nas tarefas da horta e nos afazeres domésticos, puderam frequentar a escola, inicialmente, a que ficava próxima à colônia.

Enquanto que Sadamu, conforme seu relato: *Eu não estudou. Minhas irmãs estudou. Colégio bem de frente. O governo fez colégio e botou professor.* E Prossegue explicando o porquê de não ter podido junto às irmãs frequentar as aulas: *O pai não deixou, tinha que ajudar na roça dele.*

Os nipônicos buscavam prosperar e ascender socialmente no país adotivo sem perder o elo com o Japão, país de origem. Nesse sentido, a comunidade japonesa procurou organizar-se em associações ou cooperativas que, conforme Ruth Cardoso, inicialmente tiveram um traço econômico de ajuda mútua, assim como funções recreativas de apresentações culturais e religiosas. Em outros países para os quais os japoneses emigraram também existiram estas associações. Contudo, a autora ressalta que a integração da comunidade destes orientais no Brasil e a urbanização destes núcleos de imigrantes fez com que ao longo dos anos diminuísse a importância destas agremiações, embora não tenham desaparecido (CARDOSO, 1995, p. 141-142).

No Maranhão, parte da coletividade japonesa reúne-se na intenção de conservar elo com a cultura de seu país na Associação Nipo-brasileira do Maranhão (ANIBRAMA), que “foi criada com essa intenção, para dar prosseguimento aos costumes, cultura, tradição e gastronomia japonesa” (SIQUEIRA JÚNIOR, 2015, p. 55).

Nas colônias, os compatriícios reuniam-se em casa ou em festas maiores, que juntavam imigrantes das duas colônias, sob a atmosfera oriental; desde os trajes eram da indumentária tradicional nipônica, e havia apresentações artísticas e ritualísticas.

Figuras 16 e 17: Apresentações em reuniões de colonos:



Fonte: Foto cedida pela família.



Fonte: Foto cedida pela família.

Figura 18: Apresentação em reunião de colonos:



Fonte: Foto cedida pela família.

Nestes encontros, destacava-se também a culinária como elo efetivo e cultural com o Japão. Diz Boris Fausto que a comida étnica para o imigrante faz a ponte para sua origem, mantém um paladar e afirmação de identidade. O autor afirma ainda que

a comida japonesa sempre será lembrada pelos descendentes de imigrantes como um elo com o passado, com personagens queridos mortos – mães, avós, tios, que preparavam pratos especiais cujo segredo levaram consigo –, com um tempo sem retorno da infância da casa materna. (FAUSTO, 1998, p. 58-59).

O sentido binômio do sujeito estrangeiro e até mesmo de sua descendência herdeira de elo existente com uma cultura ancestral é interessante para refletir sobre o conceito de José de Sousa Martins acerca do fenômeno social das migrações ser historicamente determinado pela expansão do modo de produção capitalista que desassociou grupos de uma sociedade para serem cooptados a outra reduzindo-os a sua força de trabalho e, por conseguinte, são despojados de toda relação social que não derive da condição de trabalhador (MARTINS, 1973, p. 22).

Dessa maneira, reitera-se mais uma vez a importância em assinalar as subjetividades e alteridades dos imigrantes sem engessá-los a binarismos, mas pensá-los enquanto sujeitos de uma cultura híbrida, mutável e que interagem.

Conforme Hall, a perspectiva pós modernista tem celebrado a existência de uma performatividade dos sujeitos. Portanto, classificações ou categorizações devem ser cautelosamente analisadas, pois, embora o autor proponha a rasura dos conceitos acerca da identidade, reconhece que estes não devem ser abandonados, pois dialeticamente ainda não foram esgotados, exceto seus paradigmas originais.

Desse modo, indica-se para a necessidade de vinculação dessa discussão a respeito das identidades aos processos de globalizações que coincidem com a modernidade e os processos migratórios forçados ou livres, fenômenos globais do mundo pós colonial. Assim sendo, as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir e são representações construídas a partir de uma “falta” ao longo de uma divisão e de lugar de Outro (HALL, 2014, p. 112).

A religiosidade dos japoneses no Brasil é a amostra mais inteligível acerca da identidade performativa do imigrante. A institucionalização do budismo no decorrer dos anos 1950 contribuiu para a fixação dos japoneses no Brasil, sobretudo para a primeira geração de orientais que depois de 1945 sofreu uma crise de identidade com a desilusão na realização do sonhado retorno para o Japão (USARSKI, 2002, p. 13).

Distantes do seu país de origem, os nipônicos tiveram de adaptar sua religiosidade ao novo território. O budismo praticado pelos japoneses e *nikkeis* no Brasil é marcado por um budismo étnico de culto aos antepassados e os rituais dos funerais:

Em casa os antepassados são geralmente cultuados através de um altar budista (*butsudan*), geralmente mantido pelo filho primogênito, na qual cada antepassado é representado com uma tabuleta de madeira (*ihaí*). Frequentemente são postas oferendas na forma de frutas, comida ou bebida no altar e muitos descendentes rezam e se comunicam com seus antepassados na frente do *butsudan* (SHOJI, 2002, p. 49).

A maioria dos imigrantes nipônicos que entraram no Brasil depois da Segunda Guerra Mundial são provenientes “das zonas agrícolas onde o Amida Budismo é tradicionalmente dominante” (USARSKI, 2002, p. 16). Entre os imigrantes japoneses do Maranhão, as três famílias contatadas ao longo da pesquisa (Otsuka, Tasaka e Tanabe) em seus núcleos originais declaram-se budistas, havendo altar budista em casa de alguns. Contudo, seus descendentes são cristãos protestantes ou católicos. A imagem a seguir é do altar budista de Sadamu Tanabe:

Figura 19: Altar de budismo de Sadamu Tanabe:



Fonte: Foto feita por mim com autorização do nipônico.

A identidade sutura o sujeito à estrutura, ou seja, estabiliza-o e unifica-o. O sujeito social está sendo cada vez mais fragmentado, contido não apenas de uma identidade fixa essencial ou permanente, mas de várias identidades formadas e transformadas, contraditórias, que empurram os sujeitos em diferentes direções, ou seja, estão sempre em deslocamento (HALL, 2019, p. 12).

À vista disso, busquei versar ao longo desta análise dissertativa acerca das ambiguidades do movimento migratório japonês no Maranhão, o que implicou na observância de contradições. Penso que as oscilações ou imprecisões enriqueceram as dinâmicas sociais, aqui apresentadas, ocorridas com a inserção dos sujeitos imigrantes no estado.

Conforme Reinhart Koselleck, a história busca dar sentido para os acontecimentos do passado, desvelando as constantes rupturas trazidas pela modernidade e o tempo do progresso, conduzindo o afastamento entre experiência e horizonte de expectativa, algo característico da

modernidade. Assim, a recuperação da economia maranhense enquanto proposição de futuro foi estendida e adiada de forma que sua formulação não perdeu fôlego, ao contrário, foi reforçada. A expectativa de que o Maranhão retomaria tempos prósperos ganhou medidas – sendo a imigração japonesa uma delas – e explicações num presente decadente.

Destarte, permitiu-me pensar a imigração japonesa no Maranhão a partir de subjetividades e interesses dos sujeitos deste processo histórico, assim como entender o tempo histórico através do “espaço de experiência” e “horizontes de expectativa” (KOSELLECK, 2006, p. 306), categorias que dão embasamento a possibilidades de tessituras no presente de história por meio de memórias, vestígios, permanências e as fontes.

Ao passo que procurava alinhar os poucos vestígios do movimento imigratório nipônico no Maranhão, pude perceber que a inserção dos orientais não se concretizou de fato. O impacto da imigração no presente é exíguo, pois o fenômeno ocorrido no estado foi por longo tempo escamoteado, revolido através da memória. Conforme Michel de Certeau, o historiador com seu método e fontes tenta recuperar o passado, porém o que recupera são apenas fragmentos, recortes do que foi vivido num discurso produzido, e baseado na experiência do historiador que suscita o tótem do passado (CERTEAU, 1982).

Levando em consideração nesta análise a experiência de desenraizamento e reconfiguração das identidades, a maior relevância foi dada, por meio da história oral, às relações entre os indivíduos, às “memórias subterrâneas” desses sujeitos que foram excluídos ou ficaram à margem da história (POLLAK, 1989, p. 04).

Ao longo de toda essa narrativa, procurei versar a respeito de sujeitos que irromperam no Maranhão e passaram a fazer parte das sociabilidades do estado. Ao que pude verificar, de algum modo e por um tempo foram inseridos e participaram ativamente nas construções de memórias, afetividades e de uma dinâmica econômica; estamparam matérias jornalísticas; ocuparam lugares sociais onde já se encontravam pessoas que sobreviviam do trabalho na roça e na pesca, esquecidos pelo Estado, com as quais passaram a conviver e se relacionar.

Mediante a todas as questões postas até aqui, faz-me crer que o quase desconhecimento desta corrente imigratória no Maranhão deve-se ao fato de ter sido um processo malfadado. Apesar de os japoneses terem entrado no Maranhão por iniciativa do Estado, entendo que a imigração não foi consubstancial, num sentido mais amplo de ajustamento, fixação e presença da coletividade japonesa na sociedade.

No Diário Oficial do Estado do Maranhão, publicado em 01 de dezembro de 1969, o então governador José Sarney autoriza, aos imigrantes japoneses radicados no Maranhão, doação de terras situadas em Rosário e Pedrinhas. Foram beneficiadas em Rosário as famílias

Watanabe, Senda e Tanabe; em Pedrinhas os terrenos foram cedidos às famílias Saiki, Tanaka, Yakamoto e Tani.

O diminuto número de famílias que recebeu o título dos terrenos indica que no primeiro decênio da imigração houve desagregação nas colônias Morro de Alcântara e Muruaí, pois não corresponde ao número de famílias que originalmente compunham os núcleos.

Houve a mudança de sujeitos de um país no Oriente Próximo para um pedaço do Brasil empobrecido e dominado pela “prática clientelista” vitorinista (PALHANO, 1983, p.131). Embora aqui tenham sido apresentados indícios de uma vivência, tendo em vista a dissolução das colônias, a migração dos nipônicos para outros estados, e ao fato de que os indivíduos que permaneceram no estado foram diluídos na sociedade, a presença japonesa no Maranhão esmoreceu.

Apesar de entre os descendentes que vivem no estado haver, de algum modo, ligação com o país de origem de seus pais ou avós, estes estão integrados no Brasil e atingiram o nível superior de escolaridade.

Os vestígios que pareciam apagados ofereceram reflexões profundas. Chegar à superfície desse processo histórico de inserção e acomodação dos japoneses no Maranhão em contato com os imigrantes me fez perceber o quão distante deles possa estar o Japão que deixaram na década de 1960, mesmo aos que tenham voltado algumas vezes àquele arquipélago cujos laços afetivos persistem em suas memórias em algumas fotografias ou em suas retinas. No entanto, os anos passados e o ajustamento no Brasil parecem distanciá-los, contudo, os aproximam mais.

Pude até aqui entrever feixes de histórias particulares, alteridades, estratégias e interesses. A imigração é um empreendimento arriscado ao qual não se pode presumir sucesso, a única opção é correr o risco. Ao imigrante coube valer-se dos recursos aqui encontrados, embora não fossem os desejados ou os que foram acordados pelo governo de seu país e administração do estado, contudo, de algum modo estes indivíduos receberam benesses que parte da imprensa denunciava não ter sido oferecido o mesmo ao homem do campo maranhense. Os colonos se dispersaram por outras paragens, tendo fracassado a imigração japonesa no Maranhão, havendo algumas perdas e insucessos individuais assim como trajetórias pessoais que podem ser consideradas prósperas.

Tantos foram os descaminhos na experiência imigratória japonesa no Maranhão. Descaminhos perscrutados, sendo preciso voltar tão longe para tirá-los da penumbra do esquecimento. Relembra-la é necessário. Afinal, durante tanto tempo foi difícil para a história recuperar aquilo que de algum modo parecia envergonhado e enterrado. Isto explica como a

imigração japonesa de fato repercutido passou ao abafado e na invisibilização de sujeitos históricos tão ambíguos, singulares e complexos que em algum chão daqui viveram e foram enterrados. Plantaram; colheram; semearam e também foram sementes.

Por fim, mais passos precisam ser dados antes que memórias se percam no tempo, assim como no horizonte os nipônicos viram o distante *Nihon*³⁶ desaparecer diante de seus olhos. Ficaram as lembranças e a coragem que os trouxeram ao Maranhão.

³⁶ Japão

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vez de fingir um discreto aniquilamento diante do que olha, em vez de aí procurar sua lei e a isto submeter cada um de seus movimentos, é um olhar que sabe tanto de onde olha quanto o que olha

(FOUCAULT).

A concepção desta narrativa deu-se buscando dar conta dos objetivos da continuidade de pesquisa iniciada na graduação em meu estudo monográfico. Meu desejo de dar prosseguimento a questões que precisavam ser aprofundadas como que interesses poderiam estar envolvidos na atração de imigrantes japoneses para o Maranhão e como foi o processo de inserção destes sujeitos no estado.

Para tanto, embrenhei-me em veredas não muito profícuas de pesquisa, por tratar-se de temática quase inexplorada pela historiografia e pela dificuldade de dispor das fontes. Por se tratar de um acontecimento recente, uma vez que as colônias nipônicas foram instaladas na década de 1960, lancei mão da metodologia da História Oral. Outrossim, da memória de japoneses remanescentes desse movimento migratório ocorrido no Maranhão.

No curso da pesquisa, outras possibilidades de fontes foram sendo indicadas e instrumentalizadas como diversificar as fontes orais, para isso a interlocução com maranhenses foi imprescindível para avistar processos de choque cultural e identitários marcados pelas percepções de diferença. A imigração japonesa no Maranhão foi um evento cujo impacto foi repercutido pelos jornais de circulação em São Luís, bem como outros acontecimentos relacionados aos imigrantes durante as décadas de 1960 e 1970. Documentos impressos como o Diário Oficial e o Plano de Metas do Governador Newton Bello, responsável pela articulação junto ao governo japonês colocando o Maranhão na rota da segunda fase da imigração japonesa no Brasil, também conhecida por nova imigração ou imigração pós-guerra que iniciou-se em 1945.

Desse modo, apesar das dificuldades com as fontes orais, sobretudo dos indivíduos nipônicos, estas mostraram-se bastante fecundas e ricas em suas singularidades. “Memória possui contextualidade e é possível ser atualizada historicamente. Ela possui maior consistência do que a lembrança, uma vez que é uma representação produzida pela e através da experiência” (DIEHL, 2002, p. 116).

Contudo, fontes orais não são fáceis de “manusear”, assim como documentos têm suas fragilidades e rasuras acumuladas com o tempo; a memória extraída em entrevistas deve ser estimulada, a “memória voluntária, provocada”, conforme Hartog refere-se quando pensa a

respeito da História Oral (HARTOG, 2014, p. 156). Logo, quando parti para o enfrentamento e o entrever das fontes, fui imbuída de informações coletadas previamente no seio familiar, uma vez que entre os entrevistados estavam minha mãe, Joana, e meu tio, Manoel, dos quais os ouvi ao longo da vida contar histórias dos tempos em que os irmãos trabalharam para os japoneses. Essas conversas forneceram-me dados para me debruçar sobre os jornais com uma temporalidade já bem definida, processo que de algum modo encurtou o trajeto na análise dos jornais e me instruiu para as entrevistas feitas posteriormente, pois, “quanto mais se sabe, mais provável é que se obtenham informações históricas importantes de uma entrevista” (THOMPSON, 1992, p. 255).

Durante as pesquisas nos principais jornais de circulação no estado do Maranhão, pude aferir a repercussão acerca da chegada e acomodação dos nipônicos. A cobertura do evento iniciou antes mesmo que os japoneses desembarcassem no Porto do Itaqui, em São Luís, intensificando-se com a entrada dos orientais.

De modo que pude perceber que antecedendo o desembarque dos dois grupos de nipônicos no Maranhão, tendo a primeira leva chegado em 10 de julho de 1960 e a segunda em 04 de janeiro de 1961, num primeiro momento as matérias tratavam de anunciar a criação das colônias agrícolas e expor o discurso do governo que legitimava a abertura para o movimento imigratório japonês. Depois de instalados nos núcleos coloniais, o primeiro grupo em Rosário, na colônia Morro de Alcântara, e o segundo no povoado Pedrinhas, na zona rural de São Luís, a lida dos japoneses em suas hortas ou granjas foi tema de muitas reportagens.

Todavia, os jornais alinhados à oposição ao Governo do Maranhão, tais como Jornal Pequeno, Jornal do Dia e Correio do Nordeste, passaram a publicar matérias com cunho de denúncia, principalmente à Secretaria de Agricultura, uma vez que toda a articulação de Newton Bello para a entrada de japoneses no estado foi justificada pela necessidade de abastecer os mercados de São Luís de hortifrutigranjeiros escassos, e que custavam caro, ficou sob a incumbência daquele órgão a organização dos imigrantes nas colônias, colocando-o na mira da imprensa.

Cabe enfatizar as matérias e editoriais de alguns jornais que deliberadamente acusavam o Governo do Maranhão de que o investimento em agricultores japoneses era mais um descaso e despreço para com os roceiros, plantadores, enfim, o homem do campo maranhense. Penso que o conteúdo dessas reportagens estava inserido, naquele momento, no movimento agrário que tomava força no Maranhão. Portanto, procurei de algum modo destacar o começo dos grupos que lutavam pela reforma agrária e o embate desses movimentos rurais frente a posseiros e grileiros. Enfatizei que Newton Bello, pretenso governador do Maranhão,

articula e apressa-se em instalar os nipônicos no estado ainda sob o mandato do seu antecessor e aliado político Mattos de Carvalho – ambos ligados ao *vitorinismo* –, cedendo a esses orientais terrenos, casas, equipamentos e todos os insumos necessários para o início da produção agrícola. Porém, a imprensa visibilizou também o dissabor dos japoneses em encontrar realidade bem distinta a que lhes fora predita ainda em seu país. Esses japoneses tiveram de sobrepujar dificuldades como a infertilidade dos terrenos cheios de pedras da colônia de Rosário, falta d'água, materiais e equipamentos insuficientes.

Destarte, a experiência imigratória japonesa no Maranhão sob o ponto de vista para o qual fora proposta pelo governo não foi consolidada, pois, apesar de as colônias terem sido preparadas, os japoneses instalados e recebidos com algum investimento do Estado tiveram problemas. Encontraram dificuldades sobejamente citadas nesta narrativa. Estruturalmente, os terrenos não se mostraram adequados e o planejamento mostrou deficiências.

Durante a primeira década da imigração, a colônia Morro de Alcântara, localizada em Rosário, passou por um processo de perecimento. Várias famílias abandonaram os terrenos cheios de piçarra e migraram para outros lugares; algumas para o estado do Pará; um número significativo foi atraído para a zona rural de São Luís como as famílias Tanabe e Tasaka, nas circunvizinhanças de Muruaí, colônia que inicialmente teve êxito maior. Porém, os terrenos de Muruaí, em Pedrinhas, também sofreram desgastes e os colonos também passaram a mudar para outras comunidades ou estados. As colônias passaram ao processo de descaracterização, de desaglutinação. De todo modo, no transcorrer das décadas de 1960 e 1970 os japoneses tiveram forte presença na zona rural de São Luís e alguns agricultores conseguiram se destacar como Kazunari Horiuchi, Genzo Tasaka e Sadamu Tanabe. Porém, já não estavam mais sob os auspícios do Estado.

Portanto, a implantação dos imigrantes japoneses foi iniciativa do Estado, mas não houve implementação ou qualquer outra medida no sentido de aproveitamento do conhecimento agrícola dos nipônicos, tanto no sentido produtivo mais imediato ou como possíveis técnicos de aprendizagem para os maranhenses que trabalharam em suas hortas.

Sendo assim, surgiu a necessidade de compreender a respeito do investimento inicial do Estado nas colônias japonesas sob um discurso de desabastecimento de hortifrutigranjeiros em São Luís e de inovação técnica na agricultura, o que lhe aferia alguma plausibilidade. Entretanto, houve uma contração por parte do governo, de forma que os nipônicos procuraram ter ainda mais autonomia sobre o que produziam e viram-se completamente desassistidos.

Nesse sentido, explorei amplamente a trajetória de movimentos imigratórios no Maranhão que precederam os japoneses, embora isto tenha me puxado para um recorte bem

anterior a de meu objeto de análise, creio que trouxe reflexões profícuas ao estudo. Dessa maneira, consegui avistar práticas e discursos que já se apregoavam desde o século XIX da decadência da lavoura e necessidade de braços; e que já havia tido a tentativa de imigração estrangeira, conquanto naquele contexto a preferência foi dada para imigrantes europeus por questões de ideários de raça e de civilização tão enraizados àquela época.

Ao retroceder um pouco no tempo à análise, constatei que discursos desenvolvimentistas com vistas para restauração da economia repetiam-se com argumentos e ações parecidas com as de outros momentos. O horizonte, a expectativa almejada, estava no passado, grande parte dos Presidentes da Província do Maranhão, no Oitocentos, e dos governadores do Maranhão republicano, no século XX, deliberavam acerca do desejo de retorno a um passado que fora próspero. Penso que a experiência imigratória nipônica ocorreu baseada nessas elocuições de superação de uma economia em involução cujo atraso explicava-se na ausência de trabalhadores que soubessem aproveitar o potencial de um Maranhão naturalmente rico, logo, predeterminado ao desenvolvimento.

Em vista disso, creio que a imigração japonesa, embora tenha sido uma medida experimentada antes como na colonização estrangeira na segunda metade do século XIX, foi uma iniciativa pensada enquanto medida atualizada. Afinal, o movimento imigratório japonês na década de 1960, levando em consideração o ajustamento e fixação da coletividade japonesa nos estados do sul e sudeste do Brasil, sobretudo São Paulo, com suas contribuições na economia agrícola e também por sua presença na Amazônia já era algo entendido como um movimento que deu certo. Dessa forma, num plano de metas modernizantes e desenvolvimentista do então pretendo ao cargo de governador, Newton Bello, no que se consolida posteriormente, a instalação de colônias de imigrantes nipônicos aparece como um, entre outros, antídoto para o atraso agrícola. E como a imigração japonesa foi uma empresa que teve impacto na imprensa, a realização deu ao seu articulador notoriedade necessária num pleito político, ainda que depois tenha havido críticas.

Optei por encerrar este trabalho colocando os aspectos da subjetividade da imigração. Dentro de um amplo processo político, social e econômico estão implicados indivíduos que saíram de seu país e foram viver noutro completamente diferente. Muito se pensa acerca das transformações e consequências desagregadoras da imigração para os países de adoção. Diz José de Sousa Martins que, em verdade, o problema é outro. “A crise na sociedade de adoção não decorre da imigração, mas, ao contrário, a imigração é uma das consequências da crise” (MARTINS, 1972, p. 17). A imigração foi absorvida pela crise de um país agrário como o Brasil que precisava reinventar a força de trabalho nas lavouras.

Outrossim, os sujeitos imigrantes não são apenas corpos que passaram por uma mudança de *locus*, são indivíduos que fizeram a transição por necessidade e no intento de prosperar numa nova sociedade que precisam assimilar. Essa trajetória envolve interesses, estratégias e tensões.

Nesse sentido, aspectos particulares na trajetória dos japoneses esteve em observância neste trabalho afim de mostrar na alteridade desses sujeitos a complexidade que envolve todo o processo de adaptação e ajustamento de indivíduos que em seu país pertencem a uma estrutura social, cultural e religiosa e têm de assimilar um novo arranjo social e cultural em uma sociedade diferente, e em muitos aspectos até avessa.

Esse processo foi examinado e ficou eminente suas tensões, perdas, rachaduras e quebras de padrões, assim como enrijecimento de alguns, pois, o decurso não foi homogêneo nem linear. Para isso, busquei entender e clarificar um pouco do que fora aprendido e apreendido acerca da estrutura japonesa e remover de episódios semelhantes em outros trabalhos elementos que ajudassem nessa compreensão.

Decerto, em alguns aspectos, este estudo pode parecer lacônico. Penso que toda narrativa tem limitações e o limite do trabalho é estabelecido pelas fontes ou na dificuldade de acessá-las, no caso dos nipônicos por mim entrevistados, tratam-se de pessoas que chegaram ao Brasil ainda crianças. “A memória, como qualquer outra fonte histórica, sofre de uma fraqueza, que é o seu desgaste ao longo do tempo” (DIEHL, 2002, p. 117).

Conforme Foucault, é preciso saber reconhecer os acontecimentos da história. “A história, com suas intensidades, seus desfalecimentos, seus futuros secretos, suas agitações febris como suas síncope, é o próprio corpo do devir” (FOUCAULT, 1990, p. 20). Assim, em cada fragmento da experiência e vivência dos sujeitos apresentados neste texto dissertativo foram revolvidas estratégias e mecanismos de resistência; renúncias, hesitações, ruínas e êxitos singulares da imigração japonesa no Maranhão.

REFERÊNCIAS

FONTES

DEPOIMENTOS:

Hisayoshi Otsuka.

Joana Vilar da Silva.

José Raimundo Cruz Pires.

Julieta Tanabe.

Júnior Otsuka.

Roberto Kumihito Tasaka (Kumbo).

Sadamu Tasaka.

PERIÓDICOS:

Correio do Nordeste.

Jornal do Dia.

Jornal Pequeno.

O Imparcial.

O Estado do Maranhão.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

ALENCASTRO, Luiz Filipe. RENAUX, Maria Luiza. Caras e Modos dos Migrantes e Imigrantes. In: ALENCASTRO, Luiz Filipe (org.). **História da Vida Privada no Brasil 2**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A Ideologia da Decadência**: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão. São Luís: IPES, 1983.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da Vida Privada no Brasil 3**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1998.

ARAÚJO, M.S. **Identidade em Movimento**: um estudo sobre a comunidade do Maracanã (1930 - 1970). Dissertação (Mestrado Interdisciplinar), Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

ASSELIN, V. **Grilagem**: corrupção e violência em terras do Carajás. Imperatriz, MA: Ética, 2009.

ARÓSTEGUI, Júlio. **A Pesquisa Histórica**: teoria e método. Bauru – SP: Edusc, 2006.

BENEDICT, Ruth. **O Crisântemo e a Espada**: padrões da cultura japonesa. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.

BENSA, Alban. Da Micro-História a Uma Antropologia Crítica. In: Jacques Revel (org.) **Jogos de Escalas**: a experiência da microanálise – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BLOCH, Marc. **A Apologia da história ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre (org.). **A Miséria do Mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CARDOSO, Ruth. **Estrutura Familiar e Mobilidade Social**: estudo dos japoneses no estado de São Paulo. São Paulo: Ed. Primus Comunicação, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CONCEIÇÃO, M, da. **Essa Terra é Nossa**. Entrevista e edição de Ana Maria Galano. Petrópolis: Vozes, 1980. [Depoimento sobre a vida e as lutas de camponeses do Estado do Maranhão]

CORDEIRO, Carlos; BOAVIDA MADEIRA, Artur. A emigração açoriana para o Brasil (1541-1820): uma leitura em torno de interesses e vontades. In: **ARQUIPÉLAGO - HISTÓRIA**, 2ª série, VII, p. 99-122, 2003.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o Signo da Morte**: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís: Edufma, 2006.

DELGADO, Lucília. História Oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **VI Encontro Nacional de História Oral (ABHO)** – Conferência de Abertura. HISTÓRIA ORAL, 2003.

DEZEM, Rogério. **Matizes do “Amarelo”**: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura Historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru – SP: Edusc, 2002.

DROYSEN, Johann Gustav. **Manual de Teoria da História**. Petropolis, RJ: Vozes, 2009.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar: 1994.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do Trabalho no Maranhão Oitocentista**: os descaminhos da liberdade. São Luís: Edufma, 2012.

FAUSTO, Boris. Imigração: cortes e continuidades. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FERREIRA, Marcia Milena Galdez. **Construção do Eldorado Maranhense**: experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim-MA (1930-1970). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 1990.

FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto (orgs.). **Imigração Japonesa na Amazônia**: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional. Manaus: EDUA, 2011.

GISNSBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. Entre a Italianité e a Brasilidade. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **Brasil: 500 anos de povoamento**. IBGE/ Centro de disseminação, documentação e informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; VAIFAS, Ronaldo. Sonhos Galegos: os espanhóis no Brasil. In: VAINFAS, Ronaldo (Org). **Brasil: 500 anos de povoamento**. IBGE/ Centro de disseminação, documentação e informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2019.

_____. Quem Precisa de Identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HANDA, Tamoo. **O Imigrante Japonês**: a história de sua vida no Brasil. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora: 2014.

HOBBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991). 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ISHIZU, Tatsuo. Amazônia, Terra da Esperança: a imigração japonesa 1924-1935. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; FERREIRA, Aldenor da Silva; FREITAS, Marilene Corrêa da Silva; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto (orgs.). **Imigração Japonesa na Amazônia**: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional. Manaus: EDUA, 2011.

JESUS, T.S.C. **Violência, Memória e Resistência**: análise do conflito pela terra em Rio dos Cachorros, São Luís - MA (1996 - 2013). Monografia (Graduação em História), Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

KYOTOKU, Virgínia de Barros Correia. **A Imigração Japonesa no Brasil**: rastros na Paraíba (1938 – 1985). Artigo Científico (Especialização em História) – Programa de Pós-Graduação, Centro de Especialização em História da Paraíba, Faculdades Integradas de Patos, João Pessoa, 2009.

KODAMA, Kaori. O Sol Nascente do Brasil: um balanço da imigração japonesa. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **Brasil: 500 anos de povoamento**. IBGE/ Centro de disseminação, documentação e informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuições a semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto / Ed. PUC – Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: Peter Burke (org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas – São Paulo: Editora UNESP, 1992.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

LIMA FILHO, Henrique Espada. **A Micro-História Italiana**: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e Estilos de Pesquisa na História Oral Contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

MARTINS, José de Souza. **A Imigração e a Crise do Brasil Agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

MIKI, Bianca Sayuri. **Os Inassimiláveis**: o antiniponsmo na Assembleia Nacional Constituinte de 1933-34. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós- Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.

_____. O Antinipotismo no Brasil: debates na Assembleia Nacional Constituinte de 1933-34. In: **Anais do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP**, 2014, Santos-SP.

MIRANDA, A.B. de. **O Processo de Luta dos Trabalhadores Rurais pela Reforma Agrária no Estado do Maranhão: o caso do MST**. 2003.166f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2003.

MOORE JR, Barrington. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MUTO, Keiko. A Imigração Japonesa no Pós-Guerra na Amazônia. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; FERREIRA, Aldenor da Silva; FREITAS, Marilene Corrêa da Silva; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto (orgs.). **Imigração Japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional**. Manaus: EDUA, 2011.

NAKASATO, Oscar. **Nihonjin**. São Paulo: Benvirá, 2011.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **Imigração Japonesa na História Contemporânea do Brasil**. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1983.

PALHANO, Raimundo Nonato. et al. **O Poder Público e a Questão do Desenvolvimento Econômico Maranhense (1956-63): o Maranhão na nova divisão nacional do trabalho e a interpretação das ideias e ideologias sobre o desenvolvimento do Maranhão**. São Luís: Ipes, 1983.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989.

REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

RICOUER, Paul. **A Memória, a História e o Esquecimento**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIBEIRO, Amanda Porto. **“O Sonho que o Tempo Desvaneceu”**: a imigração estrangeira no Maranhão em meados do século XIX. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal do Goiás, Goiânia, 2020.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

SAITO, Hiroshi. Participação, mobilidade e identidade. In: SAITO, Hiroshi (org.). **A Presença Japonesa no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz/ EDUSP, 1980.

SAKURAI, Célia. **Romanceiro da Imigração Japonesa**. São Paulo: Ed. Sumaré Fapesp, 1993.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração e os paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SHOJI, Rafael. O Budismo Étnico na Religiosidade Nikkei no Brasil: aspectos históricos e formas de sobrevivência social. **Revista dos Estudos da Religião**, nº 04, 2002.

SILVA, H.S. **O Sol do Oriente em Terra Tupinambá**: a experiência imigratória japonesa no Maranhão na década de 1960. Monografia (Graduação em História), Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís. 2018.

_____. O Sol do Oriente no Maranhão: análise da experiência imigratória japonesa na década de 1960. In: **Anais do 2º Encontro Internacional História & Parcerias da AMPUH-Rio**, 2019, Rio de Janeiro.

_____. SILVA, H.S. O Sol Nascente em Terra Tupinambá: a experiência de imigrantes japoneses do Maranhão na década de 1960. In: PEREIRA, Denise. ESPIRITO SANTO, Janaína do. (orgs.). **Sentidos e Sujeitos**: elementos que dão consistência à história 2. Ponta Grossa-PR: Atena, 2020.

SILVA, Mery Valéria Almeida. **A Imigração Japonesa para o Maranhão**: a experiência dos colonos de Rosário e Pedrinhas. Monografia (Graduação em História), Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção Social da Identidade e da Diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SIQUEIRA JÚNIOR, Etevedo Alves de. **Imigração Japonesa no Maranhão**: uma jornada de 55 anos. São Luís: Clube de Autores, 2015.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRUZZI, Oswaldo. Assimilação Ressignificada: novas interpretações de um velho conceito. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 55, nº 2, 2012, pp. 517 a 553.

USARSKI, Frank. **O Budismo no Brasil**. São Paulo: Editora Lorosae, 2002.

VALENTE, Waldemar. Japoneses no Nordeste. In: SAITO, Hiroshi (org.). **A Presença Japonesa no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz/ EDUSP, 1980.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

MARQUES, Ester de Sá. Imigração açoriana no Maranhão e fundação de São Luís. In: **Adiáspora.com**. Disponível em: <http://www.adiaspora.com/port/educa/trabalho/esterimigracao.htm>. Acesso em 28/09/2021.